

Sofia Ramos Laia

**Operações de revitalização urbana no tecido pós-industrial da Covilhã:
o caso da ribeira da Carpinteira.**

Volume I

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria João Matos

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Comunicação, Arquitectura, Artes e Tecnologias de Informação**

**Lisboa
2014**

Sofia Ramos Laia

**Operações de revitalização urbana no tecido pós-industrial da Covilhã:
o caso da ribeira da Carpinteira.**

Volume I

Dissertação apresentada para a obtenção do
Grau de Mestre em Arquitectura no Curso de
Mestrado Integrado em Arquitectura conferido
pela Universidade Lusófona de Humanidades
e Tecnologias.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria João Matos

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Comunicação, Arquitectura, Artes e Tecnologias de Informação**

**Lisboa
2014**

Agradecimentos

Especialmente aos meus pais.

À minha mãe por todos os gestos de apoio e força que sempre manifestou.

Ao meu pai, pela ajuda fulcral, sempre disponível e incondicional, como arquitecto, “professor” e conhecedor da história recente da Covilhã.

À família, ao meu avô Álvaro, pelo relato de episódios da história da Covilhã.

Ao Francisco pelo apoio e motivação constante, à Maria, aos amigos.

Um obrigado a todos os que me ajudaram directa ou indirectamente ao desenvolvimento da investigação.

À orientação, ajuda e dedicação da professora Dr.^a Maria João Matos.

Resumo

A partir da revolução industrial o desenvolvimento de grande número de núcleos urbanos sustentou-se num perfil socio-económico industrial, que viria a implantar no território uma morfologia arquitectónica muito particular e rica em elementos patrimoniais significativos. A revitalização urbana destes espaços representa hoje uma nova oportunidade para estes conjuntos, bem como para a própria coerência da cidade. O espaço da ribeira da Carpinteira, no troço em que esta atravessa a cidade da Covilhã, enquadra-se neste perfil, sendo uma vasta área praticamente devoluta onde outrora se instalaram diversas unidades fabris ligadas à indústria dos lanifícios. O processo de decadência desta actividade levou a que, no território, ficassem as marcas construídas e que hoje se constituem como um património potenciador da coesão territorial do espaço urbano da cidade da Covilhã. A investigação centra-se na mudança cíclica que afecta directamente o ordenamento do território e particularmente os espaços urbanos, na sequência das mudanças socioeconómicas das actividades aí instaladas e na capacidade de reconfiguração deste território através da criação de novas lógicas urbano-espaciais. Partindo da observação dos diversos planos urbanísticos desenvolvidos para o local, procede-se à sua análise crítica relativamente ao grau de eficácia. Os propósitos da presente investigação relacionam-se com a revitalização de uma parte da cidade em decadência, com o seu processo de transformação, e com a reflexão crítica sobre um fenómeno que se revela de complexa e extrema sensibilidade: a tentativa de lidar com uma “crise existencial” da própria cidade.

Palavras-chave: património industrial; planeamento urbano; revitalização urbana; Covilhã; ribeira da Carpinteira.

Abstract

From the industrial revolution onwards the development of a great number of towns often held up a particular by an industrial socio-economic profile that would mark the territory with a very particular and rich architectural morphology, as nowadays seen as significant heritage. The urban revitalization of these areas represents today a new opportunity for those areas as well as for the very own coherence of the city. The area of the Carpinteira stream that crosses the city of Covilhã, is a vast wasteland, where once were settled several factories related to the wool industry. The decay process of this activity led to the existence of an industrial built elements that today constitute a heritage that could promote territorial cohesion within the urban space of the city of Covilhã. The research focuses on the cyclical change that directly affects the territory, and particularly urban spaces, in the sequence of the changes of socio-economic activities settled there, and in the capacity of this territory for reconfiguration through the development of new urban-spatial logics. Starting from the analysis of the several urban plans developed for the site, a critical analysis is directed to their efficiency. The aims of this research are related to the renewal of a local area in decay, to its process of transformation, and to a critical reflection on a phenomenon that proves to be complex and very sensitive: the attempt to deal with a "existential crisis" of the city itself.

Key words: industrial heritage; urban plans; urban revitalization. Covilhã; Carpinteira stream.

Lista de Abreviaturas

- AAIRL** Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa
- APAI** Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial
- APPI** Associação Portuguesa para o Património Industrial
- CCDRC** Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
- CCRN** Comissão de Coordenação da Região Norte
- CMC** Câmara Municipal da Covilhã
- DGOTDU** Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
- DGEMN** Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais
- GAT** Gabinete de Apoio Técnico
- GPA** Gabinete de Projectos de Arquitectura
- GTL** Gabinete Técnico Local
- ICOMOS** Internacional Council of Monuments and Sites
- IHRU** Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
- INH** Instituto Nacional de Habitação
- IGAPHE** Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado
- IGESPAR** Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
- IPA** Instituto Português de Arqueologia
- IPC** Instituto Politécnico da Covilhã
- IPPAR** Instituto Português do Património Arquitectónico
- JA** Jornal dos Arquitectos
- PDM** Plano Director Municipal
- PGU** Plano Geral de Urbanização
- PP** Plano de Pormenor
- PU** Plano de Urbanização
- SRU** Sociedade de Reabilitação Urbana
- TCT** (Eixo) Teixoso-Covilhã-Tortosendo
- TICCIH** The International Comitte for the Conservation of Industrial Heritage
- UBI** Universidade da Beira Interior
- UNESCO** United Nations Education, Scientific and Cultural Organization

Índice

Volume I

Introdução	14
1. Objecto de estudo	14
2. A problemática do tema	16
3. Objectivos	16
4. Metodologia.....	17
5. Desenvolvimento e organização do trabalho	19
6. Estado da Arte	21
 1. Conceitos	 25
1.1. As Cartas – Directrizes para o património.....	26
1.2. O Património Industrial	35
1.2.1. O interesse pelo património industrial	35
1.2.2. Reconversão do património industrial	39
1.3. Vazio Urbano.....	41
1.4. Revitalização urbana	45
 2. Planeamento e regeneração urbana – Breve abordagem ao contexto português .	 48
2.1. O planeamento urbano em Portugal – breves notas	49
2.2. Potencialidades da regeneração urbana.....	50
2.3. A importância dos planos na regeneração urbana	59
2.4. Possibilidades de reurbanizar vazios	61
2.4.1. A reabilitação urbana e a rigidez dos planos	62
2.4.2. Regime Jurídico da Reabilitação Urbana – Área de Intervenção Urbana	62
 3. Covilhã, sua história e desenvolvimento	 66
3.1. Dos primórdios das actividades laneiras aos lanifícios	70
3.2. Desenvolvimento industrial e ocupação urbana.....	73
3.3. A ribeira da Goldra e a ribeira da Carpinteira como pólos industriais.....	76
3.4. A Revolução Industrial e os seus efeitos na configuração da cidade da Covilhã	78
3.5. O desenvolvimento da Covilhã enquanto cidade	84
3.5.1. Estrutura Urbana da Covilhã	84

3.5.2.	A influência de Duarte Pacheco	84
3.5.3.	O Ante-plano de Urbanização da Covilhã e a época do Estado Novo	85
3.5.4.	Plano Director de Urbanização de 1981	90
3.6.	A crise da indústria dos lanifícios e o abandono urbano	91
3.7.	Operações de reconversão do património para a Universidade.....	93
4.	A influência dos planos recentes na regeneração urbana da Covilhã.....	99
4.1.	O Plano Director Municipal da Covilhã.....	100
4.2.	O Plano de Urbanização da Grande Covilhã	101
4.3.	O Programa Polis	103
4.3.1.	O Polis Covilhã.....	104
4.3.2.	A estratégia do Polis Covilhã.....	106
4.4.	O Plano de Mobilidade Pedonal.....	108
4.4.1.	Objectivos do Plano	112
4.4.2.	A implementação do plano	113
4.5.	O Plano Pormenor da Zona Intra-Muralhas do Centro Histórico da Covilhã	116
4.6.	Os Planos de Urbanização das ribeiras da Goldra e da Carpinteira	117
5.	Caso de Estudo – A ribeira da Carpinteira.....	121
5.1.	Contrastes na paisagem da cidade.....	122
5.2.	O Plano de Urbanização do vale da ribeira da Carpinteira	123
5.2.1.	Análise crítica.....	129
5.3.	Repensar a cidade – Abordagem à situação actual	130
5.4.	Caracterização, análise e diagnóstico.....	132
5.5.	A determinação de um vazio urbano	136
5.6.	Fragilidades	139
5.7.	Potencialidades e medidas a desenvolver – Estratégia para a regeneração urbana	140
5.8.	Preocupações face à operação de reconversão do vazio urbano	147
Conclusões Finais		148
Pontos-chave da investigação		149
Análise e respostas à problemática		150
O papel do património industrial		151
A urgência da continuidade e da revitalização urbana		151
Considerações finais		154

Bibliografia	156
Bibliografia geral	157
Cartas e convenções internacionais	161
Bibliografia específica	162
Dissertações	169
Documentos Institucionais	175

Volume II

ANEXO I. Plantas das fábricas existentes até ao final dos séculos XVIII, XIX e XX, ribeira da Carpinteira.	iii
ANEXO II. Planta da situação existente e principais vias de acesso, ribeira da Carpinteira, 2014.	iv
ANEXO III. Fotografias da situação existente. Imagens do autor, 2014.	v
ANEXO IV. Carta Hipsométrica, Plano de Urbanização do vale da ribeira da Carpinteira, ARPAS et al., Março 2002.	ix
ANEXO V. Carta Fisiográfica, Plano de Urbanização do vale da ribeira da Carpinteira, ARPAS et al., Março 2002.	x
ANEXO VI. Carta de Declives, Plano de Urbanização do vale da ribeira da Carpinteira, ARPAS et al., Março 2002.	xi
ANEXO VII. Carta de Orientações, Plano de Urbanização do vale da ribeira da Carpinteira, ARPAS et al., Março 2002.	xii
ANEXO VIII. Planta de Situação Existente, Plano de Urbanização do vale da ribeira da Carpinteira, ARPAS et al., Março 2002.....	xiii
ANEXO IX. Planta do Património Histórico-Cultural, Plano de Urbanização do vale da ribeira da Carpinteira, ARPAS et al., Março 2002..	xiv
ANEXO X. Planta do Programa de Execução, Plano de Urbanização do vale da ribeira da Carpinteira, ARPAS et al., Março 2002..	xv

Índice de Figuras

Fig.1 Ocupação romana do vale no século XIII, estrutura urbana polinucleada e muralhada da Covilhã e Covilhã no final do século XIX. Rodrigues, J. (2009). Covilhã: evolução urbana da cidade. In <i>Monumentos. Cidades, Património, Reabilitação. Dossiê: Covilhã, a Cidade-Fábrica</i> , nº 29 (pp. 6-15). Lisboa: IHRU, pp. 7 e 11.	68
Fig. 2 Casa da Câmara e Cadeia construído no século XVII, encostada à muralha, Covilhã, 1930-1940. Pereira, D. (2009). A estrutura urbanística da Covilhã entre a Idade Média e a Idade Moderna. In <i>Monumentos. Cidades, Património, Reabilitação. Dossiê: Covilhã, a Cidade-Fábrica</i> , nº 29 (Pp. 16-23). Lisboa: IHRU, pp. 22.	70
Fig. 3 Edifício da Câmara Municipal de 1958, Covilhã, 1960-1970. Fernandes, J. (2009a). Covilhã, uma leitura de síntese: estrutura urbana, conjuntos edificados e arquitecturas, sua evolução. In <i>Monumentos. Cidades, Património, Reabilitação. Dossiê: Covilhã, a Cidade-Fábrica</i> , nº 29 (pp. 40-53). Lisboa: IHRU, p. 48.	70
Fig. 4 Fábricas da ribeira da Carpinteira, Sineiro, 1890. Blog <i>Covilhã, cidade-fábrica, cidade granja</i> . http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/4783.html	72
Fig. 5 Fábrica Campos Mello ou Fábrica Velha, 1900. Blog <i>Covilhã, cidade-fábrica, cidade granja</i> . http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/4783.html	72
Fig. 6 Ponte de caminho-de-ferro, ribeira da Carpinteira, Poldras, finais do século XIX. Blog <i>Covilhã, cidade-fábrica, cidade granja</i> . http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/4783.html	73
Fig. 7 Fábricas da zona do Sineiro, ribeira da Carpinteira, 1920 e 1925. Blog <i>Covilhã, cidade-fábrica, cidade granja</i> . http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/4783.html	74
Fig. 8 Antiga Real Fábrica de Panos, actual UBI, zona da ribeira da Goldra, 1940. Blog <i>Covilhã, cidade-fábrica, cidade granja</i> . http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/4783.html	75
Fig. 9 Conjunto de Fábricas, Ponte dos Alçadas, ribeira da Carpinteira, década de 60, século XX. Blog <i>Covilhã, cidade-fábrica, cidade granja</i> . http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/4783.html	77
Fig. 10 Fábrica Alçada e Mouzaco e Fábrica Campos Mello (de cima para baixo). Bairro dos Penedos Altos. Implantação na encosta em socacos, ribeira da Carpinteira, 1940-1950. Blog <i>Covilhã, cidade-fábrica, cidade granja</i> . http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/4783.html	77

- Fig. 11** Produção fabril na Fábrica Transformadora de Lãs, ribeira da Goldra, década de 30, século XX. Blog *Covilhã, cidade-fábrica, cidade granja*. <http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/4783.html>. 80
- Fig. 12** Planta do núcleo fabril da Fábrica Nova Penteação e Fiação da Covilhã e Fábrica Campos Mello, s.d.. Centro de documentação do Museu de Lanifícios da Covilhã (Muslan). 82
- Fig. 13** Fotografia actual do núcleo fabril da Fábrica Nova Penteação e Fiação da Covilhã e Fábrica Campos Mello em segundo plano, 2013. Fotografia da autora, 2013..... 82
- Fig. 14** Interior da Fábrica António Estrela, ribeira da Carpinteira. Fotografia da autora, 2013. 82
- Fig. 15** Fábrica Anaquim e Copeiro. Fotografia actual. Fotografia da autora, 2013. 83
- Fig. 16** Fábrica Anaquim e Copeiro e ribeira da Carpinteira, a partir de imagem satélite do Google Earth, 2014. 83
- Fig. 17** Antepiano de Urbanização da Covilhã, Planta de Urbanização, João A. Aguiar, 1951. Lôbo, M. (2009). Covilhã: planos de urbanização à época de Duarte Pacheco. In *Monumentos. Cidades, Património, Reabilitação. Dossiê: Covilhã, a Cidade-Fábrica*, nº 29 (pp. 30-39). Lisboa: IHRU, p. 33. 86
- Fig. 18** Antepiano Geral de Urbanização da Covilhã, Pormenor da zona central, João A. Aguiar, 1951. Lôbo, M. (2009). Covilhã: planos de urbanização à época de Duarte Pacheco. In *Monumentos. Cidades, Património, Reabilitação. Dossiê: Covilhã, a Cidade-Fábrica*, nº 29 (pp. 30-39). Lisboa: IHRU, p. 35. 87
- Fig. 19** Antepiano Geral de Urbanização da Covilhã, Planta Geral, João A. Aguiar, 1951. Lôbo, M. (2009). Covilhã: planos de urbanização à época de Duarte Pacheco. In *Monumentos. Cidades, Património, Reabilitação. Dossiê: Covilhã, a Cidade-Fábrica*, nº 29 (pp. 30-39). Lisboa: IHRU, p. 36. 88
- Fig. 20** Edifício do Tribunal (zona da Estação), Bairro dos Penedos Altos e Bairro do Rodrigo, 1940-1950. Blog *Covilhã, cidade-fábrica, cidade granja*. <http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/7634.html>. 90
- Fig. 21** Vista geral da Covilhã de nascente. Fotografia da autora, 2014. 92

- Fig. 22** Reconversão da Real Fábrica de Panos, edifícios UBI e Museu dos Lanifícios, década de 80, século XX. *Uma ideia para a cidade da Covilhã. Nuno Teotónio Pereira Candidatura ao Prémio Sir Robert Mathew*, p.14. 94
- Fig. 23** Edifício UBI, Biblioteca central e Museu dos Lanifícios – núcleo da Real Fábrica Veiga, ribeira da Goldra. Fotografia da autora, 2013. 94
- Fig. 24** Real Fábrica de Panos, cerca de 1900. Revista Monumentos 29, Julho 2009, p. 14. 95
- Fig. 25** Reconversão para a Universidade e Museu dos Lanifícios da Covilhã. Fotografias da autora, 2013. 95
- Fig. 26** Fábrica Ernesto Cruz no Sineiro, ribeira da Carpinteira, 1993. Blog *Covilhã, cidade-fábrica, cidade granja*. <http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/4783.html>. 96
- Fig. 27** Fábrica Ernesto Cruz, actual Polo IV da UBI. Fotografia da autora, 2014. 96
- Fig. 28** Pólos I e II da UBI, reconversões de antigas fábricas junto à ribeira da Goldra. Imagem da autora e baseada em Espírito Santo, T. (2010). *Covilhã, Paisagem industrial*. Dissertação apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de mestre, orientada por Pedro Maurício Borges, Coimbra. Acedido a 28 de Novembro de 2013, disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/14079>. Fig. 40, p. 57. 97
- Fig. 29** Biblioteca Central da UBI e Palacete Mendes Veiga. Fotografia da autora, 2013. ... 98
- Fig. 30** Centro de Documentação e Museu dos Lanifícios – núcleo da Real Fábrica Veiga. Fotografia da autora, 2013. 98
- Fig. 31** Vista de conjunto dos Polos I, II e III da UBI, na zona da Goldra. Fotografia da autora, 2013. 98
- Fig. 32** Extracto da Planta de zonamento do PUGC, 2010. A trama azul indica as áreas abrangidas pelo PU da ribeira da Carpinteira (1) e o PU da ribeira da Goldra (2). Câmara Municipal da Covilhã, 2010. 102
- Fig. 33** Áreas de intervenção do programa Polis: Plano de Pormenor do vale da ribeira da Carpinteira e (amarelo) e Plano de Pormenor do vale da ribeira da Goldra (laranja). *Programa Polis*; Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território (2001). *Viver a Covilhã*.

<i>Programa Polis. Plano Estratégico.</i> Lisboa: Programa Polis. Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.	106
Fig. 34 Ruínas de edifícios fabris, zona das Poldras, margem esquerda da ribeira da Carpinteira. Fotografias da autora, 2013.	107
Fig. 35 Revitalização de um vazio urbano. Parque da Goldra e Elevador da Goldra. Fotografias da autora, 2013.	109
Fig. 36 Imagem de satélite da Covilhã: (a) ribeira da Carpinteira; (b) ribeira da Goldra; (1) centro histórico; (2) Bairro dos Penedos Altos; (3) Bairro do Rodrigo e (4) Bairro da Estação, zona plana da cidade. Google Earth, 2014.	110
Fig. 37 Plano de Mobilidade Pedonal da Covilhã, Programa POLIS, Nuno Teotónio Pereira et. al., 2000-2004. Revista Sociedade e Território, nr.º 37/38, Junho 2004, p. 123.	113
Fig. 38 Vale da ribeira da Goldra, articulação entre as pontes e os elevadores, N. Teotónio Pereira, 2000-2004. Revista Sociedade e Território, nr.º 37/38, Junho 2004, p. 124.	114
Fig. 39 Elevador de S. André; Funicular de S. João de Malta; Elevador da Goldra e Elevador do Jardim Público (em construção). Fotografias da autora, 2014.	115
Fig. 40 Ponte Pedonal da ribeira da Carpinteira, Carrilho da Graça, 2009. Fotografias da autora, 2014.	116
Fig. 41 Esquemas da implantação dos edifícios no terreno, Nuno Teotónio Pereira, s.d.. e extracto da Planta do Programa de Execução do Plano de Urbanização da ribeira da Carpinteira, ARPAS et. al., 2002. ARPAS et al. (2003). Planos de Urbanização dos Vales das Ribeiras da Goldra e da Carpinteira. In <i>JA – Jornal dos Arquitectos</i> . (2003, Janeiro/Fevereiro). N.º 209. (Pp. 34-40). Lisboa: Ordem dos arquitectos. P. 36.	120
Fig. 42 Vale da ribeira da Carpinteira, vista da várzea. Fotografia da autora, 2014	122
Fig. 43 Limite edificado na margem direita da ribeira, orientada a norte, sobre terreno em socacos. Fotografia da autora, 2014.	124
Fig. 44 Ruínas da Fábrica dos Cruzes e Anexos da Fábrica Manuel Conde. Fotografias da autora, 2014.	128
Fig. 45 Implantação de um edifício habitacional sobre uma ampliação da Fábrica António Estrela, salientando-se também como uma barreira visual. Fotografias da autora, 2013...	131

Fig. 46 Edificações fabris sobre a linha de água, Fábrica António Estrela e Fábrica José da Cruz Fael Júnior / Santos Pinto, ribeira da Carpinteira. Fotografias da autora, 2013.	134
Fig. 47 Perspectivas da Ponte Pedonal da Carpinteira. Fotografias da autora, 2014.	135
Fig. 48 Fábrica Nova Penteação e Fiação de Lãs e Fábrica José da Cruz Fael Júnior / Santos Pinto, zona da várzea. Fotografias da autora, 2014.	137
Fig. 49 Edifícios habitacionais de cérceas exageradas, limite do vale da ribeira da Carpinteira. Fotografia da autora, 2014.	139
Fig. 50 <i>New Hand Lab</i> , Fábrica António Estrela, Júlio Afonso, 2013. Fotografias da autora, 2013.	145

Introdução

Introdução

A cidade da Covilhã carrega em si o peso de uma cidade que, em tempos, foi considerada uma das maiores cidades industriais do país, e hoje revela todo esse estatuto no património arquitectónico industrial que permanece, grande parte dele, intocável e disperso pela paisagem, sem que neste momento a sua funcionalidade seja perceptível face à velocidade de desenvolvimento das cidades actuais. Mas, à parte todo um edificado fabril actualmente inválido e em desuso, encontramos-nos perante um problema ainda maior e flagrante e que diz respeito ao território onde “pousa” esse edificado, ou seja, o território que lhe dá suporte e que interliga toda uma rede de infraestruturas que hoje se diluiu e está esquecida.

1. Objecto de estudo

O território abordado nesta dissertação não é um espaço urbano isolado, trata-se sim de um pedaço de cidade, a cidade da Covilhã. Esta, embora não viva actualmente do carácter industrial referido, a indústria dos lanifícios, desenvolveu-se sem que as provas dessa actividade fossem demolidas ou substituídas. Elas foram sim lentamente esquecidas e engolidas por processos de expansão urbana que pouco as contemplaram.

O território referido é ponto fulcral da investigação – o vale da ribeira da Carpinteira – reflecte aspectos que caracterizam a cidade da Covilhã de hoje. O vale, pelas suas características de relevo, declive e ocupação do território, tornou-se ao longo de décadas um problema urbano de questões particulares e sensíveis para a cidade, para a mobilidade da população, para a imagem da paisagem, para o desenvolvimento da paisagem em redor e para o próprio desenvolvimento de planos e políticas urbanas que, cirurgicamente, pretendem reorganizar e revitalizar o espaço. Entender a quebra da rede urbana da cidade que o vale da ribeira da Carpinteira cria, torna-se um aspecto fundamental para uma abordagem ao que deve vir a ser o futuro de todo o “ecossistema” da zona em causa, constituído por edificado, estrutura urbana, vivência do local e mesmo como ponto de ligação de diferentes zonas da cidade da Covilhã. Trata-se não apenas de vencer um declive, um vale, mas essencialmente de revitalizar um vazio urbano, um ponto problemático da cidade que, apesar dos planos territoriais e estudos precedentes, permanece quase intocável.

Tendo em conta a extensão do vale da ribeira da Carpinteira, dar-se-á particular destaque ao seu troço intermédio integrado no espaço urbano da Covilhã, onde encontramos a maior

concentração de património industrial decadente, pela aproximação crítica a um contexto urbano que se desenvolveu com contrastes arquitectónicos evidentes e programas funcionais distintos, de relação frágil com a cidade contemporânea.

2. A problemática do tema

A problemática abordada relaciona-se intimamente com questões que englobam a revitalização deste espaço urbano e a ligação da cidade com o mesmo. Quais as potencialidades desta fracção de território? Qual a sua importância para a cidade? Assiste-se, neste momento a um desequilíbrio entre a expansão territorial da cidade e a reabilitação do património fabril em decadência. As questões que relevam do crescente interesse pela arqueologia industrial e pela preservação da memória dos lugares, levam a uma crescente consciencialização sobre o valor patrimonial dos sítios e da paisagem, preocupações expressas nos principais documentos que visam a protecção do património a nível internacional, como é o caso da Carta de Veneza de 1964, ou a Carta Europeia do Património Arquitectónico de 1975, muitas vezes em dissonância com o desenvolvimento urbano, seja ele programado ou não.

Paralelamente, o planeamento e os instrumentos de gestão territorial cujo formato se encontra disponível no nosso quadro nacional, mostram-se frequentemente desenquadrados face às especificidades dos objectivos que o diagnóstico urbano sugere, para além de serem praticamente ineficazes na ultrapassagem das questões referentes à propriedade dos solos. (Portas, 2005, pp. 163-164)

3. Objectivos

Procuraremos abordar as acções e iniciativas de planeamento propostas e indagar de que forma se tornam ou não processos suficientemente ponderados e sustentados, quer sob o ponto de vista económico, quer patrimonial ou da ecologia urbana, questões que hoje se relevam no desenvolvimento de planos urbanísticos das cidades, na perspectiva de reforçar a interdisciplinaridade entre a arquitectura e o planeamento urbano, bem como o reconhecimento da potencialidade de um património local.

O grau de execução de planos e programas delineados, desde a tomada de consciência da potencial falência do tecido económico e urbano, subjacente à crise do sector industrial dos

lanifícios presente na Covilhã, parece não ter sido até hoje eficaz na transformação de zonas com imensas carências. A aderência dessas propostas às operações de reconversão e reabilitação, efectivamente levadas a efeito, têm sido pouco visíveis, tanto na modificação da paisagem das zonas das ribeiras, particularmente na Carpinteira, como na fruição da cidade pela população. Ainda que hoje seja possível verificar que a cidade apresenta uma estrutura polinucleada, a par deste aspecto positivo permanecem situações de “vazios urbanos”, cujo conceito se explicitará mais à frente e que se refere ao abandono funcional de determinadas áreas do espaço urbano.

Pretende-se essencialmente:

- Reconhecer o valor do edificado industrial como elemento que interliga questões sociais, urbanísticas, arquitectónicas e históricas e estudar a relevância da sua reabilitação tendo em vista a sua integração na cidade actual.
- Explorar o planeamento urbano sustentável como possibilidade de transformação do território, encarando novas possibilidades urbanísticas para o local;
- Ponderar que potencialidades e fragilidades se encontram perante a recuperação e revitalização de um território de natureza específica, em vale encaixado, com testemunhos industriais edificados e o facto de se constituir como uma descontinuidade urbana;
- Comprovar que a reconfiguração e revitalização deste tipo de espaços em decadência podem ser uma mais-valia para a cidade contemporânea.

Desta forma, a base do trabalho de investigação contempla a análise e diagnóstico do caso de estudo do vale da ribeira da Carpinteira, elaborando o retrato completo da situação existente na área definida, ponderando as suas potencialidades e oportunidades, com a elaboração de um conjunto de propostas de diretrizes para o seu desenvolvimento sustentável com vista à regeneração da área em causa. Procurando extrair deste contexto particular algumas conclusões mais abrangentes, pretende-se, acima de tudo, formalizar uma resposta à questão: como se opera num território pós-industrial, conciliador da relação da cidade com o seu património?

4. Metodologia

A investigação desenvolvida, centrada na descrição e análise de um caso de estudo, foi acompanhada por uma permanência na cidade em longos períodos e intensa visita local com observação directa da zona em estudo e das diversas transformações ocorridas na cidade, possibilitando também o contacto com organismos locais que em muito se

relacionam com o estudo da realidade da cidade e da temática em causa. A investigação seguiu um trajecto do contexto geral dos problemas para o caso particular em que estes se observam, expondo teorias existentes sobre a problemática assente nos vectores da revitalização urbana e do património industrial.

Perspectivando aquelas que seriam as bases conceptuais da investigação e as motivações próprias, procurou-se identificar um conjunto de questões a pesquisar sob a forma de conceitos. Salienta-se a investigação sobre os fundamentos que sustentam a importância dada ao património, desenvolvendo uma pesquisa documental sobre as ferramentas e documentos formais resultantes de eventos que se debruçaram sobre a questão do património industrial, a partir dos anos 30 do século XX, *Cartas* que contêm orientações precisas e que de algum modo adquirem o carácter de manifestos sobre a protecção e conservação, entre outros conceitos, sobre a relação com este tipo de testemunhos.

Para procurar respostas ao conjunto de premissas formulado, considerou-se necessário, inicialmente, abordar o desenvolvimento urbano da Covilhã, com base em fontes históricas, teóricas e documentais disponíveis, dando particular atenção ao seu desenvolvimento industrial, e concretamente ao caso da ribeira da Carpinteira. São muitos os factores aliciantes que levam a encarar o tema abordado como proposta de investigação enquanto paradigma da regeneração urbana pós-industrial, mas também como exemplo explícito de uma cidade que engloba os conceitos que estão envolvidos na elucidação do período da explosão da revolução industrial até à sua decadência.

Na aproximação ao caso de estudo e posteriormente a uma análise e apreciação contextualizada, quer em termos geográficos quer em termos sociais, culturais, arquitetónicos e urbanísticos, procede-se ao entendimento e averiguação dos diversos programas e planos de ordenamento do território e projetos urbanísticos existentes com incidência, de uma forma mais abrangente, sobre a cidade da Covilhã e concretamente sobre a ribeira da Carpinteira, através de documentação cartográfica e de planos sobre a zona, enquadrando-os também nas políticas de planeamento urbano da época. Nesta fase será adoptado um método com uma componente mais descritiva e crítica desses planos, mas também de comparação entre as fontes documentais, os seus conteúdos e opções estratégicas em diferentes períodos de tempo.

A zona da ribeira da Carpinteira em estudo foi seleccionada na área referente ao troço que intersecta o perímetro urbano da Covilhã, alargada às suas encostas, onde a urbanização

do espaço se encontra mais diluída e onde o carácter industrial da sua ocupação é mais evidente.

Ao nível do processo de pesquisa e informação encontrada, foi feita uma selecção das fontes mais credíveis para dar à investigação e dissertação um grau de seriedade e veracidade que se pretende no patamar académico em que nos encontramos. É de igual importância referir que, no decorrer do mesmo, a composição textual e referências bibliográficas, bem como as citações presentes, foram efectuadas de acordo com o sistema APA. Salienta-se também que a mesma não está redigida de acordo com o acordo ortográfico, em vigor desde o ano de 2009.

5. Desenvolvimento e organização do trabalho

Esta dissertação organiza-se em cinco capítulos ordenados a partir da introdução onde é apresentada a importância científica do tema, incluindo a sua justificação, objectivos orientadores e metodologia de trabalho. Nos capítulos seguintes a organização aborda temáticas de carácter mais geral, particularizando de seguida a cidade da Covilhã e, especificamente, a área caso de estudo.

A fase inicial do estudo, relativamente ao capítulo 1, refere-se a um enquadramento teórico e histórico de conceitos que balizam o campo de investigação da dissertação, o património, incidindo posteriormente no património industrial, as operações urbanas que têm um papel principal na melhoria da qualidade das cidades e o conceito de vazío urbano. Na abordagem às estruturas criadas no âmbito da actividade industrial explora-se essencialmente a origem dos testemunhos industriais e o desenvolvimento sobre o significado e valorização dos mesmos. Procura-se perceber sob o ponto de vista patrimonial, arquitectónico e urbanístico, a sua relevância no território, bem como o seu reconhecimento enquanto testemunhos culturais. Em relação às operações urbanas que poderão ser aplicadas no território em causa, estas são abordadas segundo a sua metodologia e impacto no desenvolvimento de uma cidade. Sobre o conceito de vazío urbano debruçamo-nos principalmente sobre as perspectivas de Solá-Morales e de Gilles Clément, bem como sobre as ideias desenvolvidas na Trienal de Arquitectura de Lisboa de 2007, com tema homónimo.

No capítulo 2 desenvolve-se uma explicação breve acerca da evolução do planeamento urbano em Portugal, cruzando-a com a criação de órgãos legais e figuras de planos anteriormente inexistentes. Apresentam-se as principais reflexões de alguns autores sobre a questão da necessidade do reaproveitamento de tecidos urbanos devolutos e sobre as

principais prioridades a tomar, especialmente nas transformações de antigos espaços industriais e apresenta-se de forma breve a figura legal que permite intervir hoje neste tipo de zonas.

O capítulo 3 aborda a história do desenvolvimento urbano da Covilhã, desde os primórdios da sua ocupação até aos dias de hoje, dando especial enfoque ao crescimento, evolução e decadência do seu carácter industrial. Este segundo capítulo do trabalho constitui uma explanação de carácter histórico e descritivo, numa primeira abordagem à formação da cidade e da sua ligação aos lanifícios, numa segunda abordagem mais centrada no desenvolvimento urbano e na criação dos primeiros planos para uma gestão urbana mais ordenada da cidade em causa, planos temporalmente mais antigos, de carácter mais geral, planos que pretendiam conferir melhores condições à cidade. O capítulo é finalizado com um esclarecimento sobre as questões que levaram à decadência da indústria e, consequentemente, ao abandono e fecho de fábricas e posterior degradação do património arquitetónico e do próprio lugar. Sobre as operações de reconversão do património, interessa-nos perceber de que modo a cidade lidou com a perda da indústria e com o “esvaziar” de vários conjuntos edificados de carácter fabril com uma forte presença urbana na cidade e na sua paisagem. Serão abordadas as intervenções que marcaram as reconversões destas tipologias, de antigas fábricas, para benefício da Universidade da Beira Interior e outros programas funcionais, bem como a forma como se relacionam com o território, mantendo a sua essência.

Posteriormente, no capítulo 4 da dissertação, aborda-se mais profundamente o conjunto de planos e projectos mais recentes, a partir do final do século XX, que englobam um perfil de atitudes de revitalização e regeneração urbana da cidade da Covilhã. Esta abordagem de índole descritiva aos planos, para a regeneração da cidade da Covilhã, torna-se um ponto essencial sobre as premissas que até então orientaram a relação da cidade com as suas particularidades. São abordados, de forma crítica, os diversos instrumentos de gestão territorial, programas e planos urbanísticos promovidos ao longo do tempo e com incidência no espaço em questão, o Programa POLIS, o Plano de Mobilidade Pedonal, o Plano Pormenor da Zona Intra-Muralhas do Centro Histórico da Covilhã e de forma geral, os Planos de Urbanização das ribeiras da Goldra e da Carpinteira.

No capítulo 5, correspondente à última parte da dissertação, de carácter descritivo, demonstrativo e de maior sentido crítico, desenvolve-se uma análise do caso de estudo que constitui o reflexo das questões abordadas anteriormente, o vale da ribeira da Carpinteira, território claramente pós-industrial. Tratando-se da explicação sobre o estado actual do

local, de dimensão significativa no território, que se define através do conceito de vazio urbano, procuramos avaliar e compreender os critérios que deverão regular planos futuros para a sua revitalização. Avaliando, em primeira instância, através do Plano de Urbanização do vale da ribeira da Carpinteira, se o local representa uma dimensão expressiva de oportunidades de reconfiguração e de mais-valias para a cidade da Covilhã e para a sua coerência urbana, demonstra-se de que forma se desencadeia um processo desta natureza face às características do território em estudo. É estudado, criteriosamente, o Plano de Urbanização do vale da ribeira da Carpinteira, caracterizando a sua génese, enquadramento legal, eficácia e efetiva implementação, essencial para a abordagem pormenorizada sobre o local de estudo – a ribeira da Carpinteira.

Interessa-nos perceber as condicionantes deste tipo de intervenção, o poder de resposta dos arquitectos e que tipo de transformações podem ser desenvolvidas para o vale da ribeira da Carpinteira tendo em conta as implicações de carácter financeiro, social, de sustentabilidade e exequibilidade. Interessam-nos também as intervenções que promovam a reflexão teórica sobre o local e expõem-se um conjunto de debilidades que se observam no local, a par de um conjunto de medidas de aproximação à estratégia de regeneração urbana pós-industrial do local.

Procurar-se-á assim identificar um conjunto de directrizes gerais integrando propostas de intervenção, que permita a efectiva reconversão da zona em estudo com base nas suas potencialidades intrínsecas e no respeito pelo valor do seu património construído e pelo carácter de repositório de uma memória colectiva identificadora da cidade.

Por fim, são apresentadas, no último Capítulo do estudo, as considerações finais sobre o tema desenvolvido. São também apresentados anexos referentes à cartografia da situação existente e das principais vias de acesso, e do Plano de Urbanização da ribeira da Carpinteira (ARPAS et al., 2002).

6. Estado da Arte

Na pesquisa e consulta de bibliografia consideraram-se três temáticas principais: os estudos sobre o património, especificando o património industrial, características da tipologia, quais os procedimentos e abordagem à sua transformação, como se opera sobre o mesmo; a cidade da Covilhã, sua história, desenvolvimento e evolução urbanística, e o planeamento urbano como estratégia de revitalização de áreas em estado crítico na cidade.

Esta investigação para dissertação parte de algumas obras que têm um papel essencial na elaboração da mesma, e no desenvolvimento de um conjunto de ideias consistentes e claras do que se pretende, para obter uma estrutura coerente, que irão ser aqui apresentadas.

Partindo do geral para o particular, a obra “Breve História do Urbanismo” de Fernando Chueca Goitia (1982/2010), com particular interesse na “Lição 8 – Cidade Industrial” (pp. 144-161), torna-se importante na explicação face à cidade industrial, aliando o seu progresso aos seus problemas, e nos factores que levaram ao seu aparecimento, estabelecendo uma comparação com o caso da Covilhã, para o entendimento das marcas físicas na passagem do tempo, as relações que estabelecem entre o palco da história, os espaços e o funcionamento dos mesmos com a cidade contemporânea e até o carácter da vida pública para a vivência da cidade. A “Alegoria do Património”, de Françoise Choay (2001/2010), permitiu perceber a noção de património, introduzindo a importância dos vestígios industriais mas também a possibilidade e dever de aplicação de estratégias de intervenções como a reconversão e o restauro. A autora expressa a ideia de nos reposicionarmos fora do objecto arquitectónico e nos distanciarmos da sua história para perseguirmos a capacidade de este mesmo objecto adquirir novas funções no meio em que se insere.

Numa primeira abordagem sobre os centros urbanos, com vista a clarificar alguns conceitos relacionados com a evolução dos mesmos, destaca-se, a obra “A cidade em Portugal – Uma geografia urbana” de Teresa Barata Salgueiro (1992), que trata um conjunto de pontos referentes à reflexão sobre a problemática urbana, a formação dos aglomerados urbanos relativamente à sua história e morfologias, e sobre as funções, posições e desenvolvimento das cidades em vários campos. Torna-se relevante pelo espectro de assuntos abordados, desde o campo da arquitectura, questões do património, urbanismo das cidades e processos de planeamento urbano, estabelecendo sempre um enquadramento histórico.

A obra de Nuno Portas (2005), “Os tempos das formas. Vol. I: A Cidade Feita e Refeita”, que engloba uma série de textos apresentados em colóquios que se referem aos traçados e políticas relativas ao planeamento das cidades, evidenciando a responsabilidade social e técnica dos arquitectos, torna-se importante pela explicação de questões relacionadas com o urbanismo, com a acção no terreno para além da criação de planos, sua evolução e práticas para o processo contemporâneo.

Para o entendimento da cidade em estudo, surge a obra “História da Covilhã”, da autoria de José Aires da Silva (1970), obra que servirá essencialmente na orientação cronológica e na

compreensão das várias fases do desenvolvimento urbano, social e cultural que a cidade sofreu. Numa breve leitura de algumas passagens do livro observam-se algumas descrições sobre determinados conjuntos fabris. São também abordados, de forma clarividente e mais interessante para a investigação em causa, temas como a primeira empresa têxtil da Covilhã, a era pombalina relacionada com as indústrias, a Real Fábrica de Panos, seguindo em direcção ao ponto fulcral e de interesse, a sua decadência e o colapso de toda uma economia sustentada pelas fábricas.

Na perspectiva de contextualizar a cidade da Covilhã, perceber a origem da cidade, desde os tempos mais remotos até ao seu estado actual, averiguar a importância histórica da cidade e o que representou e representa, tendo em conta a sua evolução, património, arquitectura e estrutura urbana, surge a Revista Monumentos, número 29, publicada em Julho de 2009. Esta obra revela-se importante pela compilação uma série de artigos de investigadores que, em determinado momento, investiram no estudo da cidade da Covilhã, estabelecendo a ponte entre a cidade histórica e as suas transformações mais recentes, sempre com uma preocupação de aproximação à característica de cidade com um vasto património industrial.

Na investigação deste tema sobre reconfiguração e regeneração de tecidos industriais e de configurações urbanas pós-industriais em Portugal, com a necessidade de revitalizar zonas obsoletas da cidade e promover o seu desenvolvimento, surgem investigadores que se dedicaram de alguma forma ao estudo destes aspectos: Elisa Calado Pinheiro (2008, 2009), Deolinda Folgado (2009), Domingos M. Vaz, Maria João Matos (2009, 2011), João Ferrão (2003, 2005), José Amado Mendes (s.d.), Ana Vaz Milheiro (2003, 2009) e José Manuel Lopes Cordeiro, com um papel importante na bibliografia recolhida que consiste em artigos, publicações periódicas ou documentos disponíveis e publicados na internet. Através dos mesmos é possível verificar as diferentes visões destas temáticas, ao nível nacional e mesmo local.

Como base de aproximação ao estudo do tema e para perceber que tipos de caminhos têm sido tomados na investigação desta temática, focada na cidade da Covilhã, surge a Prova de Dissertação de Mestrado de Teresa Espírito Santo, de Julho de 2010 – “Covilhã, Paisagem Industrial” que estuda, perante o património e a paisagem industrial da Covilhã, e na abordagem às diferentes atitudes de intervenções neste contexto, as suas consequências na paisagem, relevante na visão da autora sobre de que forma as intervenções devem modificar a imagem urbana face à degradação do tecido construído. A cartografia presente, da sua autoria, mostra claramente o património existente na paisagem

para uma visão global da situação actual. Outra Dissertação de Mestrado, defendida em Outubro do mesmo ano, de Ana Serrano (2010), “Reconversão de Espaços Industriais. Três projectos de intervenção em Portugal”, apresenta o estudo concreto de projectos de intervenção e reconversão de edifícios industriais devolutos, explicando a importância, processo arquitectónico, referencia o objectivo de reintegração do património industrial na vida contemporânea das cidades, e a necessidade da introdução deste tipo de testemunhos nos planos de reabilitação urbana.

Para o estudo concreto da transformação e melhoria da situação urbanística da cidade da Covilhã surge a obra “Programa Polis – Plano Estratégico de Covilhã”, de 2001, publicação de carácter explicativo e expositivo de todo o processo definido para a cidade da Covilhã no âmbito deste Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades. De referir também para este enquadramento os artigos presentes na revista *Jornal Arquitectos*, número 209, de Janeiro/Fevereiro de 2003, da autoria de Nuno Teotónio Pereira, “Intervenções que se querem exemplares e de efeito multiplicador”, precisamente sobre as intervenções urbanísticas nas cidades, nos programas de maior ou menor sucesso e na ineficácia do planeamento; e o artigo de Ana Vaz Milheiro, “Polis Covilhã, Exatidão”, fazendo referência aos dois planos de urbanização para os vales das ribeiras da Covilhã e referindo a sua perspectiva de sucesso face às propostas das pontes projectadas para a Covilhã. Na revista *Sociedade e Território*, número 37/38, de Junho de 2004, surge o artigo de Nuno Teotónio Pereira, “Reconquistar a mobilidade pedonal, um plano para a cidade da Covilhã”, onde o autor explica os principais objectivos dos projectos que visam a resolução do problema da acessibilidade face à topografia e declive acentuado da cidade. Nesta sequência, salienta-se também a obra “Candidatura ao Prémio Sir Robert Matthew - Prize Nominee: Uma Ideia para a Cidade da Covilhã”, da autoria do arquitecto Nuno Teotónio Pereira (2005), onde são explicadas as intervenções e objectivos do Programa Polis, realizadas por Nuno Teotónio Pereira, Pedro Botelho e Luís Cabral.

1. Conceitos

1.1. As cartas – Directrizes para o património

É a partir do século XX que começam a ser criados diversos documentos que estabelecem um conjunto de noções e premissas sobre a gestão do património mundial. As cartas sobre a conservação e protecção do património são redigidas na sequência de convenções internacionais, nas quais participam vários Estados, comprometendo-se a contribuir para o objectivo de aumentar a preocupação sobre a preservação de um conjunto de elementos que reflectem a história de uma cidade. Nas várias Cartas apreciadas, referidas mais adiante, é possível observar aspectos comuns: visam a protecção e preservação do património; defendem a realização de esforços financeiros, jurídicos, administrativos, legislativos, políticos e educativos para a conservação e restauro do património; sustentam a integração do património na vida actual das cidades, adaptando-o a novas funções; concordam com a preservação do carácter de cada edifício, aceitando as transformações necessárias; defendem essencialmente que o património é parte integrante do passado e da história das cidades.

A Carta de Atenas de 1931 (Serviço Internacional de Museus, 1931), constando das conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos, expressa o seu interesse relativamente ao respeito pela obra histórica do passado defendendo que a conservação de monumentos deve ser feita através de uma manutenção regular, com vista a uma ocupação constante. Porém proibiram-se e criticaram-se formalmente as reconstruções totais, a utilização de materiais modernos, como o betão armado, referindo também o evitar da proximidade de elementos estranhos como painéis de publicidade ou postes eléctricos. Alertou-se também para o tipo de construção nova nas proximidades deste tipo de monumentos. Constatava-se também que muitos monumentos a preservar são propriedade de privados, sendo que as divergências da legislação dos países prendiam-se com a gestão entre os interesses públicos e particulares, referindo “as dificuldades de conciliar o direito público e o direito dos particulares” (Serviço Internacional de Museus, 1931, p. 1), e tendo em conta estas dificuldades as legislações devem encontrar o mínimo de oposição possível, alertando para a possibilidade de serem pedidos sacrifícios aos proprietários com vista ao interesse local. Delega na autoridade pública de cada Estado a obrigação da aplicação de medidas de conservação. Aceita desde logo as intervenções que recorrem aos recursos da técnica moderna e materiais como o betão armado, acompanhadas por arquitectos, especialistas em conservação e restauro e representantes de outras áreas científicas mais específicas.

Nessa conferência de Atenas (1931) foi dado ênfase ao monumento e à preservação de conjuntos com algum interesse especial, mas em perspectivas de sentido pitoresco. Ao longo do tempo tem-se vindo a aprofundar o conceito de património e a melhor forma de lidar com o mesmo. Passou a ter-se em atenção, não só um objecto, mas o conjunto em redor com valor estético, cultural e social, passando por uma rua apenas ou um bairro. Passou a assumir-se a reconstituição e restauro para estas conservações, processos de renovação com a destruição de extensões de espaços herdados para enaltecer aspectos e elementos do património em causa, introduzindo-se desta forma os conceitos de reabilitação, reutilização e revitalização. (Salgueiro, 1992, p. 390)

A definição atribuída a estes conceitos não é consensual até ao momento, porém podemos defini-los da seguinte forma:

1I Conservação/restauro/reconstituição refere-se à manutenção dos edifícios através de obras; sendo que a conservação se refere a pequenas obras e a reconstituição e restauro constituem obras de carácter mais profundo que se prende com um estado de degradação maior. (Salgueiro, 1992, p. 390)

2I Renovação implica a substituição de estruturas existentes com demolição de edifícios e construção de novos. Pode não incluir a alteração da malha pré-existente, ou pode integrar uma operação de planeamento sobre uma área com alteração e mudança de imóveis e suas infraestruturas. (Salgueiro, 1992, p. 390)

3I Reabilitação aplica-se numa área ou imóvel que se pretende manter e salvaguardar, implicando para isso operações de restauro e conservação dos objectos arquitectónicos, podendo aplicar-se a designação *reabilitação física* e a *reabilitação funcional*, conservando características mas também possibilitando a convivência de actividades, habitações, aumentando a sua capacidade de atracção. (Salgueiro, 1992, p. 390)

Posteriormente, em 1933, teve lugar também em Atenas um Congresso Internacional de Arquitectura Moderna – CIAM IV – influenciado por ideias de Le Corbusier. Nele formaram-se novas conclusões sobre o tema da preservação do património, dando origem a uma nova Carta de Atenas (CIAM, 1933) que contradiz alguns aspectos e substituiu a anterior e que teve maior divulgação. As ideias baseavam-se para além da protecção do edificado urbano com valor, na valorização da qualidade de vida dos habitantes. Assim a ideia era a de construção de novas cidades que, "aproveitando os recursos técnicos existentes, respondessem às necessidades fundamentais do indivíduo, as quais eram, para Le

Corbusier, as de habitar, trabalhar, circular e distrair-se ou recrear-se, bases da organização da cidade para a escolha funcionalista do urbanismo." (Salgueiro, 1992, p. 389).

A Carta de Veneza, Sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios (ICOMOS, 1964), elaborada com vista à actualização da anterior Carta de Atenas, na sua definição de monumento histórico refere que “esta noção estende-se não só às grandes criações mas também às obras modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural.” (ICOMOS, 1964, p. 1). Todas as intervenções a serem realizadas, bem como adições e ampliações devem respeitar as partes mais relevantes do edifício, devendo também existir um equilíbrio entre as partes e a relação com a envolvente. Nos objectivos do documento podemos ler o seguinte:

“A conservação dos monumentos é sempre favorecida pela sua adaptação a uma função útil à sociedade, esta afectação é pois desejável mas não pode nem deve alterar a disposição e a decoração dos edifícios. É assim dentro destes limites que se devem conceber e que se podem autorizar as adaptações tornadas necessárias exigidas pela evolução dos usos e costumes.” (ICOMOS, 1964, p. 2)

Em 1972, a Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural (UNESCO, 1972), considera três tipos de património: “os monumentos – obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de carácter arqueológico (...); “os conjuntos – grupos de construções isolados ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excepcional (...)” e “os locais de interesse – obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza” (UNESCO, 1972, p. 2), sendo que compete a cada Estado identificar os elementos presentes no território, com vista a uma protecção activa e eficaz através dos seus recursos, com a possibilidade de assistência e cooperação de meios internacionais. Esta Carta fala-nos em “adoptar uma política geral que vise determinar uma função do património cultural e natural na vida colectiva e integrar a protecção do referido património nos programas de planificação geral” (UNESCO, 1972, p. 3).

Também a Carta Europeia do Património Arquitectónico (Conselho da Europa, 1975), diz-nos que “a conservação do património arquitectónico depende largamente da sua integração no quadro de vida dos cidadãos e da sua consideração nos planos de ordenamento do território e de urbanismo” (Conselho da Europa, 1975, p. 2). Refere também que o património arquitectónico é formado não apenas por monumentos importantes mas por conjuntos que constituem a cidade antiga e suas características. Fala-nos também do conceito de “conservação integrada”, ou seja, da intervenção com técnicas de restauro

adequadas e da atribuição de funções apropriadas. Esta Carta Europeia do Património Arquitectónico foca também a sua atenção na Europa e na importância da reunião de esforços a nível jurídico, financeiro, administrativo e técnico como ponto de partida na acção sobre o património arquitectónico.

A Recomendação de Nairobi (UNESCO, 1976), relega nos governos e estados, bem como em todos os cidadãos, a obrigação de proteger e conservar o património arquitectónico presente no território, tendo em conta conjuntos históricos e o património universal que é designado como inigualável. Esta Recomendação demonstra a preocupação do enquadramento entre os tecidos históricos e os novos complexos edificados. Nesta Recomendação foram considerados os espaços e conjuntos edificados que apresentem valores relevantes quer do ponto de vista arquitectónico, quer social, estético, cultural, histórico ou arqueológico. O documento é claro quanto às operações para estes elementos, definindo o aspecto da salvaguarda patrimonial como o conjunto de operações que visam a sua revitalização, bem como dos conjuntos e seus enquadramentos, salientado também a importância da intervenção das autoridades públicas e a sua contribuição em conjunto com os privados, e os habitantes e utilizadores desses espaços.

A Recomendação define inicialmente os conceitos “conjunto histórico ou tradicional” como um grupo de construções e espaços que constituem um assentamento humano e que são reconhecidos pelo seu valor arqueológico, arquitectónico, histórico, estético ou sócio-cultural bem como pelo seu enquadramento natural ou construído representativo da dinâmica desses conjuntos ou da sua ligação espacial por relações sociais, económicas ou culturais. Importa também referir que, neste documento, o conceito de “salvaguarda” diz respeito à identificação, protecção e manutenção do património, mas também à revitalização e transformação funcional e construtiva dos conjuntos. (UNESCO, 1976, p. 3)

As directrizes desta Recomendação revelam uma preocupação sobre a implementação de políticas activas de protecção dos conjuntos históricos e seu enquadramento. O planeamento territorial deve contemplar estes conjuntos não só sob o ponto de vista de protecção mas também na sua integração na vida contemporânea da cidade, sendo que “as acções resultantes desse planeamento deveriam integrar-se à formulação dos objectivos e programas, à distribuição das funções e à execução das operações.” (UNESCO, 1976, p. 4). No documento é também expressa de forma clara a necessidade da criação de planos e documentos que definam as zonas e elementos a proteger, as suas restrições específicas, as normas para as eventuais transformações e, ainda mais importante, as condições de implantação de novos edifícios. (UNESCO, 1976, p. 5)

A par destas medidas de planeamento e execução de trabalhos, a recomendação elege também a necessidade de que o desenvolvimento de estudos científicos específicos para as zonas em causa sejam elaborados por equipas multidisciplinares, contemplando análises criteriosas sobre os conjuntos e a sua evolução, com a definição justificada de quais a proteger, conservar ou destruir, bem como, a inventariação dos espaços abertos, públicos e privados, e a realização de investigações de carácter arquitectónico por forma a planear operações inequivocamente coerentes. No documento, sobre a atribuição de novas funções, pode ler-se o seguinte: “uma política de revitalização cultural deveria converter conjuntos históricos em pólos de actividades culturais e atribuir-lhes um papel essencial no desenvolvimento cultural das comunidades circundantes.” (UNESCO, 1976, p. 10) Desta Recomendação salienta-se ainda o estímulo para a resolução das questões de mobilidade, o favorecimento do trânsito de pedestres e a criação de “redes de transporte que facilitem ao mesmo tempo a circulação de pedestres.” (UNESCO, 1976, p. 10)

A Recomendação encoraja também, a nível de formação e investigação, o crescente interesse referente aos ensinamentos específicos sobre o tema, seja de instituições, de arquitectos, de estudantes, seja de técnicos de outras áreas relacionadas, bem como dos diversos meios de informação. A nível das matérias referentes às transformações urbanas e arquitectónicas, é referido o seguinte:

“Um cuidado especial deveria ser adoptado na regulamentação e no controle das novas construções para assegurar que sua arquitectura se enquadre harmoniosamente nas estruturas espaciais e na ambiência dos conjuntos históricos. Para isso, uma análise do contexto urbano deveria preceder qualquer construção nova, não só para definir o carácter geral do conjunto, como para analisar suas dominantes: harmonia das alturas, cores, materiais e formas, (...), relações de volumes construídos e dos espaços, assim como suas proporções médias e a implantação dos edifícios. Uma atenção especial deveria ser prestada à dimensão dos lotes, pois qualquer modificação poderia resultar em um efeito de massa, prejudicial à harmonia do conjunto.” (UNESCO, 1976, p. 9)

Ainda sobre esta temática é de ressaltar também a Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa (Conselho da Europa, 1985), que define como “património arquitectónico” três tipos de bens imóveis: os monumentos, os conjuntos arquitectónicos e os sítios, respectivamente, construções, agrupamentos homogéneos de construções ou a combinação de obras do homem e da natureza, constituindo espaços homogéneos que se possam limitar geograficamente. Esta Convenção define também que deve ser implementado nas regiões em causa, um “regime legal de protecção do património arquitectónico” (Conselho da Europa, 1985, art.1º e 3º).

Sobre as políticas de conservação, a Convenção refere que é essencial a adopção de programas com vista ao restauro e à contínua manutenção do património arquitectónico, bem como à introdução desta atitude aliada à promoção e usufruto dos testemunhos arquitectónicos. Nas políticas que dizem respeito à cultura, ambiente e ordenamento do território, a Convenção salienta também a adopção de políticas que “promovam sempre que possível, (...) a conservação e utilização de edifícios” (Conselho da Europa, 1985, art.10º, 4)), mesmo que estes não usufruam de protecção legal, desde que tenham particular interesse a nível do seu contexto em ambiente urbano ou rural e sejam relevantes e potenciadores para a melhoria da qualidade de vida, completando também as exigências da vida contemporânea, protegendo sempre as suas características arquitectónicas e históricas. A Convenção estabelece claramente a aprovação da adequada adaptação do património edificado a novas funções e utilizações, e o dever da abertura deste ao usufruto público. (Conselho da Europa, 1985, art.11º e 12º)

Este documento refere também a importância da renovação e melhoramento de um determinado habitat como objectivo principal do conceito de salvaguarda, sendo que as pequenas intervenções podem ter consequência para toda a cidade, insistindo na participação dos seus habitantes no processo enquanto parte integrante do sucesso do mesmo.

Sobre a Carta para a Salvaguarda das Cidades Históricas (ICOMOS, 1986), esta diz respeito às cidades, centros ou bairros históricos, e à sua passagem por episódios da história, que com o seu enquadramento natural ou construído devem ser preservadas face aos seus elementos materiais e culturais que exprimem a imagem da cidade ao longo do tempo. Nela são destacados aspectos como a morfologia urbana, a tipologia e o aspecto dos edifícios e as suas relações com enquadramento específico nas funções adquiridas pela urbe. De entre os valores a preservar referentes aos elementos construídos e históricos que exprimem a imagem da cidade, assinalados por esta Carta, salientamos: “c) a forma e o aspecto dos edifícios (interior e exterior), tais como eles se definem pela sua estrutura, volume, estilo, escala, (...)”, “d) as relações da cidade com o seu enquadramento natural ou criado pelo homem;” e “e) as vocações diversas da cidade, adquiridas no decurso da sua história.” (ICOMOS, 1986, p. 2). Assim, as ações de salvaguarda e preservação deverão ser sempre baseadas na seguinte noção:

“No caso de ser necessário efectuar transformações de imóveis, ou de os construir de novo, todo o acrescentamento deverá respeitar a organização espacial existente, nomeadamente os seus aspectos parcelares e a sua escala, como o impõem a qualidade e

o valor de conjunto das construções existentes. A introdução de elementos de carácter contemporâneo, sob reserva de não prejudicarem a harmonia do conjunto, pode contribuir para o seu enriquecimento.” (ICOMOS, 1986, p. 3)

Elas deverão ainda “concorrer para um melhor conhecimento do passado das cidades históricas, favorecendo as pesquisas de arqueologia urbana e a apresentação apropriada das suas descobertas sem prejudicar a organização geral do tecido urbano.” (ICOMOS, 1986, p. 3). Na sequência desta Carta para a Salvaguarda das Cidades Históricas (1986), completando-a na mesma linha de apreciações e preocupações, surgirá mais tarde a Carta de Cracóvia 2000.

Assim, podemos considerar que os principais documentos que visam a protecção do património a nível internacional são a Carta de Atenas de 1931 (Serviço Internacional de Museus, 1931) sobre o restauro, a Carta de Atenas de 1933 (CIAM, 1933) sobre o património, a Carta de Veneza (ICOMOS, 1964), a Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural (UNESCO, 1972), a Carta Europeia do Património Architectónico (Conselho da Europa, 1975), a Recomendação de Nairobi (UNESCO, 1976), e a Carta de Burra, na sua versão mais recente. (ICOMOS, 2013). Especificamente, tendo em conta este trabalho, salientamos a Carta de Nizhny Tagil (TICCIH, 2003) sobre o Património Industrial, que se refere à salvaguarda dos conjuntos históricos e ao seu papel na vida das cidades, que iremos abordar de seguida.

Em suma, é notória a concordância em alguns aspectos usuais presentes na maioria das Cartas apreciadas:

- A afirmação da importância dos testemunhos do passado, quanto ao seu valor histórico, social e cultural para a sociedade.
- A conveniência da sua integração na vida contemporânea das cidades.
- A necessidade de alertar para a agilização de políticas e procedimentos tendentes a garantir o desenvolvimento efectivo das revitalizações.
- O estímulo à contínua investigação científica e formação de técnicos a operar nestas matérias, mesmo nas camadas mais jovens.
- O estabelecimento de regras e princípios a seguir nas intervenções sobre os edifícios, sítios e paisagens.
- A abertura à reutilização dos edifícios de valor patrimonial conhecido, a novas funções.
- A importância não das equipas multidisciplinares para estas intervenções mas também dos técnicos qualificados, aliadas a uma valorização da opinião pública.

1.2. O Património Industrial

No âmbito da protecção e conservação do património industrial, destaca-se a TICCIH, como organismo consultor específico do ICOMOS para este tipo de património, dedicada ao estudo, protecção, investigação e divulgação do mesmo. A disciplina de estudo desta organização, centrada no conceito de património industrial, formaliza-se na Carta de Nizhny Tagil de 2003, que confere relevância ao estudo dos vestígios que “testemunham mudanças fundamentais nos processos de fabrico dos objectos da vida quotidiana” (TICCIH, 2003, p. 1). Focando o seu estudo no período histórico compreendido entre o início da Revolução Industrial, a partir da segunda metade do século XVIII, até hoje, importa referir que o objectivo principal da Carta é:

“afirmar que os edifícios e as estruturas construídas para as actividades industriais, os processos e os utensílios utilizados, as localidades e as paisagens nas quais se localizam, assim como todas as outras manifestações, tangíveis e intangíveis, são de uma importância fundamental. (...) devem ser inventariadas, protegidos e conservados, de acordo com o espírito da carta de Veneza, para uso e benefício do presente e do futuro” (TICCIH, 2003, p. 2).

Segundo a Carta de Nizhny Tagil (TICCIH, 2003), “O património arquitectónico compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitectónico ou científico” (TICCIH, 2003, p. 3). Esta categoria de património inclui assim, para além de edifícios, máquinas e oficinas, fábricas, armazéns, instalações de apoio e infraestruturas para este tipo de actividades, bem como locais de actividades socialmente relacionadas com a indústria, como por exemplo, os bairros de habitação. Tendo em conta os valores do património industrial importa referir que, “Na história da indústria, da engenharia, da construção, o património industrial apresenta um valor científico e tecnológico, para além de poder também apresentar um valor estético, pela qualidade da sua arquitectura, do seu *design* ou da sua concepção” (TICCIH, 2003, p. 4), valores que estão intimamente ligados aos sítios e às paisagens industriais, aos seus elementos construídos e estruturas, tipologias ou sítios de processos específicos de produção.

Face à protecção legal das fábricas, complexos, conjuntos de edifícios e paisagens industriais, de acordo com a Carta de Nizhny Tagil, “Os sítios mais importantes devem ser integralmente protegidos e não deve ser autorizada nenhuma intervenção que comprometa a sua integridade histórica ou a autenticidade da sua construção. A adaptação coerente, assim como a reutilização, podem constituir formas apropriadas e económicas de assegurar a sobrevivência de edifícios industriais (...)” (TICCIH, 2003, p. 8), sendo que estas

mudanças e ameaças à capacidade estrutural devem ter o apoio por parte das autoridades locais através da preparação de planos com respostas eficazes a estas questões. De facto, podemos ver que a posição deste organismo é bastante clara, ao referir o seguinte:

“Adaptar e continuar a utilizar edifícios industriais evita o desperdício de energia e contribui para o desenvolvimento económico sustentado. O património industrial pode desempenhar um papel importante na regeneração económica de regiões deprimidas ou em declínio. A continuidade que esta reutilização implica pode proporcionar um equilíbrio psicológico às comunidades confrontadas com a perda súbita de uma fonte de trabalho de muitos anos.” (TICCIH, 2003, p. 11).

O aumento da preocupação face a estas temáticas do património e arqueologia industrial, a nível internacional, acontece a partir da década de 70 do século XX, em vários países europeus e nos Estados Unidos com a criação de organizações de grande relevância internacional sobre o património, como a TICCIH e a ICOMOS, divulgando, preservando e investigando os vestígios industriais a nível mundial. Foram também desenvolvidos diversos estudos, inventários e investigações face ao tema, começando a observar-se a reutilização de edifícios de carácter industrial desactivados. Este tema foi também incluído nas preocupações da UNESCO e do Conselho da Europa. Segundo A. Serrano, "cada vez mais são exploradas as potencialidades deste tipo de património" (Serrano, 2010, p. 34) em diversas áreas.

A existência de um edifício industrial, normalmente designado de fábrica, num determinado território, revela a existência de algum tipo de actividade produtiva que, em determinada época, se pode também associar à exploração de recursos naturais para obtenção de energia. No desenvolvimento destas actividades, ao longo do tempo, e de acordo com as particularidades do trabalho e dos próprios espaços, foi criado um tipo de arquitectura com características particulares. A par do desenvolvimento da indústria e destes conjuntos edificados, melhoraram-se técnicas de construção, os materiais foram também evoluindo, e a arquitectura e a engenharia acompanharam esta evolução. (Serrano, 2010, p. 28)

O progresso industrial, para além do desenvolvimento a nível arquitectónico, teve um papel marcante na modificação da paisagem, na transformação progressiva de territórios urbanos e rurais e, principalmente, na implementação do edificado e das vias de circulação necessárias à expansão da indústria. Inicialmente, estas estruturas integravam-se nos núcleos habitacionais sendo que, mais tarde, dispersaram-se pelo território na procura do uso das fontes de energia naturais. De acordo com Serrano, "a cidade da Covilhã tornou-se

um dos exemplos mais significativos da transformação da paisagem em Portugal". (Serrano, 2010, p. 29)

Com a evolução da produção, durante os séculos XVII e XVIII, a volumetria e a organização espacial das estruturas fabris foi sendo alterada, com um carácter mais perene, austero, de dimensões generosas e com um desenho mais rigoroso. Inicialmente, este tipo de edifícios desenvolveu-se em grandes naves e, com a I Revolução Industrial, os edifícios começaram a ser desenvolvidos também em altura, procurando-se materiais mais baratos, aliando a rentabilidade do investimento à segurança e estabilidade. Depois da pedra, utilizada nos primeiros edifícios, o material mais utilizado passou a ser o tijolo, com a massificação da sua produção, sendo que, no século XIX, nasceu a utilização do ferro na construção, a designada "arquitectura do ferro", com a possibilidade de vencer maiores vãos, o desenvolvimento da construção em altura e as novas tipologias dos grandes pavilhões. A utilização do betão deu-se no final do século XIX, com novas soluções para este tipo de espaços. A tipologia do edifício industrial foi assim influenciada na sua evolução pela experimentação de uma série de materiais e técnicas construtivas, aplicadas mais tarde a situações de construção corrente. (Serrano, 2010, p. 31-32)

1.2.1. O interesse pelo património industrial

De acordo com Serrano, referindo Mendes¹, "são os vestígios dos últimos dois séculos que dominam hoje a paisagem e (...) a realidade cultural, urbana, económica e social contemporânea possuem as suas raízes, directa ou indirectamente, na industrialização" (Serrano, 2010, p. 32), como é o caso da Covilhã. Porém, situações de crise económica ou avanços tecnológicos difíceis de acompanhar, levando ao encerramento de várias unidades de tipologia fabril e consequentemente levando a espaços obsoletos, depositaram no território testemunhos edificados que permanecem até hoje. Como refere J. Mendes:

"Também a partir de meados do século XX a desindustrialização, nuns casos, e a modernização de tecnologia e estruturas noutros, deixaram vagos numerosos edifícios, susceptíveis de reutilização para novos fins. (...) uma vez que a arquitectura industrial se

¹ Mendes, J. (2006). Industrialização e património industrial: desenvolvimento e cultura. In *viver a Natureza. Pensar o Desenvolvimento: Actas do VIII Curso de Verão da Ericeira 24 de Julho / 20, 21 e 22 de Julho de 2006*. Instituto de Cultura Europeia e Atlântica.

rege por princípios inerentes à produção - funcionalidade, racionalidade, adaptabilidade e desempenho -, «é por vezes rapidamente votada à obsolescência». Consequentemente podemos deparar-nos com diferentes cenários: «1) adições e demolições no edifício ou complexo industrial que corresponderam a fases de expansão da produção; b) mudança de uso, em estruturas flexíveis; transformações profundas com a substituição da fonte de energia; e 4) reconstrução» (RAMOS, 2011:12)." (Mendes, s. d., p. 3)

No período pós - II Guerra Mundial, com o desaparecimento de inúmeros vestígios da industrialização e a rápida reconstrução que se seguiu, nomeadamente na Inglaterra, em Londres e Manchester, o berço da industrialização, e na Bélgica, iniciou-se um súbito interesse sobre o estudo e preservação do património industrial que persistia, o chamado "património industrial", que segundo J. Mendes, chamava "a atenção para os valores a ele associados e o seu potencial, inclusive em termos de reutilização para novas funções - dando-lhe assim uma segunda vida" (Mendes, s. d., p. 2). Este estudo, com génese em Inglaterra na década de 1950 devido à destruição de várias fábricas (Mendes, s. d., p. 2) e focado no passado industrial, designou-se inicialmente de arqueologia industrial, abrangendo campos de investigação como a arquitectura e a sociologia, a ciência e a história. Os processos utilizados por esta disciplina passaram pela elaboração de inventários, investigação e identificação arqueológica aliada à "cooperação interdisciplinar e internacional e tem como objectivos a divulgação, a compreensão, a salvaguarda e a protecção dos vestígios industriais." (Serrano, 2010, p. 33), incidindo o seu interesse sobre os testemunhos referentes ao período da Revolução Industrial até aos nossos dias. (TICCIH, 2003, p. 3).

Segundo Mendes, entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, com a desactivação de várias fábricas, Francisco Marques de Sousa Viterbo (1845-1910) tinha já proposto que se comesçasse a estudar a arqueologia industrial portuguesa, expressão inicialmente original do próprio. Porém o assunto foi esquecido e mais tarde recuperado por outros autores ingleses com mais sucesso. (Mendes, s.d., p. 2)

Em Portugal o interesse pelo património industrial desenvolve-se na década de 1980. Sendo até então um tema pouco abordado, começa a ganhar destaque face às preocupações internacionais. Este interesse começa a ser divulgado através de estudos de carácter científico, de publicações e com a organização de algumas exposições, como é o caso da "Arqueologia Industrial: Um Mundo a Descobrir, um Mundo a Defender", em 1985, na Central Tejo. Surgem também organizações ligadas a este interesse sobre o património industrial como a AAIRL, responsável pela realização do "I Encontro Nacional sobre Património Industrial", que teve lugar em Coimbra, Guimarães e Lisboa, em 1986. Com o

sucesso deste encontro surge a APAI, que sucede à AAIRL, em 1988. Surge também no Porto a APPI, organismo que representa a TICCIH em Portugal. (Serrano, 2010, pp. 36-38)

Apesar de, segundo o IGESPAR, instituição estatal responsável pela gestão do património arquitectónico português, esta preocupação de salvaguardar e estudar o património industrial ser recente, esta atitude tem vindo a ganhar destaque ao longo do século XXI, com a realização de inventários, investigações, acções de divulgação, estudo e protecção de vestígios industriais a nível nacional. (Instituto de Gestão do Património Arquitectónico Português [IGESPAR], s.d.). Em Portugal, assiste-se cada vez mais à importância da presença destes testemunhos do território através de vários casos de reconversão e valorização deste tipo de espaços industriais em espaços museológicos. Como refere Mendes, "certas estruturas industriais, pela sua escala e dimensões, são apropriadas para a exibição de obras de grande porte, (...). Neste caso, as instalações integram-se no contexto de uma nova relação estabelecida entre o património, a cultura e a economia (...)." (Mendes, s. d., p. 3), desenvolvendo-se assim o conceito de museologia industrial. Os exemplos de reutilização de antigos edifícios industriais são vastos em Portugal, como o Museu do Oriente (antigos Armazéns Frigoríficos da Doca de Alcântara, Lisboa), Complexo de Artes e Arquitectura da Universidade de Évora (antiga Fábrica dos Leões, Évora), Museu da Electricidade (antiga Central Tejo, Lisboa), Quarteirão Cultural na Fábrica de Santo Thyrso (antiga fábrica têxtil, Santo Tirso), conjunto de habitação e comércio Douro's Place (antigo Armazém Frigorífico de Bacalhau, Massarelos, Porto), Centro Cultural A Moagem (antiga moagem, Fundão), Museu de Portimão (antiga Fábrica de Conservas de peixe Feu Hermanos, Portimão) observando-se mais a reconversão para fins museológicos mas também instalações adaptadas para responder a outras funções. José Mendes afirma que:

"(...) independentemente da solução adoptada, os novos museus ou outras instituições, em consequência do aproveitamento de antigas estruturas ligadas à actividade económica, constituem testemunhos importantes do papel decisivo desempenhado por determinadas actividades nas respectivas zonas ou localidades. Além de poderem contribuir para fomentar o desenvolvimento (...) dessas regiões" (Mendes, s. d., p. 3).

Apesar das várias reconversões do património industrial presentes actualmente em Portugal, a gestão deste tipo de estruturas está bastante dependente do Poder Local e da disponibilidade e iniciativa do mesmo no desenvolvimento de projectos culturais e no reconhecimento da importância, também económica, dessas intervenções. Porém, muitas das vezes, estes organismos têm de enfrentar situações de conflitos de interesses decorrentes da propriedade privada dos imóveis. Segundo Serrano, assiste-se também a

uma certa exclusão da realidade industrial dos planos de ordenamento do território, bem como a ausência destes elementos em planos de pormenor ou projetos de requalificação urbana, o que facilita as situações de decadência. Em Portugal, os organismos responsáveis pela gestão e valorização do património arquitectónico são o IGESPAR, resultante da junção do IPA e IPPAR, em 2006, as Direcções Regionais da Cultura e o IHRU, herdeiro do antigo INH, do IGAPHE e de parte da DGEMN. (Serrano, 2010, pp. 37-38)

Não obstante a intervenção, necessariamente dispersa, destas entidades, o papel da autarquias locais nesta matéria é preponderante.

"A maior parte das verbas municipais disponíveis são atribuídas às áreas periféricas para expandir a rede viária, de infra-estruturas e de equipamentos, que servirão de suporte à implantação de novas zonas industriais, centros comerciais e urbanizações. Os planos de urbanização, mesmo quando foram chamados *de melhoramentos*, são sempre planos de expansão que visam criar novas áreas de construção, sem se preocupar com as antigas. Os municípios, desejosos de atrair empregos, favorecem o crescimento periférico, no que são apoiados por muitos cidadãos desinteressados da residência nas áreas antigas e desejosos de possuir uma casa moderna nas novas urbanizações. Deste modo, tem-se acelerado o abandono e degradação dos centros históricos." (Salgueiro, 1992, p.385)

É também sabido que hoje as preocupações sobre este tema se alteraram, e o crescimento urbano é avaliado pela intervenção nas zonas mais recentes, periféricas, mas também na zona interior e mais antiga, complementando-se. É de extrema importância a conservação dos monumentos face ao seu significado cultural e socioeconómico para a sociedade, tal como sucede com a reabilitação de áreas antigas. O objectivo visa essencialmente o melhoramentos das relações dentro da própria cidade, tornando um determinado conjunto urbano mais consistente, dando valor ao mesmo e colocando-o no lugar que historicamente representa para a cidade. Actualmente, é consensual a preservação do património, que reflecte uma determinada valorização da memória colectiva. O seu abandono será propício ao seu uso indevido ou mesmo ao seu desaparecimento a longo prazo no território, com consequências graves principalmente para a identidade patrimonial e cultural de uma cidade. (Salgueiro, 1992, p. 386)

O interesse pelos objectos que marcam épocas passadas e que retratam a história de uma cidade tem vindo a aumentar, com particular destaque no século XIX, com o aumento de viagens, expedições científicas e escavações arqueológicas, com o objectivo da recolha de testemunhos e documentos com determinado valor. Segundo Salgueiro, "Percebeu-se e assumiu-se o valor documental das ruínas e dos edifícios monumentais isolados (...), cuja

conservação e preservação inspira a primeira legislação sobre salvaguarda do património." (Salgueiro, 1992, p. 388). Face a esta preocupação sobre o património é possível verificar posições distintas de figuras de épocas anteriores, como o arquitecto Viollet le Duc (1814-1879), ligado à arquitectura revivalista do século XIX e um dos primeiros teóricos sobre a preservação do património histórico, interessado nas questões estéticas, que defendia que "a conservação de monumentos devia incluir o seu restauro" (Salgueiro, 1992, p. 388), e da mesma época, o escritor, influente crítico de arte e reconhecido pelos seus ensaios sobre arquitectura, John Ruskin (1819-1900), que contraria esta posição defendendo a destruição do que não se poderia salvar. Ainda assim, o conceito de património e a forma de actuação sobre os seus elementos sofrem evolução, sendo que as intervenções sobre estes mantêm-se sob alguma controvérsia.

1.2.2. Reconversão do Património Industrial

Centrando-nos agora no tema deste trabalho, é possível afirmar que os edifícios industriais se salientam na paisagem pelos seus conjuntos posicionados em zonas estratégicas, ocupando grandes áreas, num espaço urbano mais ou menos consolidado. Para intervir neste tipo de edificação é necessário perceber inicialmente os objectivos que se pretendem atingir e as potencialidades e condicionantes dos objectos em si e a sua posição num determinado território, uma vez que uma das problemáticas centrais da cidade se verifica no crescimento das áreas periféricas e o conseqüente abandono e degradação das zonas mais antigas, e dos grandes conjuntos industriais obsoletos, provocando "espaços desconexos e sem função, os vazios urbanos." (Serrano, 2010, p. 50), que põem em causa a qualidade do espaço urbano, suburbano ou rural envolvente.

Segundo Serrano, "os projectos que visam a recuperação e revalorização de instalações devolutas (...) revelam-se um instrumento para a requalificação urbana." (Serrano, 2010, p. 50), referindo também que:

"Estes planos, inseridos em estratégias à escala da cidade, são exemplos de projectos aliciantes para o desenvolvimento público e privado. Estas áreas constituem actualmente oportunidades de ocupação de áreas localizadas dentro ou próximo do centro das cidades, onde são introduzidos novos equipamentos, como espaços culturais, de restauração, hotelaria, escritórios ou até habitação (Domingues, 2003)." (in Serrano, 2010, p. 50)

O conceito de intervenção subdivide-se em várias hipóteses de procedimentos, relacionados com o estado do edifício, a técnica a utilizar, os materiais, e as estratégias. Esses

procedimentos designam-se restauro, conservação, reconstrução, reutilização, renovação, reabilitação, revitalização, requalificação e, por fim, reconversão. Termos estes que se encontram definidos em documentos internacionais que estudam esta temática e a actuação sobre os elementos construídos, como já referido no capítulo 1.1. A reconversão é um dos processos que possui várias vantagens em relação à nova construção ou construção de raiz: para além de ser economicamente mais acessível, pode servir para preservar um determinado conjunto pelo seu valor histórico e cultural, identitário de uma cidade, ou para resolver uma fragilidade local, aproveitando assim a estrutura existente. Para isso é importante escolher o programa mais adequado à cidade e ao edifício que garanta o sucesso da transformação. De acordo com Serrano, os edifícios industriais possuem características que facilitam estes processos de intervenção:

"As construções de índole industrial possuem várias características que as tornam favoráveis a receber outras funções: são edifícios de construção sólida, sóbria e de fácil manutenção, facilmente adaptáveis às normas de utilização actuais e prestam-se a utilizações, públicas e privadas, múltiplas (Cantacuzino, 1989). As tipologias referentes a esta actividade caracterizam-se por áreas em *open space* com iluminação natural generosa através de vãos de grandes dimensões, a sua configuração espacial é bastante simples e o seu sistema construtivo está preparado para receber grandes cargas. Grande parte dos seus exemplares pertence ao período da industrialização, e foi desactivado nas últimas décadas, apresentando ainda condições que possibilitam a sua reutilização sem exigir grandes trabalhos de reabilitação." (Serrano, 2010, p. 59)

Apesar destas vantagens, os edifícios industriais foram desde sempre construídos a par da evolução das técnicas construtivas e da revolução industrial, porém respondem claramente a um carácter funcional, laboral, sendo que a sua resistência à degradação sobre a passagem do tempo é mais frágil, daí a necessidade da sua protecção e transformação. A sua valorização assenta não tanto nos valores estéticos excepcionais mas na individualidade de cada projecto, sistemas construtivos e materiais, para além do seu valor social enquanto memória de uma população, complementando a imagem urbana da história de uma cidade. Segundo Serrano, "a reconversão de edifícios industriais pode ser realizada para qualquer uso desde que a adaptação não comprometa a sua integridade estrutural, estética ou formal, e sem por em risco os seus valores (história, de memória, artístico)." (Serrano, 2010, p. 61)

"Hoje fala-se em reabilitação e revitalização das áreas antigas porque a salvaguarda pressupõe a recuperação física das estruturas e a sua reutilização social. Quase todos os documentos internacionais salientam a necessidade de utilizar os edifícios ou conjuntos

protegidos, para não transformar os bairros em museus sem vida que apenas se visitam como as ghost towns do oeste americano. " (Salgueiro, 1992, p. 392)

Os testemunhos de um património que reflecte aquilo que a cidade foi são importantes hoje, numa altura em que cada vez mais se assiste à descaracterização da civilização urbana e à despersonalização da vida contemporânea. O valor de um determinado espaço urbano, que nem sempre necessita de ser apenas "centro" ou "histórico", não se limita a edifícios, refere-se ao valor de um conjunto, da sua localização, da valorização de novas formas de vivência para os habitantes e para a cidade. É importante nestas intervenções a participação de habitantes, utilizadores e técnicos, fazendo tudo parte de um processo de reconfiguração.

Salgueiro salienta que todas estas operações e posições teóricas face ao património não têm uma receita e processo definidos, sendo que cada uma terá de se adaptar à cidade em causa, às condições próprias tanto da cidade como do país, tendo em conta os aspectos legislativos, financeiros e técnicos disponíveis. (Salgueiro, 1992, p. 392)

1.3. Vazio Urbano

O cenário das cidades actuais é marcado essencialmente por assimetrias, espaços que passam a ser intensamente ocupados e urbanizados, e por outros que deixam de o ser, segundo Araki é a "afirmação do contínuo processo dialético da construção e desconstrução do tecido urbano, que evolui e, nesta dinâmica, fragmenta-se e gera vazios." (Araki, 2009/2010, p. 188).

A primeira Trienal de Arquitectura de Lisboa, organizada em 2007, foi precisamente dedicada ao tema dos vazios urbanos, centrando-se com este título sobre o fenómeno da degradação e fragmentação de diversas áreas da cidade, particularmente de Lisboa, e alargada aos exemplos de muitas outras cidades, devido a transformações sociais e históricas, marcantes no tecido urbano que hoje se observa em várias regiões. (OASRS, 2011) Mark Wigley, participante orador nesta Trienal, arquitecto e professor da Universidade de Columbia, refere na sua intervenção que à medida que a cidade se densifica em diversos aspectos, mais aflitiva e urgente se torna a questão dos vazios urbanos, mencionando que a arquitectura tem o poder de negociar com a falta de matéria, com as situações de vazio. Na perspectiva de Wigley "o vazio não é uma questão de pensar em algo vazio. O vazio nunca está vazio, antes é o início do pensamento, da substância. (...) O vazio é um convite à possibilidade de uma experiência." (OASRS, 2011).

Para Ignasi de Solá-Morales (1942-2001), arquitecto e filósofo, o conceito de vazio urbano aplica-se a lugares estagnados e esquecidos, onde permanece a memória do passado, numa situação de presente obsoleto, em que a actividade e a vida quotidiana da cidade já não depende desse lugar, são lugares estranhos e externos aos circuitos da cidade actual e da sua estrutura produtiva, nomeadamente, neste caso, áreas industriais que não se interligam com a cidade actual:

“Espaço vazio, abandonado, onde tiveram lugar diversos acontecimentos parece subjugar o olho do fotógrafo urbano. Este espaço urbano, que vou significar pela expressão francesa *terrain vague*, assume a categoria de fascinação, o carácter mais seguro para mostrar o que as cidades são e o que é a nossa vivência delas.” (Solá-Morales, 1995, p. 119)²

Segundo Santos (2011), foi em 1955 que surgiram as primeiras reflexões sobre estas zonas debilitadas dos territórios, vistas como oportunidades de revitalização e transformação em benefício da cidade, pela visão do arquitecto e filósofo Solá-Morales, já referido. O seu interesse e visão sobre estes espaços desperta a partir da observação de fotografias da década de 70, capturadas por diversos fotógrafos, de zonas abandonadas, degradadas e estagnadas, desenvolvendo assim este fenómeno presente nos espaços. Desta nova visão sobre os conjuntos urbanos, elaborada por Solá-Morales resulta o conceito de *Terrain Vague*, duas palavras de origem francesa que “permitem abranger espaços urbanos ou com carácter mais rural e espaços com limites bem definidos ou, por contrário, bastante indefinidos” (Santos, 2011, p.10). Segundo Solá-Morales:

“É impossível capturar numa única palavra ou frase em Inglês o significado de *terrain vague*. O termo francês *terrain* conota-se com uma qualidade mais urbano do que o termo Inglês *land*; assim *terrain* é a delimitação espacial de uma determinada área apta para a construção, para a urbanização. Em Inglês a palavra *terrain* adquiriu significados mais agrícolas ou geológicos. A palavra francesa também se refere a territórios mais amplos e talvez definidos com menos precisão, ligada à noção material de um pedaço de terra no seu estado potencialmente explorável, mas já possuidor de alguma identidade a que somos alheios.” (Solá-Morales, 1995, p. 119)³

² “Empty, abandoned space in which a series of occurrences have taken place seems to subjugate the eye of the urban photographer. Such urban space, which I will denote by the French expression *terrain vague*, assumes the status of fascination, the most solvent sign with which to indicate what cities are and what our experience of them is.” (Solá-Morales, 1995, p. 119)

³ “It’s impossible to capture in a single English word or phrase the meaning of *terrain vague*. The French term *terrain* connotes a more urban quality than the English *land*; thus *terrain* is an extension of the precisely limited

“A palavra francesa *vague* tem origens latinas e germânicas. O *Woge* alemão refere-se a uma onda do mar, aludindo de forma significativa para o movimento, oscilação, instabilidade, e flutuação. Duas raízes latinas reúnem-se no francês *vague*. *Vague* deriva de *vacuus*, dando-nos vago e vazio em Inglês, o que quer dizer "vazio, desocupado", mas também "livre, disponível, descomprometido". A relação entre a ausência de uso, de atividade, e a sensação de liberdade, de esperança, é fundamental para entender o potencial sugerido pelos terrenos vagos da cidade. Vazio, ausência, mas também promessa, o espaço do possível, da expectativa.” (Solá-Morales, 1995, pp. 119-120)⁴

Uma outra noção sobre este assunto é aquela que foi teorizada pelo paisagista francês Gilles Clément no seu “Manifeste du Tiers Paysage”. Este conceito de “Terceira Paisagem” foi criado por Clément para designar todos os espaços naturais ou humanizados, negligenciados ou inexplorados pelo homem mas que, ainda assim, têm muita riqueza natural em termos de biodiversidade. Neste seu manifesto, do ano de 2004, Clément remete-nos para o “Terceiro Estado”, “um espaço que não expressa nem o poder nem a submissão ao poder” (Clément, 2004, p. 4).⁵

Inserido no seu manifesto, Clément identifica a noção de “resíduo territorial”⁶ como “resultado do abandono de um terreno anteriormente explorado”⁷ cuja origem pode ser diversa: “agrícola, industrial, urbana, rústica, etc. Resíduo é sinónimo de terreno ermo”⁸ (Clément, 2004, p. 5). Este conceito de Clément referencia-se a “uma grande quantidade de espaços indecisos, desprovidos de função, e aos quais se torna difícil atribuir um nome”⁹ (Clément, 2004, p. 4). Serão, no fundo, “terceiras paisagens” em espera, cujo carácter se deve à evolução que segue o conjunto dos seres biológicos que formam o território, na ausência de qualquer decisão urbana. Perante esta constatação, Clément propõe que os

ground fit for construction, for the city. In English the word terrain has acquired more agricultural or geological meanings. The French word also refers to greater and perhaps less precisely defined territories, connected with the physical idea of a portion of land in its potentially exploitable state but already possessing some definition to which we are external.” (Solá-Morales, 1995, p. 119)

⁴ “The French *vague* has Latin and Germanic origins. The German *woge* refers to a sea swell, significantly alluding to movement, oscillation, instability, and fluctuation. Two Latin roots come together in the French *vague*. *Vague* descends from *vacuus*, giving us vacant and vacuum in English, which is to say “empty, unoccupied,” yet also “free, available, unengaged.” The relationship between the absence of use, of activity, and the sense of freedom, of expectancy, is fundamental to understanding the evocative potential of the city’s terrains *vagues*. Void, absence, yet also promise, the space of possible, of expectation.” (Solá-Morales, 1995, pp. 119-120)

⁵ “Espace n’exprimant ni le pouvoir ni la soumission au pouvoir.” (Clément, 2004, p.4).

⁶ “Les Délaissés”

⁷ “Le délaissé procède de l’abandon d’un terrain anciennement exploité.” (Clément, 2004, p.3).

⁸ “Son origine est multiple: agricole, industrielle, urbaine, touristique, etc. Délaissé et friche sont synonymes.” (Clément, 2004, p.3).

⁹ “ (...) une quantité d’espaces indécis, dépourvus de fonction sur lesquels il est difficile de porter un nom.” (Clément, 2004, p.4).

espaços abandonados sejam vistos como territórios de refúgio para biodiversidade. Nesse sentido, o autor defende o estatuto da “Terceira Paisagem” não como um bem patrimonial, mas como um espaço aberto a possibilidades futuras (Clément, 2004, p. 24), bem como os “terrenos à espera de afectação ou à espera da execução de projectos suspensos de provimento financeiro e decisões políticas”¹⁰ (Clément, 2004, p. 5).

É visível esta dualidade de visões entre Clément e Solá-Morales que se completam entre si, originárias da dificuldade e da necessidade de nomear espaços abandonados nas cidades, que em certo momento cumpriram uma determinada função. Gilles Clément expõe uma visão aparentemente mais ligada aos elementos naturais para passaram a ocupar esses espaços, a constatação da estagnação de um local onde se desenvolve uma paisagem alternativa. Solá-Morales posiciona o seu conceito na definição de um local que deixou de se ligar à cidade actual, que lhe é estranho, um lugar que se apresenta informal, de uso híbrido. Visões expectantes sobre espaços abandonados e livres, alternativos à própria cidade convencional, com múltiplas possibilidades em aberto fazem parte de ambos os conceitos, tanto de *Terrain vague* como de *Tiers-paysage*, espaços ambíguos e imprecisos, marginais até ao momento que, de um ponto de vista positivo, se oferecem como factores de possibilidades futuras, na reintegração contemporânea na cidade.

Partilhamos da afirmação de Santos ao referir que “hoje em dia, já se começa a olhar para estes espaços de modo diferente, em que se começa a perceber a necessidade de os recuperar para a cidade” (Santos, 2011, p.15), de os integrar nos circuitos da população passando a fazer parte da vida dos próprios habitantes.

A posição do arquitecto José Mateus, como Comissário Geral da Trienal de 2007 é, sem qualquer dúvida, a favor da intervenção nos vazios urbanos, com vista à sua reconfiguração, referindo que “na cidade contemporânea, um dos maiores recursos para a sua reavaliação reside nos lugares degradados, *obsoletos*, ou marginais, que encontramos disseminados desde o tecido urbano consolidado às periferias” (Mateus, 2007, p.13).

“Esses lugares formam uma verdadeira rede de hipóteses, que, quando avaliados em conjunto, podem produzir um profundo impulso reformador da cidade. *Vazios Urbanos*, *Brownfields*, *Terrain Vague* ou *Espaços Banais*, são designações comuns para estes

¹⁰ “En secteur Urbain ils correspondent à des terrains en attente d’affectation ou en attente d’exécution de projets suspendus aux provisionnements budgétaires, aux décisions politiques. Les délais, souvent longs, permettent aux friches urbaines d’acquérir un couvert forestier (forêt des délaissés).” (Clément, 2004, p. 5).

lugares que deveriam estar presentes de forma consciente e concertada, nos planos estratégicos das cidades.” (Mateus, 2007, p.13)

Cabe ao arquitecto avaliar e reinterpretar estes espaços e o potencial presente nos vazios urbanos, através de uma atitude transformadora, criando um novo destino sobre os mesmos e dando à cidade maior consistência e dimensão. Destacam-se sobre estas apreciações teóricas, através da Trienal de Arquitectura de Lisboa do ano de 2007, as reflexões de José Mateus, Mark Wigley e João Rodeia, Comissário Científico da mesma que, defendia a intervenção nos vazios urbanos, “(...) áreas que, por alguma razão, mantiveram uma remanescência de paisagem, nas quais ainda é possível reconhecer o ancestral sentido territorial” (Rodeia, 2007, p.21), como uma oportunidade para resolver determinados conflitos entre diferentes espaços e eliminar fragilidades na cidade, sejam espaços da cidade histórica, perimetrada ou mais difusa. (Rodeia, 2007, pp.21-22) Na reflexão de Rodeia sobre as cidades contemporâneas podemos ler:

“(...) os vazios remetem para novos quadros, estratégias e oportunidades de intervenção, gestão e contaminação metropolitanas, desde a resolução da pequena escala, entre espaço e serviços públicos ou o reequacionar da habitação universal, até à grande escala, entre operações de cicatrização metropolitana ou de sustentabilidade ambiental, cada vez mais omnipresente.” (Rodeia, 2007, p. 22)

1.4. Revitalização urbana

A par das intervenções necessárias à reabilitação de um conjunto ou edifício de valor patrimonial reconhecido, haverá que considerar também as intervenções ao nível do espaço urbano envolvente que as complementam. Estas intervenções complementares, não menos importantes que as primeiras, poderão adquirir diferentes designações. Assim, a aproximação inicial ao conceito subjacente ao tema do trabalho, o património industrial, impõe a necessidade de verificar o espectro de designações que contemplam o objectivo essencial de intervenção no tecido urbano e edificado existente, ideia comum em vários conceitos a qualquer tipo de actuação. Os termos abaixo expostos sofreram evoluções na sua definição, ao longo do tempo, e ainda hoje, não é consensual o uso adequado dos mesmos. Porém a complementaridade desta terminologia acaba por se salientar nos seus diversos objectivos, com vista à melhoria da funcionalidade urbana, adequando o território às funções pretendidas.

O conceito de reabilitação urbana diz respeito a todos os processos envolvidos na transformação do espaço urbano, incluindo a execução de obras de recuperação, conservação, restauro e reabilitação de edifícios e espaços envolventes, cujo principal objectivo é a melhoria das condições de uso e habitabilidade, mantendo a sua essência e características fundamentais, apostando na sua modernização e privilegiando a adequação a novas funções. Associa-se também à necessidade de possuir parâmetros estéticos, estando muitas vezes ligada a actuações privadas. A reabilitação é o resultado da percepção da utilidade que detém o edificado. (DGOTDU, 2005, p. 305)

O conceito de renovação urbana diz respeito ao conjunto de operações urbanas necessárias à reconstrução de áreas da cidade de crescente degradação e subocupadas, não sendo possível reconhecer assim o valor arquitectónico patrimonial presente ou conjunto a salvar, com deficientes condições de habitabilidade, segurança, salubridade e até de estética. Esta noção é marcada pela ideia de demolição de edifícios e pela implantação de novas construções, ou seja, substituição do edificado. Pode também ser confundida com reabilitação, abrangendo acções homónimas, respeitando assim o património em questão. (DGOTDU, 2005, p. 325)

A designação de revitalização urbana, que mais se destaca, refere-se ao complexo de operações que visam a articulação entre as intervenções de recuperação pontual do edificado existente localizado em áreas degradadas com as intervenções que integram as mudanças sociais, culturais e económicas de desenvolvimento local, cujo fim principal é a melhoria das condições de vida nessas áreas degradadas e em decadência. Nesta, associam-se todos os conceitos anteriores, de intervenções mais ligadas ao nível físico das construções e espaços, aliados agora à dimensão da estratégia e do planeamento, promovendo relações entre o território, as pessoas e as condições sócio-económicas. Torna-se um conceito mais vasto, dinâmico e mobilizador da cidade, com um impacto directo que se quer no desenvolvimento da mesma. (CCRN, 1998, p. 153) Relaciona-se também com a noção de requalificação urbana ligada a acções diversificadas porém, o seu principal objectivo é a reconversão de espaços que perderam as funcionalidades do passado, para novos programas funcionais e que os mesmos influenciem directamente a cidade. Tem também um carácter acelerador, dinâmico e estratégico.

A recuperação urbana engloba todas as operações cujo objectivo é a reconstituição de um determinado espaço urbano ou conjunto degradado alterado anteriormente, que reflecte uma situação clara de ruptura do espaço urbano e que interfere na desfiguração da imagem

e paisagem da cidade, que implicam a requalificação de edifícios ou conjuntos recuperados. (CCRN, 1998, p. 339)

Analisando os diversos termos normalmente usados em discurso livre nomeadamente, reabilitação, renovação, revitalização, requalificação e recuperação urbana, evidenciam-se como mais adequados os conceitos de revitalização e requalificação urbana, que associam as intervenções de carácter físico ao patamar social e ações estratégicas impulsionadoras do desenvolvimento da cidade.

2. Planeamento e regeneração urbana – Breve Abordagem ao contexto português

2.1. O Planeamento Urbano em Portugal – breves notas

A mudança da espontaneidade do desenvolvimento urbano em Portugal poderá ter os seus primórdios nos traçados viários reguladores da Idade Média, seja para a fundação de aglomerados, seja para a implantação de novos bairros em aglomerados já existentes. Nestes, o aumento de população residente que acompanhou o processo de industrialização, acarretou também à valorização dos terrenos disponíveis para construção, introduzindo assim no tecido económico a significativa distinção entre solo urbano e solo rural, geradora de “importantes mais-valias” (Salgueiro, 1992, p. 241).

Seguindo as experiências estrangeiras de Haussmann em Paris, e dos «planos de Ensanche» espanhóis, desenvolveu-se em Portugal a ideia de planejar o crescimento urbano, o que levou à criação, em 1852, do Ministério das Obras Públicas, e, mais tarde, em 1864, da regulamentação dos “Planos Gerais de Melhoramentos”.

Se “o espaço urbano é produto de acções de âmbito e natureza diferentes em que o Estado, os proprietários do solo, os construtores, os grupos financeiros e os utentes desempenham diversos papéis” (Salgueiro, 1992, p. 242), em Portugal, depois dos exemplos do urbanismo estatal do século XVIII (cujo maior exemplo será pombalina), é o liberalismo do século XIX que marca a “especificidade da produção do solo urbano” (Salgueiro, 1992, p. 242). Passa assim a imperar a vontade e iniciativa privada na ocupação e construção dos terrenos ao longo dos arruamentos que se iam abrindo, fazendo com que a forma da cidade continue arredada de qualquer acto de “desenho” previamente planeado.

Este estado de coisas só viria a tomar outros contornos com Duarte Pacheco, no período em que tomou responsabilidade do poderoso Ministério das Obras Públicas (de 1932 a 1936 e de 1938 a 1943) e cujas ideias envolviam “a prossecução de uma política de solos que se traduziu no ataque à propriedade fundiária urbana, com o recurso a processos de expropriação expedita” (Salgueiro, 1992, p. 243), na mira de garantir para o Estado o papel de agente moderador do mercado dos terrenos.

A legislação publicada em 1944 (DL 33921, de 5 de Setembro) e em 1946 (DL 35931, de 4 de Novembro), relativa aos Planos Gerais de Urbanização e Expansão, viria a fixar regras tendentes à atribuição do seu papel enquanto “meros instrumentos de fiscalização” (Salgueiro, 1992, p. 244), criando a figura do Antepiano de Urbanização, que deveria anteceder a elaboração dos Planos de Urbanização. A complexidade de todo este processo

era tal que “até 1971, data em que tornam a ser reequacionados, nenhum foi completado”. (Salgueiro, 1992, p. 244)

Conjuntamente com a reformulação dos Planos Gerais de Urbanização de 1971, foi também regulamentada uma nova figura de planos, os Planos de Pormenor (Decretos-Lei n.º 560 e 561, de 17 de Dezembro).

A mudança de regime ocorrida com o 25 de Abril de 1974 trouxe consigo uma catadupa de alterações legislativas, com a introdução de novas figuras de planeamento e alterações nas orgânicas e competências dos diversos níveis da administração central do Estado, sendo então criados os “Planos Directores Municipais” (DL’s 208/82 e 69/90) e os “Planos regionais de Ordenamento do Território” (DL 338/83).

No que se refere aos “Planos Directores Municipais”, e embora se verificasse alguma contestação dos “planos” formais em favor de um “processo de planeamento” (Salgueiro, 1992, p. 251), conforme referido por alguns autores, a realidade é que, se os primeiros não passaram de simples esquemas formais, desligados da vida económica e social, os segundos nunca tomaram forma digna de registo.

2.2. Potencialidades da regeneração urbana

As cidades são o produto de várias décadas feitas de extensões, sobreposições e justaposições que podem não coincidir com a escala cronológica arquitectónica, mas é superior a esta. Como refere João Ferrão “hoje vivemos cada vez mais em cidades sem confins, palimpsestos complexos onde cascos históricos, subúrbios massificados (...) se articulam entre si no quadro de dinâmicas urbanas de extensão geográfica muito diversificada.” (Ferrão, 2003, p. 2). O suporte de uma intenção de requalificação da cidade e seu tecido urbano é a avaliação do processo urbano evolutivo da cidade, os tipos de espaço que foram criados ao longo do tempo, sem que seja necessário a sua homogeneidade e regularidade. Trata-se de perceber a cidade ao longo do tempo e o estado da cidade hoje, com as suas fragmentações, diversidades, funcionalidades, com os seus aspectos negativos e positivos. (Portas, 2005, pp. 13-14)

Na fundação de grande número de cidades tiveram um papel importante os descobrimentos e a colonização, bem como o estabelecimento do Império Romano. O urbanismo de colonização é caracterizado pelo povoamento de extensos territórios. Inicialmente estes

eram desenvolvidos através de uma cultura urbanística e administrativa ingénua, levada a cabo por indivíduos inexperientes que pontuava o território com novos aglomerados com alguma coerência funcional. Existia assim uma capacidade de dar forma a um território e de o habitar. Uma cidade designada *planeada* caracteriza-se por ser programada, culturalmente e estruturalmente, concretizada de forma consciente, enquanto que a *espontânea*, não tem um programa previamente pensado, sem formas pré-estabelecidas, é formada ao acaso. A maioria das formações urbanas portuguesas tem este carácter, "simples arrumações de casas ao longo de caminhos aparentemente sem uma perspectiva de forma global sobreposta aos acidentes dos cenários naturais." (Portas, 1994/2005, p. 16)

As cidades portuguesas instalaram-se preferencialmente em locais altos ou apertados, nas zonas de confluência de rios, nas zonas de penetração dos mesmos. Nos núcleos urbanos do interior, pequenos, estão dispersos e juntos aos cursos de águas dos rios, fonte importante para as actividades aí desenvolvidas. "Robert Smith observa que as cidades portuguesas se desenvolvem sem plano definido, por tiras dispostas nas curvas de nível com uma diversidade que *sendo desordenada é pitoresca*." (Portas, 1994/2005, p.17).

Em Portugal, os aglomerados urbanos foram sendo desenvolvidos sem a intervenção de um arquitecto ou de gente com experiência técnica na área ou até sem um engenheiro militar na maioria dos casos, sendo desta forma traçados com base em conhecimentos tirados da cultura difusa, não erudita. O crescimento urbano português caracteriza-se como rural até à época das "luzes", e na observação de plantas de cidades portuguesas da época, onde é visível um esquema de carácter rural, onde a ideia de cidade ideal não é aceite e a tradição de desenho ou esquema urbano privilegia a tradição. (Portas, 1994/2005, pp. 20-21)

Nuno Portas utiliza o conceito de *hipertexto* associado à cidade, conceito esse usado já por Françoise Archer (sociedade hiper texto), como a base original a partir da qual a cidade se formou e se desenvolveu, que em muitas cidades hoje ainda é possível observar, com os seus vários níveis de desenvolvimento posteriores e sucessivos edificadas que a foram preenchendo. "No entanto, as cidades reais são feitas, desfeitas e refeitas por dinâmicas próprias, nem sempre coincidentes, dos vários níveis constituintes da formação urbana - desde a infra-estrutura à edificação genérica até aos monumentos singulares e às paisagens que a integram." (Portas, 2000/2005, p. 27) Neste hipertexto das cidades "em cada uma das suas camadas de informação sucedem-se processos de substituição e sobreposição" (Portas, 2005, p. 27), porém o importante para interpretar estes desenvolvimentos temporais e urbanos, reflexos da dinâmica da cidade, é perceber o que

pode ser mudado e transformado nos diferentes níveis "por transformação ou extensão, e o que permanece por conservação total (rara) ou parcial (mais frequente)." (Portas, 2000/2005, p. 27)

Os traços urbanos mais antigos ou parte destes de maior permanência e mais básicos e os traçados futuros, distinguem-se como modelos de urbanização que destoam um do outro. Sendo que existem dois tipos de urbanismo: o "urbanismo 'planeado e ideal', (*shaped*)", "formal", "quadriculado" (Portas, 2000/2005, p. 31) e o "urbanismo 'espontâneo e sucessivo', (*assembled*)", "informal", "orgânico" (Portas, 2000/2005, p. 31), este onde se insere o núcleo mais antigo da Covilhã. (Portas, 2000/2005, p. 31)

"Hoje os problemas de reestruturação e requalificação e, ainda, de crescimento, são cada vez mais convergentes nas estratégias, mas certamente e uma vez mais, diversificadas nas formas. As cidades também parecem ter os seus destinos (...), ou códigos genéticos." (Portas, 2000/2005, p. 42). Cada vez mais, segundo Portas, as cidades e metrópoles necessitam de princípios de reorganização de longa permanência, identidades que não sejam apenas episódios museográficos ou turísticos. Para o arquitecto Nuno Portas, as cidades devem continuar a interpretar e fazer uso do seu *genius loci* como aspecto que diferencia as cidades entre elas, de reforçar os vários núcleos com potencial" (Portas, 2000/2005, p. 43). Na perspectiva de Portas é relevante entender também qual o espaço público de que a cidade dispõe, qual o seu conceito e reconhecê-lo como tal, nas várias manchas urbanas, na perspectiva de uma imagem de continuidade mesmo que com as suas fragmentações e descontinuidades. Torna-se também importante quebrar os limites históricos, "resolver os défices de singularidade paisagística (1º princípio), de policentrismo em rede (2º princípio) e de espaço público de suporte potencialmente contínuo dos novos modos de vida local (3º princípio). Por mais que as globalizações nivelem a condição urbana, estes princípios abrem caminho à afirmação das identidades e das diferenças (...)." (Portas, 2000/2005, p. 43)

Será também aquilo que poderemos entender da ideia de 'sítio' expressada por João Ferrão, quando refere "dos bairros e boulevards oitocentistas às frentes ribeirinhas, das praças centrais aos parques de escritórios, dos espaços verdes aos condomínios fechado ou às zonas habitacionais degradadas, os sítios das cidades dão-lhe forma, paisagem, visibilidade." (Ferrão, 2003, p. 5)

Para alguns destes 'sítios' têm sido propostos para o reaproveitamento de um tecido industrial devoluto, como é exemplo o caso das frentes ribeirinhas. Como tendências destas

modificações e transpondo-as para uma visão transformadora dos espaços industriais podemos falar nas seguintes prioridades:

- A conquista para toda a cidade de um novo espaço público, com ênfase no aumento de um carácter social e cultural da cidade com acesso ao património da história da cidade, de o poder observar e descobrir, através de opções variadas de lazer e animação urbana;
- A resolução dos problemas relativos às acessibilidades, resolver as características topográficas do terreno, com novos acessos, novos sistemas de percursos, não penalizando as áreas do ponto de vista ambiental e permitindo o acesso a indivíduos com mobilidade condicionada;
- Procurando o aproveitamento de elementos existentes na busca de novos usos e tipologias, aproveitamento de antigas estruturas construídas, para outros fins futuros, funções para o consumo das populações, culturais, universitárias ou residenciais, entre outras. No fundo, permitir a criação de novas centralidades.
- A escolha de algum edificado para a localização de programas temáticos de ciência e tecnologia, campus universitários, centros de lazer, centros de idosos, centros de valorização ecológica relacionados com a natureza de montanha. (Portas, 2001/2005, p. 98)

No fundo, trata-se da recriação de um espaço da cidade, colectivo com qualidade funcional, estrutural, ambiental e com acessibilidades internas e interurbanas. Funções que suportam tipologias e arquitecturas que protagonizam uma nova visão para o local na sua variedade maior ou menor de funções. Como o autor designa de "meta-projecto" ou "projecto-gerador de projectos" (Portas, 2001/2005, p. 98). Porém estas intenções de intervenções, objectivos urbanísticos e a integração urbana de uma zona descaracterizada, neste momento, não são simples e trazem consigo conflitos entre interesses particulares e públicos, entre promotores e fruidores dos novos espaços. Mas as tentativas para que o processo aconteça da melhor forma parte da ajuda decisiva das opções e soluções do desenho urbano, em que o espaço público ou a sua transformação se torna a principal questão. (Portas, 2001/2005, p. 98)

Falamos aqui sobre gestão urbana, ou seja, “perceber em que medida é possível e desejável intervir nesse sistema complexo de relações.” (Ferrão, 2003, p. 5, par. 26). Uma visão histórica do funcionamento da cidade implicará “uma visão moderna da gestão urbana” a qual desempenhou um papel essencial, sobre tudo no quadro da primeira geração dos instrumentos de planeamento tanto urbano como municipal. (Ferrão, 2003, p. 6, par. 27)

É do conhecimento geral que o processo de transformação de terrenos privados de áreas num estado sensível e com, até então, carácter de *não renovável*, é já por si uma situação conflituosa. O processo ideal também não se caracteriza pela edificação excessiva ou "à extensão de ocupações monofuncionais" (Portas, 2001/2005, p. 99) que não levam a uma animação urbana na cidade.

Na perspectiva de Portas, não existe uma teoria para que um processo de acupuntura urbana não tenha os seus riscos. Apesar de este processo ser necessário e incontornável só é bem-sucedido se forem averiguados todos os aspectos positivos e negativos da sua aplicação em determinado território, quais os seus efeitos consequentes ou quais as suas metáteses de uma recuperação ambiental, funcional e urbanística. Os exemplos de sucesso acontecem quando o discurso estratégico se revela na cidadania, num novo folga de competitividade para a cidade, perdendo o seu carácter isolado, sendo vista como um dos vértices de uma cidade em rede. Outra atitude de sucesso prende-se com os aspectos positivos apreciados em intervenções iniciais e parcelares, justificando a sua extensão no território e diversificação de acções. Por exemplo, a Goldra como projecto de experimentação para observar a aceitação por parte dos habitantes da Covilhã. (Portas, 2001/2005, p. 100) Esta será também a razão da importância conferida aos planos estratégicos, "que devem proceder e enquadrar os planos da natureza mais normativa". (Ferrão, 2003, p. 7, parg.35)

Hoje, a percepção de identidade de conjunto já não resiste, hoje fala-se de fragmentação, fracturas, arquipélagos ou nublosas, onde uma rede viária já não é suficiente para dar continuidade às cidades e vencer todas as suas descontinuidades, velocidade e frequência das mudanças que enfrenta. Segundo Portas, "(...) à cidade emergente faltou a malha de *ensanche* antes da explosão dos últimos 50 anos - que um século antes a cidade industrial europeia ou americana ainda conseguiu (im)pôr no chão, guiando as expansões, apesar de todas as contradições da governância, da economia e dos costumes." (Portas, 1987/2005, p. 118)

A cidade de que se fala, expandida e alargada, nunca mais terá a homogeneidade da cidade histórica inicial. Segundo Portas, "a continuidade a que pode aspirar será sempre feita com descontinuidades: entre nós das vias mais rápidas, morros ou vales, assentamentos populares ou industriais, mais ou menos erráticos." (Portas, 1987/2005, p. 118).

Para uma maior continuidade de rede que interliga o território e que completa a cidade não se trata da adição de estradas, trata-se de resolver questões viárias, resolver a estrutura urbana, a malha que suporta os tecidos construídos, a formação de novas centralidades que complemente o centro da cidade ou a cidade, o desenho de corredores verdes, maciços paisagísticos que tem como função a ligação protecção e qualificar as áreas urbanizadas, parques urbanos. É necessário que exista uma ambição reestruturadora de novos espaços, vontade de dar sentido aos espaços públicos de grandes dimensões, de adoptar uma atitude de requalificação da cidade herdada, dos espaços periféricos e dos centrais, para que sejam evitadas fragilidades, credível através de níveis de coesão social justos. (Portas, 1987/2005, p. 119)

O ideal passa pela retoma de um equilíbrio entre os valores anteriores e uma nova cultura, nova paisagem, urbanismo, nova arquitectura entre outros, porém todos estes processos de avanço e transformações levam a um abandono progressivo da cultura mais típica, porém perde positivamente o abandono e isolamento a que certas áreas estavam sujeitas. Procede-se cada vez mais a importância de um bom trabalho de planeamento, por vários técnicos que organizam a cidade para a sua sobrevivência e para enfrentar as exigências de cidades mais desenvolvidas do país ou fora dele. (Portas, 1963/2005, p. 126)

O património integrado na cidade deve ser visto como um aspecto positivo ao seu desenvolvimento no futuro, aspecto no qual o município deve intervir e participar, desta forma, o autor revela a importância de que este património não pode ser deixado nas mãos de interesses particulares ou deixado "ao acaso", deve ser integrado numa política com o objectivo de o conservar de forma activa e de o transformar. Não se trata de valorizar os *centros ou os centros históricos*, mas sim de zonas consolidadas e existentes que enfrentam problemas urbanos, arquitectónicos e sociais, não se referindo o autor a áreas centrais onde se localizam o comércio e actividades ou áreas de valor especialmente histórico. (Portas, 1981/2005, p. 155)

Outras preocupações sobre a gestão urbana incluem, de acordo com João Ferrão:

- "A intervenção na cidade através da microcirurgia urbana"
- "A crescente incorporação das questões ambientais, sociais e culturais";
- "O desenvolvimento de iniciativas (...) orientadas para o marketing urbano";
- "A produção de uma nova geração de programas que se traduzem por intervenções espacialmente delimitadas na malha urbana." (Ferrão, 2003, p. 7)

As designações dadas às operações nas áreas antigas têm vindo a evoluir, em 1960/1970, o termo usado era *conservação* e *restauro*, ou seja, o processo de conservação e restauro de área antigas monumentais e o impedimento de tentar modernizar o seu ambiente. Porém, falava-se também de *renovação* e de *renovação urbana*, que implicava a demolição de edifícios de baixa e média altura para construir no seu lugar grandes ligações viárias. Para Portas, a conservação de áreas monumentais para turistas a par da demolição para a renovação urbana, através do processo de substituição do novo pelo antigo e valorização de rendas era fruto da política de desenvolvimento capitalista. Deve ter-se também em consideração que a aparência e o impacto do espaço público é um dos factores que motiva a que os cidadãos se sintam atraídos pela sua terra. Ser atractivo é, assim, condição fundamental para uma terra que se queira desenvolver. (Portas, 1981/2005, p. 157)

Nuno Portas, defende sobre tudo uma política de "recuperação física e de reutilização social dos parque de edifícios existente, que se opõe quer a ideia de que as áreas antigas são museus mortos, para turista passear e fotografar (...)" (Portas, 1981/2005, p. 157). Em 1981, Nuno Portas já afirmava que "As novas palavras de ordem são agora *recuperar*, *reabilitar*, *revitalizar* as partes antigas ou existentes da cidade, sempre sujeitas a uma deteriorização e à mudança dos usos e das pessoas." (Portas, 1981/2005, p. 157), sendo que a meta passa pela tentativa de reestruturação das cidades, de criar melhores ligações com os habitantes e fornecendo melhor qualidade de vida.

Nuno Portas faz referência, em 1981, também face a estas atitudes de revitalização, à política de esquerda de restaurar ou conservar monumentos que se opõe um pouco àquela que foi a atitude do Estado Novo, cujo interesse se baseava no tratamento dos edifícios como se estivessem num palco, limpos com holofotes, no sentido mais ostentatório, demolindo quarteirões para fazer edifícios que aumentassem os lucros de proprietários. Este explica que a designada política de esquerda defende a revitalização de áreas centrais sem as demolir:

"(...) é a reutilização de edifícios e jardins antigos que perderam o seu uso tradicional (conventos, quartéis, solares, edifícios correntes que se foram esvaziando...), é a conservação dos quarteirões com a modernização das casa e dos locais de comércio e artesanato, considerados como um património que tem, ou pode voltar a ter, um valor económico (o das construções e instalações) e social (o dos grupos sociais modestos que na sua maioria os ocupa), independentemente do maior ou menor valor arquitectónico de cada edifício que compõe esses quarteirões. Considerando essas áreas um recurso patrimonial colectivo e um *capital fixo*, (...)" (Portas, 1981/2005, p. 157)

Para Portas o valor que aqui é distinguido não é apenas o valor do objecto arquitectónico mas também e sobretudo o da sua localização, a sua importância na estrutura da cidade e nas movimentações dos seus habitantes, o valor de conjuntos que estão inevitavelmente condenados ao abandono.

"Assim, as políticas concretas têm de ter em conta que essas áreas dos aglomerados são teatro de conflitos de interesses que, se forem deixados a si mesmos, acabarão por minar as células dos órgãos e dos nervos da vida urbana e, como um cancro, levar o corpo à agonia." (Portas, 1981/2005, p. 158)

Estruturar uma cidade implica perceber os seus problemas, criar condições de habitabilidade para que os seus cidadãos não a abandonem para os grandes centros, ou seja, satisfazer as suas necessidades de uma vida plena em cidade. Como já foi dito, uma revitalização de qualquer zona de uma cidade deve partir do conhecimento e diagnóstico dos seus pontos fracos, das suas fragilidades e perceber o que provoca estes acontecimentos negativos para depois de esta avaliação cuidada, estarmos prontos a enfrentar a realidade e a alterá-la. Significa renovar constantemente as estruturas existentes, no desenvolvimento das suas potencialidades, "encontrando para cada caso a solução mais adequada e não uma solução genérica preconcebida." (Portas, 1981/2005, p. 158)

"Qualquer cidade tem elementos característicos que não são necessariamente considerados como património nacional mas que são importantes porque é através deles que o cidadão frequentemente a identifica como *sua terra*. É esse património que constitui a originalidade de uma terra sendo por isso um grande valor de cultura local e regional, e também um valor de cultura arquitectónica, histórica, e emocional." (Portas, 1981/2005, p. 160)

"A conservação pela originalidade exige o respeito pela dimensão existente, pela parte da cidade ou pela estrutura de desenvolvimento daí decorrente; significa continuidade dos espaços urbanísticos, das sequências de espaço que mereçam ser mantidas e da protecção dos elementos característicos do perfil dessa cidade." (Portas, 1981/2005, p. 160)

Também a protecção do Instituto do Património face aos monumentos, nas questões burocráticas das suas áreas envolventes ficou-se por aí, uma vez que este instituto não tem qualquer poder de acção de carácter positivo na política de recuperação das autarquias. Desta forma, os municípios apenas podem impedir a destruição dos imóveis e forçar os proprietários a investir em obras, e dando assistência técnica em casos mais difíceis. O

município poderá também adquiri-los por acordo ou expropriação, dedicando alguns custos financeiros a estes processos. (Portas, 1981/2005, p. 162)

"Trata-se de um trabalho político e técnico paciente que pode não atingir números espectaculares de intervenções mas que, a médio ou longo prazo, dará dividendos quer no bem-estar social dos residentes quer no investimento municipal." (Portas, 2005, p. 163), que aborda questões das expropriações, aprovação dos planos, benefícios para a colectividade e para os cidadãos. O que é facto é que a maioria das preocupações dos governantes se fixa nas novas construções onde se aplicam a maior parte da capacidade financeira do município. A ânsia por expandir a cidade e até redesenhar uma cidade melhor, obnubila os investimentos camarários e do Estado, esquecendo os programas de recuperação e reforma de áreas obsoletas ou em decadência. Expansões que arruinam muitas vezes as áreas antigas, na sua condição, habitação, comércio e população. Outro aspecto relaciona-se com a importância da participação do cidadão na vida e transformação da sua cidade.

O município tem um papel importante na exigência e qualidade de bons projectos que são submetidos, completados com planos gerais, planos de pormenor, instrumentos criados para dar uma ordem geral e uma continuidade urbana, controlar cêrceas e alinhamentos de edifícios e outras características arquitectónicas relevantes. (Portas, 1981/2005, p. 166) Por outro lado, existe a problemática da conjugação de gostos, de ordens estéticas, do ambiente, do colectivo face aos múltiplos gostos individuais.

2.3. A importância dos planos na regeneração urbana

Segundo Portas (2005), os planos têm de facto um papel imprescindível para a actuação de um município, são um guião de actuação coerente no terreno, que vai de encontro com a política que se definiu. Porém, devemos ter um aspecto em conta que é o facto de que a existência de um plano não é sinónimo de sucesso. Alguns planos têm como consequência até o abandono e fragilização das cidades onde foram implementados e criados, enquanto outros obtêm bons resultados. O importante é em primeiro lugar definir objectivos e o consenso entre as áreas e técnicos distintos tanto quanto possível, depois a capacidade do poder político para por os planos em acção e dos meios disponíveis para o plano, os meios de salvaguarda e o aglomerado e da vida urbana. Posteriormente deverá proceder-se a uma escolha boa e cuidada dos técnicos que irão estudar os objectos, os programas de actuação, orçamentos, propostas de aquisição de imóveis e o tão importante esclarecimento cultural e da população. Importa acima de tudo fazer planos que possam ser cumpridos,

planos que correspondam às condições exactas de competências e disponibilidade de meios técnicos e financeiros do município, planos que propõem políticas e soluções, que sejam reais, que acima de tudo sejam superiores a conflitos de interesses.

Porém, apenas após a aplicação no terreno de um plano, observar o uso dos habitantes e as reacções da população ou as consequências do fim a que foi destinado é que se pode averiguar a qualidade desse mesmo instrumento, seja ele um plano ou um programa de intervenção e actuação. (Portas, 1981/2005, p. 169)

A importância da descentralização do poder administrativo dos municípios, segue-se à importância dos GAT – Gabinetes de Apoio Técnico – e dos gabinetes de apoio local para permitir uma aproximação aos processos de desenvolvimento das cidades e do desenvolvimento de Planos Directores Municipais. A problemática de as câmaras não delegaram funções criativas nos seus funcionários, vendo neles apenas aptos para funções rotineiras, pedindo assim a empresas privadas e exteriores as câmaras para o desenvolvimento destes processos de planeamento. (Portas, 1988/2005, p. 240)

Um dos problemas do poder local é também a grande massa burocrática sobre a qual se move. No fundo, as funções do poder local integram o objectivo de unanimidade das decisões tomadas, exercendo um poder mediador entre interesses, gerindo situações tais como a relação entre o momento do plano e a sua gestão, entre o investimento público e o privado, o programa de competência municipal e o de competência governamental. As CCDR – Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional guiam por outro lado estes GAT, ou seja estados intermédios de gestão de planos. Outro desafio ao planeamento destas intervenções é a permanência de técnicos para trabalhar nestes centros pequenos como engenheiros e arquitectos e um problema, bem como a consequente boa execução de obras e planos.

A dispersão urbana faz-se de "processos de centrifugação ou explosão urbana a partir do crescimento de um aglomerado urbano inicial (espécie de dilatação periférica ou sub urbana)" (Portas, Domingues, & Cabral, 2003, p. 44), são situações de alguma forma controladas por planos. Porém esta realidade de um modelo disperso no território provoca tanto situações de *monocultura*, zonas apenas residenciais, ou a excessiva mistura de variadas actividades e residências, pouco dotado de infra-estruturas. (Portas, Domingues, & Cabral, 2003, p.44)

"Nas formas extensivas de urbanização, os espaços não construídos não são apenas espaços *verdes*, *livres* ou *residuais*. À oposição urbano/rural, substitui-se um modelo híbrido para o qual é necessário encontrar uma identificação positiva que é diferente da paisagem urbana convencional." (Portas, Domingues, & Cabral, 2003, p. 50)

Portas, Domingues, e Cabral falam-nos do Princípio hierárquico e da complementaridade funcional, nos vários pontos da rede urbana dispersa e nos casos das conurbações as cidades devem reorganizar-se com vista a uma distribuição de funções de referência em diferentes centros, ou seja dotar diferentes centros com diferentes funções entre eles com o objectivo de complementaridade funcional de cada um, que pela proximidade geográfica podem partilhar projectos e recursos bem como dependência de cada um de igual forma pelos habitantes. (Portas, Domingues, & Cabral, 2003, p. 52)

Outro problema da requalificação urbana é a sua resposta a diferentes aspectos que alteraram a cidade ao longo do tempo, a sua adaptação e necessidade de resposta a diferentes escalas, evidenciar eixos preferenciais, aumentar graus de impermeabilidade e relação, na perspectiva de relacionar melhor e de criar até um meio-termo entre aquilo que é a dispersão da cidades e as suas zonas de concentração e aglomeração, entre áreas monofuncionais e áreas de características mistas. Estruturar a expansão e relacioná-la com zonas consolidadas, resolver vazios com novas perspectiva de ocupação e regeneração integrando-os numa cidade continua de expansões e centros antigos. (Portas, Domingues, & Cabral, 2003, p. 66)

A ideia principal a reter é o desenvolvimento da cidade em sistemas de complementaridade, em rede, seleccionando sempre os espaços em falta e a desenvolver, em diferentes zonas. A solução para o dilema entre a extensão e a renovação é estabelecer um compromisso que equilibre as duas estratégias e a própria cidade.

2.4. Possibilidades de Reurbanizar vazios

"A cidade consolidada é um palimpsesto de memórias sobrepostas e estratificadas que consicionam ou limitam as possibilidades de transformação das suas áreas obsoletas ou vazios. O actual consenso acerca da preservação dos valores patrimoniais e/ou ambientais já não se limita aos perímetros classificados, estendendo-se também à natureza dos impactes das mudanças funcionais - (des)industrialização/terciarização - ou sociais - *gentrificacao/uetização*." (Portas, Domingues, & Cabral, 2003, p. 96)

"Também, a disputa dos vazios remanescentes (quintas, equipamentos ou construções industriais obsoletas) por programas privados (centros comerciais, condomínios, imobiliário empresarial, etc.) pode conflitar com as expectativas dos residentes ou da opinião pública (...). O mesmo se passa com a tipologia os linguagens arquitectónicas adoptadas por estes projectos. Assim, as boas práticas valorizam a reabilitação do espaço público e acessibilidades compatíveis (com forte incidência no preço do solo privado e maior percentagem de investimento municipal), doseando as renovações urbanas por acções de *infill* para diversos standards sociais e económicos (funções/tipologias/densidades-índices) que suscitem menos reacções da opinião pública, possam contribuir para os custos de infra-estruturação e sejam *compensadas* com equipamentos públicos de excelência." (Portas, Domingues, & Cabral, 2003, p. 97)

Na dicotomia entre expansão da cidade, vista de forma negativa, e os sintomas de uma cidade consolidada em crise devido a questões de perda demográfica, abandono e degradação das áreas históricas, bairros e zonas de 'baixa' ou de carácter cultural particular, encontramos-nos perante sobre dilemas acerca da forma de intervir em ambos os casos. Frequentemente são negadas, de forma extremista, as funções de complementaridade e relações favoráveis entre a cidade consolidada e dispersa, levando à criação de obstáculos ao conhecimento de todo o conjunto desta nova realidade urbana, que apenas se poderá tornar coerente através de situações de complementaridade e interdependência. (Portas, Domingues, & Cabral, 2003, p. 80)

Uma das justificações para a diversidade de intervenções e investimentos nas políticas de regeneração do urbano consolidado decorre de aspectos de base ambiental que põe em causa a tendência para o urbanismo difuso, mais ineficiente, sem referencia com o lugar, sem uma organização coerente, apresentando sempre mais fragilidades e menos económico. Outro facto situa-se na necessidade de existir uma diluição entre os conceitos de 'centro' e 'periferia', considerados como "poderosas barreiras epistemológicas para a compreensão da nova condição urbana e para a sua projectualidade" (Portas, Domingues, & Cabral, 2003, p. 80). Hoje, cada vez mais se intensificam as políticas de regeneração urbana da cidade consolidada e a promoção da valorização do património, através da requalificação de centros históricos, do reforço da identidade do lugar, bem como na "revitalização de edifícios e conjuntos que se tornaram obsoletos, particularmente em frentes de água e outros locais de valor simbólico, ajustáveis aos 'projectos de excelência', de forte visibilidade e impacto social" (Portas, Domingues, & Cabral, 2003, p. 81), aliada ao entusiasmo na valorização e criação de espaço público. A cidade deve cada vez mais investir num sistema de centralidades, policêntrica, com um equilíbrio nas estratégias de concentração das várias funções e actividades.

2.4.1. A reabilitação urbana e a rigidez dos planos

Um facto até aqui comumente aceite é a enorme dependência dos processos de urbanização na figura do Plano Director Municipal, o que, dada a sua rigidez normativa, frequentemente levou a processos da sua suspensão “de modo a enquadrar oportunidades não previstas” (Virtudes, Almeida & Trindade, 2011, p.1). As oportunidades do zonamento, figura de planeamento ao nível dos planos de urbanização, contribuirão seguramente para a multifuncionalidade dos diversos espaços da cidade o que poderá evitar a segregação, seja social ou económica, e a degradação decorrente do abandono e da insegurança.

Na busca do controle sobre o desenvolvimento dos espaços urbanos, a natureza demasiado rígida das opções dos planos urbanísticos tem levado ao seu relativo insucesso. De facto, enquanto iniciativa pública, a fixação dessas opções esbarra na questão inultrapassável da propriedade do solo, de natureza particular, ficando assim a execução do plano refém da vontade e da iniciativa privada. São assim cada vez mais os autores que defendem a diminuição de tal rigidez e determinismo dos planos, em favor da sua “adaptabilidade à realidade territorial” (Virtudes, Almeida & Trindade, 2011, p.2).

Este aspecto torna-se particularmente evidente nas operações de reabilitação urbana, onde, a par de algumas medidas de âmbito fiscal e do regime das expropriações, haverá que garantir a correcta distribuição de benefícios e encargos decorrentes da execução dos planos. De facto, “quem reabilita deverá ser compensado porque preserva a memória colectiva” (Virtudes, Almeida & Trindade, 2011, p.1). A preservação do carácter dos lugares e dos seus elementos marcantes, dos valores patrimoniais que lhe são inerentes, é função essencial de processos de regeneração urbana que procurem a sobrevivência dos territórios. De igual forma, a luta contra a dispersão na ocupação desse território, geradora de custos que não se coadunam com a actual situação económica, é urgente e cada vez mais justifica a aposta na regeneração dos espaços centrais e na revitalização de espaços envelhecidos.

2.4.2. Regime Jurídico da Reabilitação Urbana – Área de Intervenção Urbana

O património industrial e a tomada de consciência sobre a necessidade da reabilitação urbana foram ganhando destaque a nível nacional, particularmente a partir do final do século XX. Em 2009, com a aprovação do Decreto-Lei 307/2009, de 23 de Outubro, que viria a ser

alterado e republicado pela Lei 32/2012, de 14 de Agosto, assume-se a urgência de fixar directrizes legais capazes de regular a preservação e reestruturação de espaços obsoletos, bem como a protecção e salvaguarda do património aí presente. Reconhece-se assim a existência destes espaços no território português e a necessidade de promover a sua requalificação urbana. Esta realidade ressalta do preâmbulo do D.L. nº 307/2009:

“A reabilitação urbana assume-se hoje como uma componente indispensável da política das cidades e da política de habitação, na medida em que nela convergem os objectivos de requalificação e de revitalização das cidades, em particular nas suas áreas mais degradadas, e de qualificação do parque habitacional, procurando-se um funcionamento globalmente mais harmonioso e sustentável das cidades (...). O Programa do XVII Governo Constitucional confere à reabilitação urbana elevada prioridade, tendo, neste domínio, sido já adoptadas medidas que procuram, de forma articulada, concretizar os objectivos ali traçados, (...) cumprindo destacar o regime de incentivos fiscais à reabilitação urbana (...).”
(DL 307/2009, parag. 1 e 2)

Nos seus objectivos principais salientam-se o dever da articulação entre entidades públicas e privadas na reabilitação de áreas urbanas, espaços, estruturas e equipamentos, delegando nos municípios a obrigação de delimitar estas áreas, alertando para a necessidade de criação de formas de facilitar “os procedimentos de controlo prévio das operações urbanísticas de reabilitação” (DR n.º206, 2009, alínea *d*)), e o desenvolvimento de “novos instrumentos que permitam equilibrar os direitos dos proprietários com a necessidade de remover os obstáculos à reabilitação associados à estrutura de propriedade nestas áreas.” (DL 307/2009, alínea *e*)).

Este diploma estabelece duas definições distintas para “Área de reabilitação urbana” e “Operação de reabilitação urbana”, definidas como:

“b) «Área de reabilitação urbana» a área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização colectiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização colectiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, através de uma operação de reabilitação urbana aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana;” (L 32/2012, art. 2.º, alínea *b*))

“h) «Operação de reabilitação urbana» o conjunto articulado de intervenções visando, de forma integrada, a reabilitação urbana de uma determinada área;” (L 32/2012, art. 2.º, alínea *h*))

Nas suas disposições gerais salienta-se ainda a definição de *Reabilitação de Edifícios*, caracterizada como a intervenção efectuada de forma a restituir as características de segurança a nível estrutural, construtiva e funcional de edifícios, de construções adjacentes ou presentes no seu logradouro, ou a própria transformação para receber um novo programa, novos usos, com a possibilidade de incluir assim uma ou várias operações urbanísticas. Na designação de *Reabilitação Urbana* podemos ler o seguinte:

“j) “Reabilitação Urbana” a forma de intervenção integrada sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido, no todo ou em parte substancial, e modernizado através da realização de obras de remodelação ou beneficiação dos sistemas de infraestruturas urbanas, dos equipamentos e dos espaços urbanos ou verdes de utilização colectiva e de obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição dos edifícios;” (L 32/2012, art. 2.º, alínea j))

De salientar também a definição de *Unidade de Intervenção*, aplicável ao caso das zonas vazias como o vale da ribeira da Carpinteira, uma vez que é a designada como área delimitada geograficamente a necessitar de uma operação específica de reabilitação urbana, incluída num instrumento próprio, um plano de pormenor aprovado, tendo em conta uma operação de reabilitação urbana sistemática.

Este Decreto-Lei interessa-nos particularmente uma vez que vai ao encontro da situação existente na ribeira da Carpinteira, reflexo de uma área urbana degradada e obsoleta, e cuja relação de interesses entre particulares e entidades públicas pode vir a ser facilitada permitindo a transformação do território que carece actualmente de uma reabilitação urbana, incluindo o património aí presente e, principalmente, o seu reenquadramento através de um plano de pormenor com valor legal.

Ainda de acordo com este diploma, a revitalização urbana deve apresentar uma série de estratégias que visam o desenvolvimento urbano, social e económico e deve promover o potencial do local para atrair funções e programas inovadores que confirmem competitividade à cidade e ao próprio local. Para além da requalificação dos espaços verdes e urbanos e de utilização colectiva deve integrar a melhoria da mobilidade, da circulação e acessibilidades. (L 32/2012, art. 3.º, alínea p))

Os princípios sobre a política de reabilitação urbana são também bastantes claros no que diz respeito às intervenções financeiramente sustentáveis aliadas a soluções inovadoras, do ponto de vista social, cultural e ambiental, mas também com uma resposta adequada e de qualidade sobre a integração urbana no local, articulada com as suas características morfológicas. Um princípio que, neste caso, se torna relevante, é o *Princípio da protecção*

do existente, ou seja, a realização de intervenções no edificado que promova as condições de salubridade e segurança da edificação ou intervenções cuja consequência seja o aumento da melhoria do desempenho funcional, estrutural e construtivo dos edifícios. No que se refere ao *Princípio da responsabilização dos proprietários e titulares de outros direitos*, o artigo 5.º do diploma em apreço determina que cabe ao Estado e autarquias locais o dever da promoção de medidas que incitem à reabilitação urbana de áreas em estado de degradação, sendo que o dever da reabilitação dos edifícios é atribuído aos seus proprietários, realizando todas as obras necessárias, desde estéticas a estruturais. (L 32/2012, art. 4.º, 5.º e 6.º)

Em relação aos tipos de reabilitação urbana, simples e sistemática, salienta-se esta última, a qual poderia ser aplicada no vale da ribeira da Carpinteira, nas suas diferentes zonas:

“3 – A operação de reabilitação urbana sistemática consiste numa intervenção integrada de reabilitação urbana e uma área, dirigida à reabilitação do edificado e à qualificação de infraestruturas, dos equipamentos e dos espaços verdes e urbanos de utilização colectiva, visando a requalificação e revitalização do tecido urbano, associada a um programa de investimento público” (L 32/2012, art. 8.º)

Relativamente à gestão das operações de reabilitação urbana, estas podem ser geridas pelo próprio município ou por uma empresa local, sendo que se esta se dedicará somente à gestão de operações de reabilitação urbana, designando-se como “sociedade de reabilitação urbana”, tal como aconteceu com a Sociedade Nova de Reabilitação Urbana da Covilhã que se relacionou mais com a reabilitação de habitação no centro histórico. (DR n.º157, 2012, art. 9.º)

Na aprovação das operações de reabilitação urbana, através do instrumento próprio, o Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana, encontram-se definidos os tipos de operação de reabilitação urbana e qual a estratégia ou programa estratégico a ser implementado, sendo a sua aprovação da inteira competência da câmara municipal. (L 32/2012, art. 16.º e 20.º). Este plano de pormenor é a figura legal que orientará a operação de reabilitação urbana, estabelecendo a estratégia de actuação, as regras sobre o uso e ocupação do solo e dos edifícios, incidindo sobre uma área delimitada a nível geográfico, de características negativas na imagem conjunta da cidade.

Aplicado este diploma ao caso da ribeira da carpinteira, teríamos uma área maioritariamente devoluta, pontuada por património cultural do passado industrial da Covilhã, aspecto este merecedor de particular atenção, e que muito poderia beneficiar de uma intervenção com os contornos legais que acabámos de expor.

3. Covilhã, sua história e desenvolvimento

3. Covilhã, sua história e desenvolvimento

O desenvolvimento urbanístico da cidade da Covilhã e a génese da sua implantação e crescimento remonta a uma primeira ocupação a meio da encosta, com características castrejas, que corresponde actualmente à zona histórica da cidade, ocupação antiga na área intramuros. Posteriormente, observou-se uma ocupação romana, mais significativa nessa zona 'intramuros' e de carácter mais disperso ao longo do vale. Esta ocupação deu-se sobretudo ao longo dos vales formados pelas três ribeiras, a ribeira da Goldra, ribeira da Carpinteira e ribeira do Corges, que se justifica, por um lado, pela necessidade de uma posição geográfica adequada às actividades que eram desenvolvidas no período romano, fazendo uso dos cursos de água presentes neste território, e por outro lado, pela valorização defensiva que o próprio castro e muros ofereciam, que mais tarde se veio a traduzir num castelo e zona muralhada, com condições de visibilidade e defesa perante invasões, devido à situação geográfica em cotas entre os 600 e 730 metros. (Rodrigues, 2009, pp.6-7)

A Covilhã desenvolveu-se assim inicialmente a partir da zona de meia encosta, mais elevada, descendo no período de ocupação romana para a zona mais plana do território. Porém, este desenvolvimento territorial e de tentativa de delimitar e criar mecanismos de defesa, foi constantemente atingido por invasões e destruições que reduziam a cidade e suas muralhas a ruínas, sofrendo estas sucessivas reconstruções. (Rodrigues, 2009, p.7)

Entre o século VIII e o século X ocorrem diversos episódios de tentativas de ocupação por parte dos muçulmanos, que devastaram quase completamente a cidade, sendo posteriormente reconstruída pela população. A proximidade da serra abundante em granito permitia também a rápida reconstrução das muralhas. Também nesta altura se observa uma ocupação por parte da população, na zona mais a sul, junto à actual ponte Mártir-in-Colo, na altura zona de pomares, em que a acessibilidade era garantida pelo vale da ribeira da Goldra e pela ponte romana com o mesmo nome. (Rodrigues, 2009, p.7)

No século XII ocorre o marco mais seguro que inicia a história da cidade e que lhe confere credibilidade, o Foral de 1186, concedido por D. Sancho I, que assegura condições de fixação e de prosperidade para os habitantes da vila da covilhã, regulando a sua administração, limites e regalias da população, tendo como objectivo repovoar as terras e atrair população através de privilégios para quem habitasse nas zonas intramuros. O trabalho ali desenvolvido era essencialmente doméstico, sendo que as primeiras oficinas de pequena dimensão funcionavam nas próprias habitações, onde se observava já o fabrico de panos de lã. (Silva, 1970, pp.25-30)



Fig. 1 Ocupação romana do vale no século XIII, estrutura urbana polinucleada e muralhada da Covilhã e Covilhã no final do século XIX.

No século XIII, bem como nos períodos anteriores, de ocupação romana e seguidamente medieval, a Covilhã mantém uma estrutura urbana polinucleada e muralhada. No século XIV, no reinado de D. Dinis procedeu-se ao alargamento e reconstrução das muralhas, numa estrutura maior que engloba a estrutura polinucleada anterior, construindo também três acessos – *portas* – à zona intramuros, sendo que este processo se arrastou durante décadas.¹¹ A reconstrução da cidade no período alto-medieval e das suas muralhas é situada a uma maior altitude justificada pelo facto de possibilitar uma maior vigia e defesa contra ataques inimigos, a necessidade de domínio do território em redor, e a introdução de várias torres para impedir o acesso do inimigo. (Silva, 1970, p.30) Aparecem as primeiras medidas de políticas urbanas, através de benefícios de isenção de rendas, entre outras, com vista ao repovoamento do núcleo intramuros. Esta questão prende-se com o facto de, entre 1367 e 1383, existir uma zona da cidade muralhada e bastante grande, mas também um arrabalde com as mesmas características desta zona principal. Nesta época ocorreu também um crescimento demográfico, devido essencialmente às migrações judaicas. (Rodrigues, 2009, p. 10)

Com um povoamento e ocupação ainda disperso, com aglomerados na zona de Mártir-in-Colo, com fábricas e igrejas, pequenos núcleos de povoamento espalhados pela Covilhã, D. Sancho I, através do Foral pretendia dar uma nova organização à cidade. A execução de um foral normalmente justificava-se a terras que necessitavam de um novo repovoamento, com

¹¹ IGESPAR (2007). *Muralhas da Cidade da Covilhã – detalhe*. Consultado em 11 de Novembro de 2013, disponível em <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/74248/>.

o objectivo de inserir os pequenos núcleos urbanos de povoamento num novo espaço, o que acontecia com a Covilhã, perante uma nova organização da cidade e para que esta desempenhasse funções de defesa do reino. Assim, a cidade desenvolveu-se estrategicamente no cimo da encosta, de acordo com as exigências militares da época. Os moradores eram também obrigados a ceder terrenos para expansão da cidade, caso fosse necessário, em 1373, segundo ordens de D. Fernando. (Pereira, 2009, p.16)

A cerca da Covilhã conclui-se nos finais do século XV, aproximadamente em 1474, sendo que mesmo com o recurso a privilégios para repovoar estes novos limites, este processo foi lento e difícil, uma vez que os arrabaldes continuavam em crescimento, concorrendo com esta nova zona. A par da construção das muralhas, os edifícios de carácter público funcionavam já plenamente no interior da vila. Também a ocupação por parte de comunidades judaicas nesta altura, teve um papel importante no desenvolvimento da vila e na construção de um edificado que mais tarde iria adquirir outros usos. Porém estas comunidades fixavam-se também no exterior das muralhas, uma vez que a condição económica do interior não era das mais favoráveis. São responsáveis também pela introdução do trabalho dos lanifícios na Covilhã, que persistiu durante séculos. (Pereira, 2009, p.17)

Entre os séculos XV e XVI, no reinado de D. Manuel I, são retirados todos os privilégios aos moradores do arrabalde. Esta atitude teve como principal consequência a movimentação da população para a zona intramuros onde se veio a densificar e a fixar. A ocupação e a densidade da construção dentro da vila intramuros aumentaram, progressivamente, acompanhada por um aumento demográfico, no período compreendido entre os séculos XVI e XVII. Esta construção densificada caracterizava-se por ruas estreitas, de traçado irregular, que se ramificavam em ruelas e caminhos sinuosos que, ao se ajustarem ao declive do terreno se transformavam em escadas apertadas e inclinadas, e até mesmo becos sem saída. Estávamos perante uma estrutura urbana densa, caracterizada por habitações quinhentistas, que delimitavam as ruas. Foram também construídos edifícios de carácter público e administrativo, para um bom funcionamento do burgo, alinhados com o exterior da muralha, numa fachada voltada para o arrabalde, materializando-se mais tarde no pelourinho da cidade e na zona funcional administrativa da vila da Covilhã, que diluía desta forma a distinção entre arrabalde e núcleo urbano. Na década de 50, do século XX, esses edifícios de carácter administrativo foram demolidos e reconstruídos de acordo com as ideologias do Estado Novo. (Pereira, 2009, p.21)

O crescimento urbano da Covilhã, aconteceu de forma diferente daquilo que era comum nas cidades portuguesas, tendo em conta a falta de população na zona intramuros, com maior povoamento e dinamismo no arrabalde, sendo que, apenas no século XVI se observa um crescimento de fora para dentro do interior das muralhas, tendência que contraria o crescimento normal das cidades em Portugal, de dentro para fora. (Pereira, 2009, p.23)



Fig. 2 Casa da Câmara e Cadeia construído no século XVII, encostada à muralha, Covilhã, 1930-1940.



Fig. 3 Edifício da Câmara Municipal de 1958, Covilhã, 1960-1970.

3.1. Dos primórdios das actividades laneiras aos lanifícios

Como já observado no capítulo anterior, a presença da indústria na Covilhã remonta ao século XII, caracterizada nesse tempo como uma indústria caseira, onde os habitantes possuíam os seus próprios rebanhos para a obtenção da lã, ou recorriam a rebanhos da serra, e o seu tratamento era feito através de máquinas bastante rudimentares e manuais, com teares trazidos pelos romanos para a Península Ibérica. Desses aparelhos salientava-se a roca, o fuso e o tear primitivo. As oficinas funcionavam nas habitações e os tecidos assim produzidos resultavam de um trabalho artesanal e doméstico. (Silva, 1970, pp. 58-59)

No século XIV os panos produzidos na Covilhã possuíam já algum prestígio e a Portugal interessavam os melhores tecidos aqui fabricados. Os teares domésticos produziam nesta altura não só panos lisos mas também com imagens mais complexas fornecidas por diversos pintores. A produção diversifica-se no século XV, com o desenvolvimento de outros tipos de tecidos que até aí eram importados. No século XVI o trabalho da lã encontra-se espalhado pelo território português, particularmente nas regiões de transumância, sendo

que a produção de tecidos da lã satisfazia já parte do consumo de Portugal.¹² Segundo J. Aires da Silva, em 1573 existia já na ribeira da Carpinteira uma fábrica designada como '*Fábrica d'El-Rei*'.

No século XVII, o trabalho de tecelagem permanecia caseiro e artesanal e apenas algum tempo depois, com o 3º Conde da Ericeira, se inicia uma política de fomento e renovação do sistema produtivo. O trabalho caseiro e doméstico seria assim substituído pelo progressivo aparecimento de grandes manufaturas de lã, na Covilhã e suas proximidades. Com o objectivo de impulsionar a indústria da Covilhã, o Conde da Ericeira, em 1677, obrigava ao uso apenas de tecidos portugueses, proibindo os panos estrangeiros. Assim, entre 1685 e 1686 observou-se um imenso desenvolvimento industrial na cidade da Covilhã. (Silva, 1970, p. 61)

No início do século XVIII, no reinado de D. Pedro II, as medidas proteccionistas tornam-se bastante rigorosas, verificando-se também a presença de técnicos ingleses nas fábricas portuguesas para a formação dos operários. Nesta altura, é fundada por D. Pedro II a Fábrica Velha na ribeira da Carpinteira. Porém, este início do século XVIII é também marcado por uma grave crise económica, originada pelo tratado de Metheun, que obrigava a que Portugal admitisse no seu território os tecidos ingleses. As leis do Conde da Ericeira e de D. Pedro II caem por terra e, com uma produção ainda irregular e insuficiente, que necessitava de ser estimulada, assiste-se em Portugal a um golpe na produção dos seus tecidos. Estes acontecimentos serão contrariados no reinado de D. João V, protegendo as fábricas da Covilhã através da decisão de 1710 em que a cidade passaria a fabricar nas suas manufaturas todos os fardamentos militares portugueses. Aparecem nesta altura as grandes unidades de manufatura que apresentavam já alguns processos de modernização. Em 1764, com o restabelecimento da indústria dos lanifícios e a visão política e económica do Marquês de Pombal surge a fábrica modelo, a Real Fábrica de Panos, dedicada à aprendizagem, para onde são contratados professores técnicos estrangeiros. Na construção do edifício foram utilizadas pedras de partes das muralhas e muros derrubados pelo terramoto de 1755. Entre 1760 e 1780 observa-se uma profunda evolução técnica, com a introdução de medidas de carácter pré-industrial e com a organização do trabalho têxtil, com o objectivo de modernizar uma produção atrasada. (Silva, 1970, pp. 63-65)

¹² Rota da Lã. 8 Séculos a Trabalhar a Lã. Consultado em 12 de Novembro de 2013, disponível em <http://www.rt-serradaestrela.pt/index.php/pt/rotas-turisticas/turismo-cultural/rota-da-la/item/155-8-s%C3%A9culos-a-trabalhar-a-l%C3%A3>

Como vimos, a Covilhã foi bastante beneficiada entre os séculos XVI e XVIII pelo Conde da Ericeira e pelo ministro Marquês de Pombal, que lhe proporcionaram reformas e progressos, tornando-a uma vila de elevada importância nacional, uma vez que investia sobretudo no aperfeiçoamento e desenvolvimento de edifícios fabris e no incentivo da aprendizagem dos seus habitantes. Desta forma, os produtos aqui fabricados disputavam já com a qualidade de fábricas estrangeiras. Em 1870, devido à sua importância, a Covilhã era oficialmente reconhecida como cidade, comparada pela sua indústria como '*Manchester Portuguesa*'. (Silva, 1970, pp. 53-54)

O início do século XIX traria uma nova crise da indústria dos lanifícios, devido às invasões francesas e a um novo acordo com Inglaterra que prejudicava o mercado português, e que teve como principal consequência o encerramento de várias fábricas da cidade, algumas definitivamente, outras durante um certo período de tempo como foi o caso do Real Fábrica de Panos.

Em meados do século XIX começaram progressivamente a ser introduzidas as máquinas a vapor, substituindo a energia hidráulica como força motriz nas fábricas da Covilhã. O grande desenvolvimento efectivo da indústria na cidade da Covilhã ocorre precisamente a partir desta época, observando-se a construção de novas fábricas, onde a produção aumentava bem como o número de operários. "Eram então 35 as fábricas principais em que trabalhavam 3800 operários em 472 máquinas." (Silva, 1970, p. 66). No final do século XIX a indústria da cidade atravessa um óptimo período com o incremento das condições de vida e o crescimento da população, tendência esta que baixa no período compreendido entre 1890 e 1930, devida a epidemias, correntes migratórias e, sobretudo, devido à Grande Guerra.



Fig. 4 Fábricas da ribeira da Carpinteira, Sineiro, 1890.

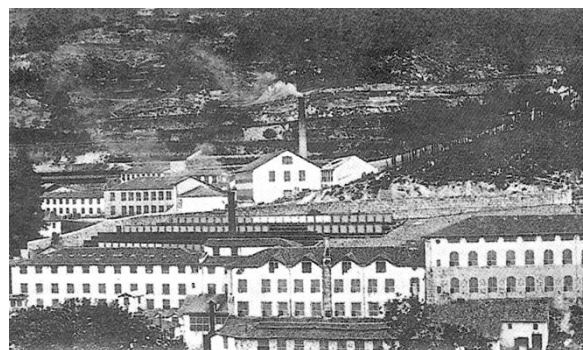


Fig. 5 Fábrika Campos Mello ou Fábrika Velha, 1900.

Durante este período as principais dificuldades da produção industrial eram a ausência de caminho-de-ferro, de uma boa rede viária ou meios de transporte seguros, situação que se resolve em pouco tempo. (Silva, 1970, pp. 66-68). O século XIX é assim marcado pelo desenvolvimento e construção da linha de caminho-de-ferro, em 1891, o que teve uma influência decisiva no desenvolvimento da Covilhã e no seu progresso, resolvendo a escassez de transportes para a exportação dos produtos da indústria. Como refere J. Aires da Silva, “as vias de comunicação sempre foram consideradas como decisivas para o progresso de um centro urbano” (Silva, 1970, p. 55).

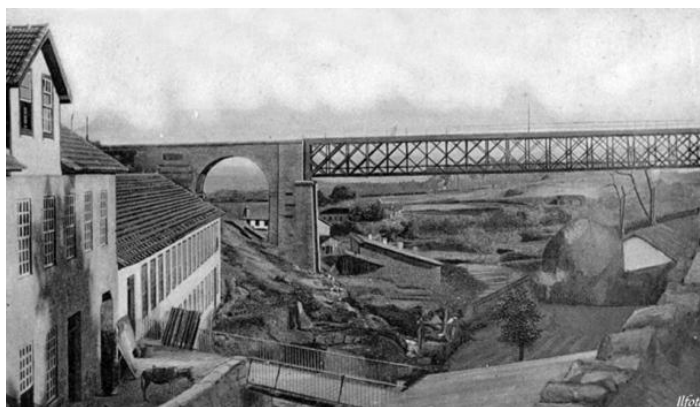


Fig. 6 Ponte de caminho-de-ferro, ribeira da Carpinteira, Poldras, finais do século XIX.

3.2. Desenvolvimento industrial e ocupação urbana

A análise do património construído revela-nos muitas das características do desenvolvimento de uma determinada sociedade e cidade, os seus modos de vida e a sua génese. Dessa análise é possível avaliar o tipo de desenvolvimento tecnológico da actividade produtiva, bem como a escolha da sua localização e as razões que a justificaram. Para além disso, também é possível observar os sistemas construtivos e materiais utilizados, bem como as opções estéticas subjacentes, como é patente na Covilhã e no seu património industrial, reflexo de séculos de desenvolvimento, conforme descreveremos adiante. (Folgado, 2009, p. 88)

Como vimos no capítulo anterior, a instalação da indústria dos lanifícios na Covilhã justifica-se, primeiramente, pela localização geográfica favorável na encosta da Serra da Estrela, onde se obtinha a matéria-prima, a lã. A cidade fixou-se entre os vales as duas ribeiras, da Goldra e da Carpinteira, elementos naturais essenciais para a actividade dos lanifícios, com o aproveitamento das suas águas. Com o desenvolvimento do conhecimento especializado da lã e dos seus usos, foi possível ao longo dos séculos, fixar a indústria dos lanifícios na

cidade, o que deu origem às grandes fábricas actualmente espalhadas na paisagem e respectivas infraestruturas hidráulicas. Citando Deolinda Folgado:

“As águas de ambas as ribeiras foram domesticadas, adaptando-se aos saberes de hidráulica e aos estádios de fabrico. Junto e entre os pisões ou tintes, e mais tarde entre as fábricas, construíram-se represas, levadas, condutas e tanques que disponibilizaram água abundante e límpida para o tratamento das lãs ou para o movimento das rodas hidráulicas.” (Folgado, 2009, p. 89).

No século XVIII observavam-se já diversas oficinas ao longo das duas ribeiras com actividades que dependiam destas águas. Também no centro histórico da Covilhã estavam presentes outro tipo de áreas de trabalho que não necessitavam da proximidade do elemento água, desenvolvidas em partes de habitações ou mesmo pequenas oficinas. Segundo Deolinda Folgado, no final do século XX, depois da crise que afectou o sector, é possível distinguir três grupos da presença da actividade: no centro histórico, no vale da ribeira da Goldra e no vale da ribeira da Carpinteira, sendo esta última a que possuía um maior número de empresas, 47. Estas empresas multiplicavam-se em diversos edifícios fabris que foram construídos conforme as necessidades de produção e sua expansão, os processos produtivos e espaços de trabalho, de acordo com a sua evolução ao longo do tempo e desenvolvimento económico e tecnológico. (Folgado, 2009, p. 89)

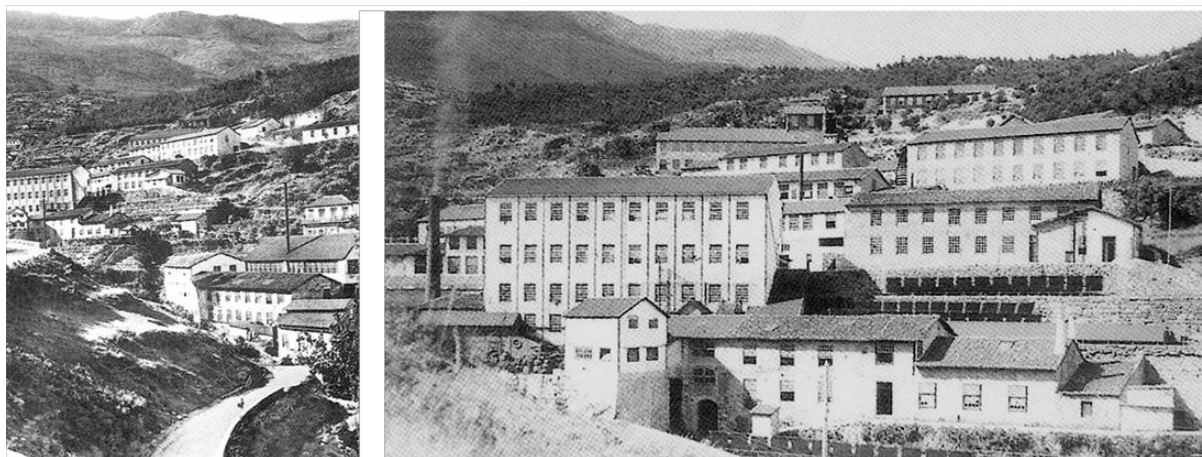


Fig. 7 Fábricas da zona do Sineiro, ribeira da Carpinteira, 1920 e 1925.

Com a dispersão por toda a cidade, as principais desvantagens eram sentidas nas distâncias a ultrapassar nas diversas operações e nos obstáculos a vencer. Ainda assim, através de uma manufactura descentralizada e com a introdução de um sistema de diversas oficinas de fabrico, com processos organizados racionalmente segundo as diversas fases de produção, resultou um grande incremento na criação dos tecidos, ou seja, uma massificação da produção. (Folgado, 2009, p. 90)

Estas fábricas, antes de se tornarem completas, articulavam-se com produtores ainda domésticos e com escolas ligadas à actividade. Esta articulação revela os conceitos desenvolvidos na época de Marquês de Pombal com a “fábrica-escola”, com as primeiras fases de tratamento da lã, e na “fábrica-empresa” onde os processos de tecelagem e ultimateção aconteciam num edifício apenas. As “fábricas-escola” possuíam uma arquitectura de estilo muito idêntico às tipologias de habitação da Covilhã. A Real Fábrica distinguia-se pelo edifício de grandes naves que representava a evolução na construção de um edifício fabril manufactureiro. No século XIX, os pontos altos de inovação ficaram dependentes da capacidade financeira de investimento dos industriais, na ampliação dos edifícios, na introdução de novas tecnologias, na adaptação e ampliação das instalações, e na organização das diversas actividades nos diferentes edifícios que possuíam. Ainda no século XIX, embora raramente, ainda se apostou na construção de algumas fábricas completas, como foi o caso da Companhia Nacional de Lanifícios, em 1840. (Folgado, 2009, p. 91)

Apesar do atraso na introdução da Revolução Industrial em Portugal, iniciada apenas na segunda metade do século XIX, assistiu-se progressivamente à introdução de máquinas nos grandes espaços de trabalho. Nos finais desse século, os elementos físicos mais primitivos das actividades industriais, como pisões ou oficinas, deram lugar às fábricas, que iam sendo sucessivamente ampliadas sobre edifícios e elementos mais antigos. Assim, e apesar da introdução da máquina a vapor e mais tarde da electricidade, o que permitia uma certa independência da localização das fábricas face aos cursos de água, estas desenvolviam-se sobre os mesmos núcleos existentes. (Folgado, 2009, p. 92) (ver ANEXO I – Plantas das fábricas existentes até ao final dos séculos XVIII, XIX e XX, ribeira da Carpinteira)

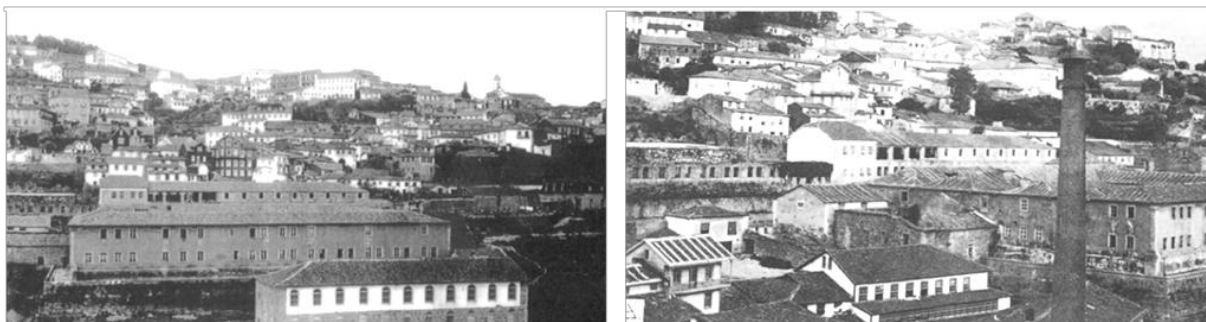


Fig. 8 Antiga Real Fábrica de Panos, actual UBI, zona da ribeira da Goldra, 1940.

3.3. A ribeira da Goldra e a ribeira da Carpinteira como pólos industriais

“A linha é o que resulta, em primeiro lugar, da orografia – os ribeiros que sulcam linhas inflexionadas e curvilíneas na topografia, superfície de apoio da cidade – e da lógica de funcionamento da indústria dos lanifícios que exige, simultaneamente, proximidade a correntezas de água pura e grandes edifícios longilíneos.” (Matos, 2009, p. 117)

Como vimos atrás, o factor que mais contribuiu para o aparecimento da indústria de lanifícios na cidade da Covilhã foi, para além da proximidade da serra para pastorícia e obtenção da matéria-prima, a proximidade de duas ribeiras. As ribeiras da Goldra e da Carpinteira tornaram-se grandes centros de indústria assim que a técnica desta actividade aumentou, com a introdução de sistemas hidráulicos, com o aparecimento de máquinas que funcionavam de acordo e através da força das águas, substituindo assim a energia despendida pela força e trabalho humano. Mais tarde o desenvolvimento das técnicas da indústria com novos processos e com o aparecimento de outras energias como o vapor e a electricidade, a força hidráulica começa a ser abandonada e a proximidade das águas já não se justifica tanto.

Segundo afirma J. Aires da Silva, a ribeira da Carpinteira, em 1881, possuía um caudal de 40 litros de água por segundo, nas épocas melhores, sendo que o caudal da ribeira da Goldra era mais fraco com apenas metade. Esta tem a sua nascente a 1250 metros de altitude, percorrendo a zona norte da cidade, desaguando posteriormente na ribeira do Corge, afluente directo do rio Zêzere. (Silva, 1970, pp. 58-59)

As fábricas, que numa primeira fase usavam a água para lavagem das lãs, começam a fixar-se ao longo dos vales destas ribeiras, para aproveitarem a força hidráulica. Porém, esta força proporcionada por bons caudais nem sempre foi constante, tendo como consequência um trabalho e produção irregular, nos meses mais quentes e secos, em que a água era escassa. (Silva, 1970, p. 66)

Na organização do território, e tendo em conta que as fábricas necessitavam de um espaço com aspectos específicos, elas necessitavam também de terrenos com dimensões francas para que os edifícios suportassem as várias etapas da elaboração fabril e permitissem a sua ampliação. A Covilhã está, naturalmente, delimitada a norte e a sul por duas ribeiras, formando-se nestas zonas também limites criados por edifícios fabris que durante o século XV aqui se instalavam já. Nomeadamente as primeiras oficinas artesanais dedicadas à lavagem inicial e depois ao acabamento e ultimação dos tecidos, sendo que a tecelagem funcionava nas habitações da urbe. Os próprios socalcos da encosta, e a orografia dos terrenos, que constituem a paisagem natural da cidade, com uma boa exposição solar e

protecção contra ventos serviu para a instalação exterior de elementos de fases de produção para secagem e estiramento dos tecidos, como as râmolas de sol e os estendedouros. A riqueza energética devida ao declive acentuado das ribeiras, foi depois utilizada a par de sistemas hidráulicos desde o início do século XIX. (Pinheiro, 2009, pp. 98-99)

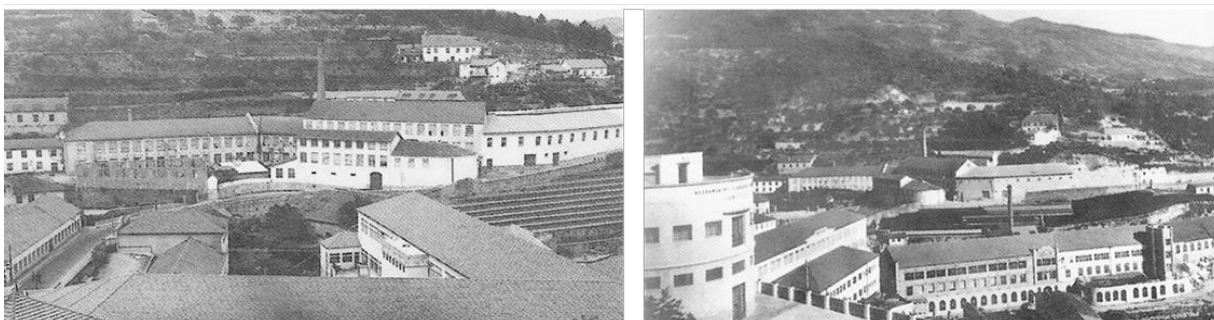


Fig. 9 Conjunto de Fábricas, Ponte dos Alçadas, ribeira da Carpinteira, década de 60, século XX.

Como descreve Madalena Cunha Matos, os edifícios “implantaram-se naturalmente em direcção paralela às ribeiras, de modo a minimizar os movimentos de terra e a permitir o escoamento natural das águas por gravidade. Surgiram, assim, *comboios desatrelados* de compridas naves (...)” (Matos, 2009, p. 117). Hoje em dia, a paisagem da Covilhã, pelo seu declive apresenta quase em exposição, todo o seu património industrial, especialmente na ribeira da Carpinteira, com edifícios que pela sua morfologia, prolongam esta configuração das linhas dos cursos de água, marcando de certa forma a verticalidade em direcção à encosta.

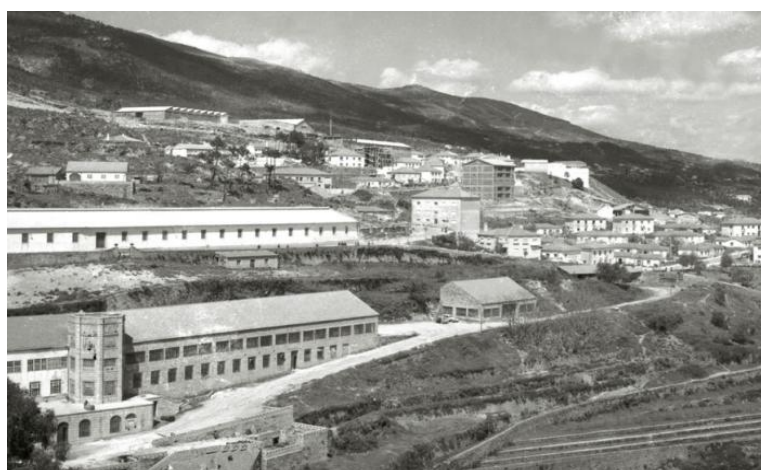


Fig. 10 Fábrica Alçada e Mouzaco e Fábrica Campos Mello (de cima para baixo). Bairro dos Penedos Altos. Implantação na encosta em socacos, ribeira da Carpinteira, 1940-1950.

3.4. A Revolução Industrial e seus efeitos na configuração da cidade da Covilhã

Na perspectiva de entendermos o seguimento lógico dos acontecimentos, é necessário recuarmos ao século XVIII, na Inglaterra. Os utensílios manuais e os dispositivos mecânicos simples foram substituídos por máquinas; as simples lojas dos artífices pelas fábricas. O vapor e a electricidade suplantaram as tradicionais fontes de energia como a água, vento e o próprio homem. Os aldeãos deixavam as suas antigas ocupações e emigravam para as minas ou para as cidades fabris, tornando-se assim os operários de um novo período, enquanto uma classe profissional de empreiteiros, financeiros e empresários, cientistas, inventores e engenheiros se salientava e expandia rapidamente. Estava iniciada a revolução industrial, que se pode subdividir em fases distintas: revolução do carvão e do ferro, que durou aproximadamente de 1780 a 1850 e a revolução do aço e da electricidade, entre 1850 e 1914, sendo que a industrialização afectou diversos países em épocas e ritmos diferentes. A Grã-Bretanha foi então, o primeiro país a tornar-se industrializado, o processo começou entre 1740 e 1780, segundo W. O. Henderson, e certas partes da Europa só foram industrializadas mais tarde, como foi o caso de Portugal. (Henderson, 1969, pp. 7-9)

Apesar de tudo, é importante salientar que, as fábricas do início da Revolução Industrial não apresentavam o melhor dos ambientes de trabalho. As condições das fábricas eram precárias, ambientes com péssima iluminação, abafados e sujos. Sendo a primeira nação a industrializar-se, a Grã-Bretanha desenvolveu as suas instalações de baixo para cima, primeiro com máquinas rudimentares que não eram muito caras para bolsas particulares, convertendo depois os lucros em desenvolvimento e avanços técnicos. (Henderson, 1969, p. 31)

A revolução arquitectural que aconteceu no século XIX, a par das mudanças que foram acontecendo na sociedade, manifestou-se ao mesmo tempo por uma renovação das técnicas. Essas técnicas modernas foram a consequência da utilização de materiais novos, produtos ligados à revolução industrial: ferro fundido e ferro forjado, aço e cimento armado. (Pijoan, 1972, p. 40). A revolução industrial permitiu também a fabricação em série de elementos construtivos, de forma rápida e de transporte fácil, e de aplicação relativamente eficaz em obra, o tempo que se perdia na construção agora já não era tão significativo, sendo que o emprego do ferro fundido, a partir de 1755 e do ferro com baixo teor de carbono a partir de 1840 e de aço no fim do século e a introdução da soldadura em 1930, permitiram a construção de grandes obras (Fundação Calouste Gulbenkian, 1980, s.p.), a armação de ferro fundido e ferro forjado que ia desde os alicerces até à cobertura,

mascarando a estrutura metálica com uma fachada de alvenaria, era um dos exemplos. O avanço das técnicas construtivas permitia a criação de espaços cada vez maiores, através de construções metálicas, as proezas técnicas eram cada vez maiores, heranças herdadas de engenheiros como Eiffel (1832-1923) e Joseph Paxton (1803-1865), que através do desenvolvimento de sistemas de vigas e vigotes para vencer grandes vãos, as típicas oficinas começaram a ser transformadas em grandes armazéns, pavilhões ou fábricas. (Pijoan, 1972, pp. 41-42)

É neste quadro que a procura de uma arquitectura moderna tende a perseguir a ideia resultante da articulação Arte e Técnica, considerando-se justamente que “não pode ser belo aquilo que não é útil” (Tostões, 2004, p. 61) numa concepção que se relaciona com a real produção e reprodução de “materiais, sistemas, objectos.” (Tostões, 2004, p. 62) bem como com a utilização dos materiais sem “camuflagem”, isto é “assumidos na sua integridade” assumindo a “potência plástica da arquitectura industrial”. (Tostões, 2004, p. 64)

Entra aqui o inegável papel do engenheiro, enquanto detentor do saber relativo à construção de estruturas leves, capazes de cobrir grandes vãos com materiais modernos, em soluções que os distanciavam da “habilidade artística do arquitecto”. Este é seguramente o paradigma da arquitectura industrial em que “a forma podia finalmente ser entendida como expressão da construção”. (Tostões, 2004, p. 64)

Depois de ser uma inovação na construção de infraestruturas rodó e ferroviárias, o ferro passou a ser usual em outros tipos de construções em Portugal, nomeadamente após a construção do Palácio de Cristal da exposição universal de 1865, no Porto. Mais tarde, este material, associado ao betão armado introduzido pelo sistema Hennebique, haveria de ser privilegiado face aos riscos das construções tradicionais na sua reacção ao fogo. Este sistema “permitia uma concepção estrutural de grandes espaços apenas pontuados pela rede de finos pilares que se conjugavam com lajes armadas capazes de suportar grandes sobrecargas” (Tostões, 2004, p. 65). O primeiro ciclo do betão armado, a partir dos anos vinte, viria a coincidir com o ciclo da arquitectura modernista tirando partido, também, das suas capacidades plásticas, processo este que viria a ser “assumido pelos arquitectos que o passavam a reconhecer como feito cultural significativo” (Tostões, 2004, p. 66).

Paralelamente a este desenvolvimento industrial e ao aperfeiçoamento das máquinas, ocorre um aumento significativo da necessidade de mão-de-obra, devido ao desenvolvimento quantitativo proporcionado pela divisão do trabalho, que tem como consequência a migração do meio rural para os grandes centros urbanos, o aumento da

população nos mesmos e o surgimento de enormes bairros operários onde as condições de habitação eram degradantes, bem como as condições de trabalho, com salários baixos que permitiam baixar o custo do produto. (Goitia, 1982/2010, p. 147)

Para além destes factores, como refere Goitia (1982/2010), as indústrias têxteis, movidas inicialmente a energia hidráulica, situavam-se “ao longo de correntes fluviais, nos locais em que era possível construir moinhos para obter a energia necessária.” (Goitia, 1982/2010, p. 145), distribuídas assim longitudinalmente. (Goitia, 1982/2010, p. 146)

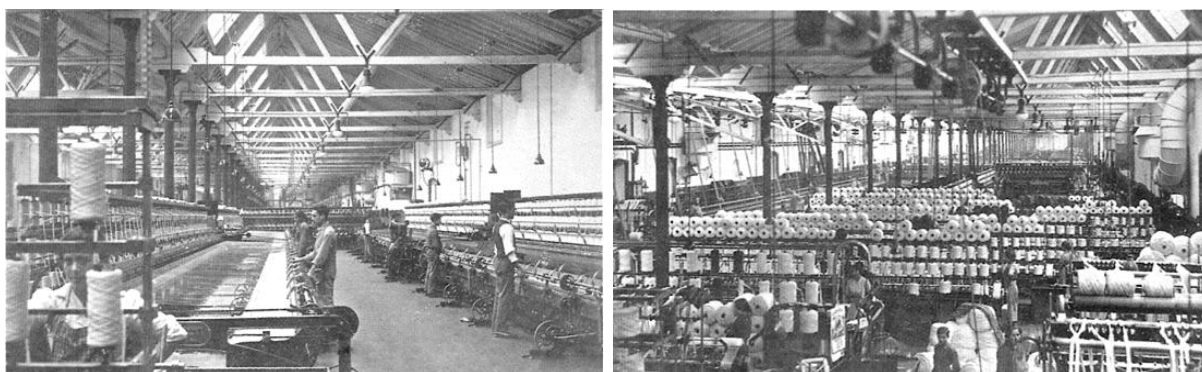


Fig. 11 Produção fabril na Fábrica Transformadora de Lãs, ribeira da Goldra, década de 30, século XX.

A par desta situação, podemos ver que:

“As fábricas tornaram-se donas e senhoras do solo urbano e suburbano. Colocavam-se no ponto mais conveniente, e mais fácil de encontrar, para o seu serviço. Se era necessário construir uma central térmica utilizavam logo as margens imediatas dos rios, mesmo que o fumo e o transporte de carvão destruíssem locais qu podiam ter conservado uma grande beleza natural. (...) Tudo foi estabelecido sem qualquer plano orgânico, seguindo a lei do mínimo esforço, pois considerava-se que tudo o que facilitasse a promoção industrial era em si mesmo bom para o bem-estar e progresso das nações. (...) A violenta apropriação do espaço levada a cabo pela indústria constitui uma verdadeira catástrofe para a estrutura urbana, quando, afinal passados poucos anos, já não representava qualquer vantagem para essa mesma industria.” (Goitia, 1982/2010, p. 148-149)

Também a Covilhã foi marcada por uma ocupação que nem sempre respeitou a paisagem e o meio envolvente e influenciada por empresários que ai depositaram total confiança na perspectiva de uma indústria lucrativa.

Enquanto na larga maioria dos países se assistia à expansão da Revolução Industrial introduzida pela máquina a vapor, com linhas de produção de largas dezenas de teares em produção contínua, na Covilhã ainda se vacilava entre a “organização doméstica da produção” e a “concentração de algumas fases do ciclo da lã” (Folgado, 2009, p. 92). Mas a

concentração da produção fabril sob o mesmo tecto viria a ganhar terreno, com significativos aumentos de mecanização, numa clara conquista da técnica e da natureza do trabalho na organização fabril.

Não obstante esta circunstância, o Subsecretário de Estado do Comércio e da Indústria entre 1940 e 1944, Ferreira Dias, mentor da Lei de Electrificação Nacional (1944) e da Lei de Fomento e da Reorganização Industrial (1945), mais tarde Ministro da Economia, evidenciava já as fragilidades do tecido industrial dos lanifícios da Covilhã, nomeadamente a sua dispersão, para o que aconselhou a sua reorganização. Para tal, e além dos aspetos tecnológicos de base, intrínsecos à própria actividade, bem como dos aspetos ligados à qualificação da mão-de-obra, elegeu também a qualificação da própria arquitectura. A Covilhã viria no entanto a mostrar-se como “um lugar de trabalho particular” (Folgado, 2009, p. 92), de alguma forma contrariando as novas tendências de modernização industrial através da manutenção das localizações pré-existentes dos seus principais núcleos industriais. Diversos factores estarão na base desta oposição à inovação, como bem sustenta Deolinda Folgado, e da qual resulta, também, a tardia introdução da energia a vapor em 1860 e da energia eléctrica em 1928, esta proveniente do desenvolvimento dos aproveitamentos da Empresa Hidroeléctrica da Serra da Estrela, criada em 1909. (Folgado, 2009, p. 92)

Verifica-se assim que o processo de modernização da atividade industrial na Covilhã assentou muito na reconversão e reafecção de estruturas produtivas pré-existentes, o que muito contribuiu para a consolidação de um tecido construído ainda hoje identificável e patrimonialmente significativo. É o caso das fábricas que “foram sucessivamente ampliadas sobre os edifícios anteriores, gerando contínuas expansões” (Folgado, 2009, p. 93).

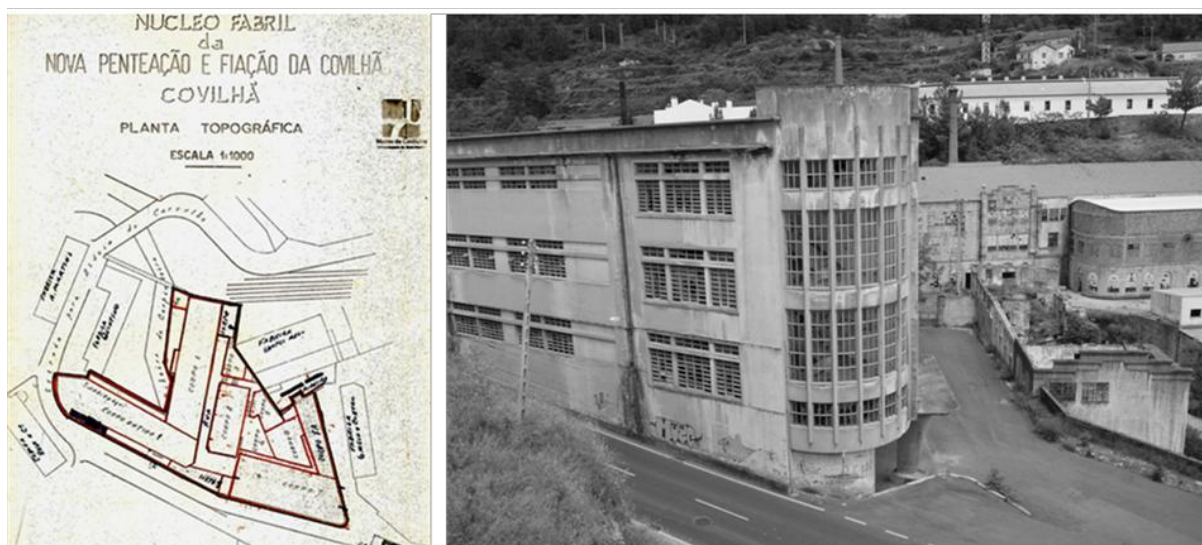


Fig. 12 Planta do núcleo fabril da Fábrica Nova Penteação e Fiação da Covilhã e Fábrica Campos Mello, s.d..

Fig. 13 Fotografia actual do núcleo fabril da Fábrica Nova Penteação e Fiação da Covilhã e Fábrica Campos Mello em segundo plano, 2013.

Algumas destas ampliações não deixaram de marcar as tendências da arquitetura da época, algumas integrando o designado estilo “português suave”, bem representado no edifício do Condicionamento e Laboratório Têxtil, de 1950, outras de cariz mais modernista, cujo melhor e mais apurado exemplo será o edifício da “Nova Penteação e Fiação de Lãs” com a sua imponente marcação de entrada com uma fina pala em betão armado e a fenestração solidamente ritmada por estruturas pré-fabricadas também em perfis de betão armado. É possível reconhecer no tecido industrial da Covilhã, nomeadamente na ribeira da Carpinteira, certamente “justificado por factores económicos”, a adopção de sistemas de construção mistos em que o betão armado “era sobretudo utilizado nos elementos horizontais, nas lajes, recorrendo-se ainda nos suportes verticais e paredes portantes de alvenaria onde se integravam vigas de betão armado para realizar aberturas mais amplas. (Tostões, 2004, p. 67)



Fig. 14 Interior da Fábrica António Estrela, ribeira da Carpinteira, 2013.

Mas as edificações que ainda hoje perduram na Covilhã permitem leituras mais extensas dos processos construtivos associados às grandes naves industriais. É o caso da fábrica Anaquim & Copeiro, construída, literalmente, sobre a ribeira da Carpinteira, no seu trecho a jusante. Hoje são perceptíveis os diversos momentos da evolução tecnológica, desde a dependência da energia hidráulica para mecanização de teares, até à persistência de elementos estruturais em madeira em conjunto com peças metálicas por exemplo em pilares, de fundição mais recente.

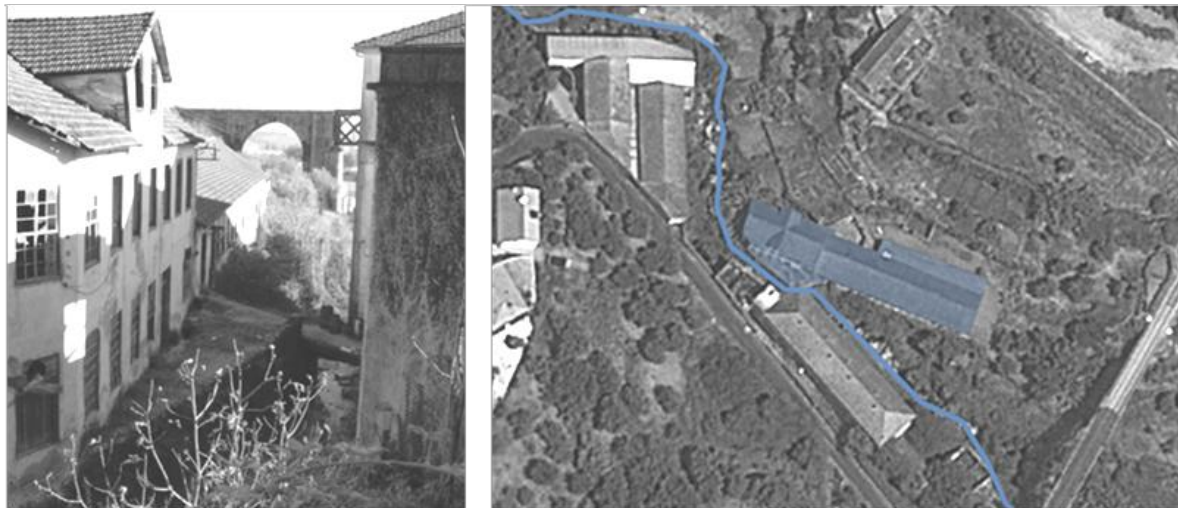


Fig. 15 Fábrica Anaquim e Copeiro. Fotografia actual, 2013.

Fig. 16 Fábrica Anaquim e Copeiro e ribeira da Carpinteira, a partir de imagem satélite do Google Earth, 2014.

3.5. O desenvolvimento da Covilhã enquanto cidade

3.5.1. Estrutura Urbana da Covilhã

A estrutura urbana da Covilhã, como cidade de montanha, representa, segundo J. Manuel Fernandes, uma situação com várias particularidades no urbanismo português, enquanto cidade interior com uma grande expressão industrial presente nas épocas moderna e contemporânea. O património construído da Covilhã salienta-se no período medieval, seguindo-se os primeiros sinais de industrialização; os anos de 1900 a 1920 são marcados por edificações de Arte Nova e Ecléticas; as décadas de 1940 e 1950 são marcadas pelo modernismo e influência do Estado Novo; os anos de 1950 a 1970 influenciados pela arquitectura moderna e, no período de 1980 a 1990, assiste-se à implementação da Universidade da Beira Interior e ao início de recuperação do património industrial. (Fernandes, 2009a, p.40)

Podemos definir três zonas distintas e principais do tecido urbano da Covilhã, segundo J. Fernandes: uma “área intramuralhas”, de características mais medievais, de eixos desordenados e estreitos; “os pequenos bairros envolventes da área muralhada” que representam a expansão da cidade para além do núcleo na idade moderna e “os dois grandes e profundos vales, de sentido aproximadamente poente-nascente, acompanhando as ribeiras da Carpinteira e da Goldra, que envolvem as áreas referidas, respectivamente a norte e a sul, e que foram o suporte geo-histórico da industrialização local.” (Fernandes, 2009a, pp.40-41).

3.5.2. A influência de Duarte Pacheco

A Covilhã, envolvida profundamente em avanços e retrocessos de um desenvolvimento industrial e na especialização e aperfeiçoamento da actividade, foi crescendo fora do núcleo urbano muralhado sem qualquer tipo de organização territorial. A origem do desenvolvimento do planeamento da cidade da Covilhã tem como protagonista o Engenheiro português Duarte Pacheco (1900-1943), que a partir do século XX, em 1932, assumindo o cargo de ministro das obras públicas e comunicações do Estado Novo, desencadeia um processo de qualificação das vilas e cidades existentes. Como tal, vê na Covilhã, especialmente na zona do pelourinho, um grande potencial de transformação para um lugar que reflectisse o regime do Estado Novo, com edifícios emblemáticos. Neste contexto surge o arquitecto João António de Aguiar, convidado a projectar o novo

“pelourinho” da cidade. Na perspectiva da modificação constante da cidade, e adaptando-a a uma vida quotidiana mais acelerada, uma outra transformação imediata é a dimensão e largura dos arruamentos e vias para a circulação automóvel, e a construção de zonas de passeios para peões. Na sequência destas alterações, foram surgindo outras, que implicavam a transformação do largo do pelourinho, a demolição ou renovação urbana de edifícios contíguos à muralha e presentes na cidade antiga. (Lôbo, 2009, p.30)

De acordo com as exigências quotidianas de movimentação dos habitantes e sua comodidade, a cidade é submetida a processos de melhoramentos inserida nas duas centenas de planos gerais de urbanização e expansão criados e aprovados para sedes de concelhos. O arquitecto e urbanista português João Aguiar surge como a figura principal da criação de uma imagem nova para a Covilhã, sendo responsável, para além da referida concepção da praça do “pelourinho”, pelo projecto do novo edifício da Câmara, em 1947, pelo Anteplano Geral de Urbanização da Covilhã, em 1951, e pelo Plano Parcial da Urbanização da Área Compreendida entre o Largo do Pelourinho e a Estação de Caminho-de-ferro, em 1960. O centro cívico da Covilhã ficou então estabelecido no antigo Largo do Pelourinho, caracterizado agora por uma composição formal de edifícios de serviços e equipamentos, tirando partido da centralidade do local. (Lôbo, 2009, pp. 30-31)

3.5.3. O Ante-Plano de Urbanização da Covilhã e o Estado Novo

Ao abrigo da legislação de 1944 sobre os planos de urbanização, foi desenvolvido o Plano Geral de Urbanização da Covilhã, a cargo do arquitecto João Aguiar. Pelo facto de todos os PGU, aprovados pelo Conselho Superior de Obras Públicas, terem sido alvo de condicionamentos, foram considerados como insuficientes para servirem a gestão autónoma por parte das câmaras, passando a designar-se e a ter o carácter de “anteplanos” nunca sendo “assumidos como planos de urbanização plenamente eficazes.” (Lôbo, 2009, p.32).

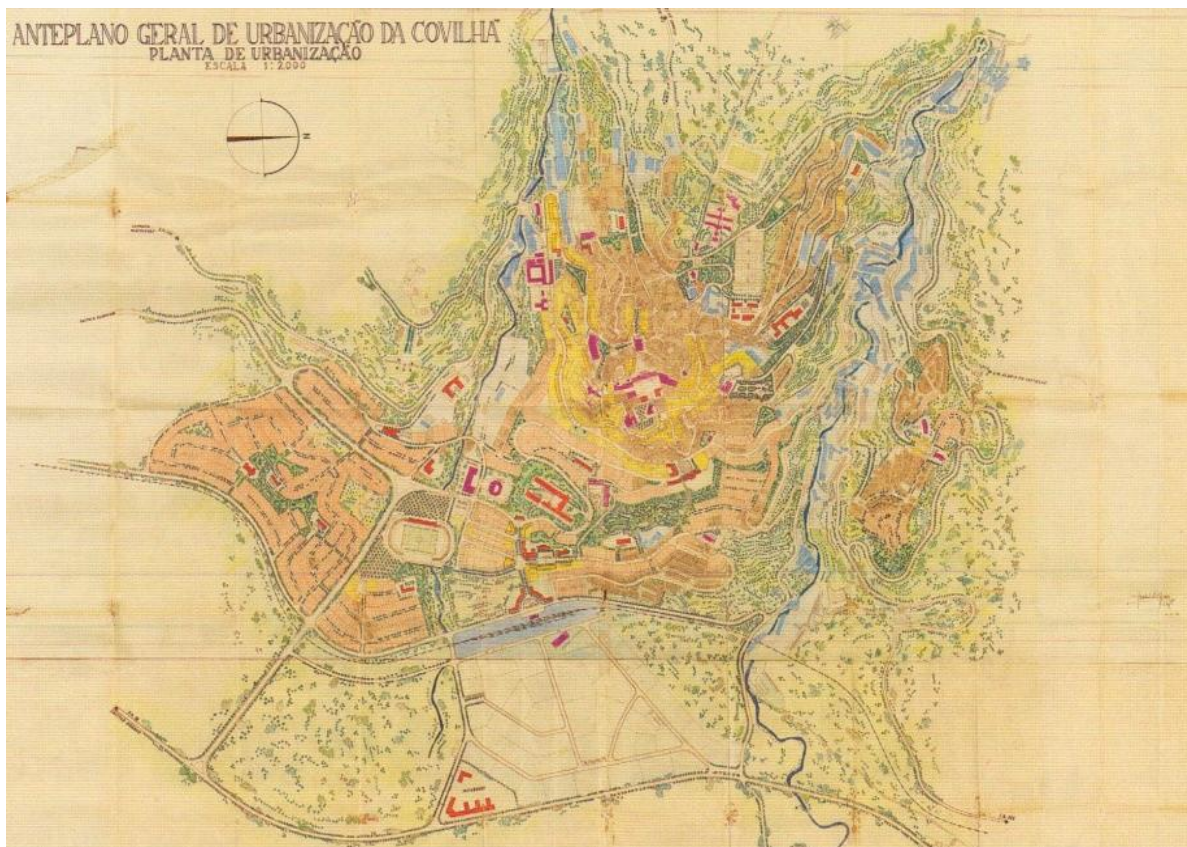


Fig. 17 Anteplano de Urbanização da Covilhã, Planta de Urbanização, João A. Aguiar, 1951.

Este Plano/Anteplano, elaborado em 1951, contempla uma série de aspectos relacionados com o modelo de cidade-jardim, introduzido em Portugal através de Étienne Groer e sob a influência do I Congresso Nacional de Arquitectos de 1948, onde se aborda a construção em altura rodeada por zonas verdes e zonas de passeio afastadas das vias de circulação viária. Introduce também o conceito de cidade policêntrica o qual se traduz no planeamento de um segundo centro emblemático, junto à Estação de Caminho-de-ferro, projectando um Palácio de Justiça, que viria a ser construído, e um Palácio das Corporações que não se realizou.

Prevê também a criação de núcleos residenciais, aplicados a toda a cidade e não apenas às áreas de expansão, completadas com escola primária, zonas comerciais, espaços verdes de carácter público e equipamentos desportivos de grandes dimensões. (Lôbo, 2009, p.32)

Algumas singularidades deste plano prendem-se com o objectivo de preservação da paisagem natural na envolvente da cidade, criando uma zona rural de protecção ao perímetro urbano, desenvolvendo-se num círculo de 1000 metros de raio com centro no pelourinho, bem como a protecção de várias zonas rurais dentro do perímetro urbano. Algumas incoerências que se salientavam neste plano relacionam-se com os parâmetros das zonas habitacionais, onde as áreas de lote e de fogo são extremamente reduzidas,

situação que se reflectia nos bairros operários, generalizando-se e criando situações pouco aceitáveis na relação da dimensão do lote e dos fogos. (Lôbo, 2009, pp.32-33). Apesar disso, para as novas construções, era fixado, incompreensivelmente, o número mínimo de pisos e não o seu número máximo, valor claramente mais importante numa cidade situada em encosta. (Lôbo, 2009, pp. 36-37)

Sobre a “cidade antiga”, o plano previa, em relação à circulação automóvel e à salubridade da habitação, três tipos de intervenção: o “alargamento e a rectificação de arruamentos de atravessamento”; “a melhoria das condições de trânsito nos arruamentos secundários” e o “saneamento de zonas insalubres” com operações que implicavam a demolição de centenas de edifícios procurando o aumento das ruas, até então reduzidas. Também se assinalam lotes que, situando-se no interior de quarteirões criam situações de insalubridade, pouco higiénicas, que sufocam os lotes mais próximos. A demolição destes lotes interiores, apesar de exageradas em número iriam proporcionar situações de praça e pequenos largos para a vivência da população dos quarteirões, aumentando as condições higiénicas até então reduzidas, como defendia o Conselho Municipal de Higiene. (Lôbo, 2009, p.34)



Fig. 18 Antepiano Geral de Urbanização da Covilhã, Pormenor da zona central, João A. Aguiar, 1951. **(amarelo)** “alinhamento e alargamento das ruas”. **(azul)** “saneamento de quarteirões”.

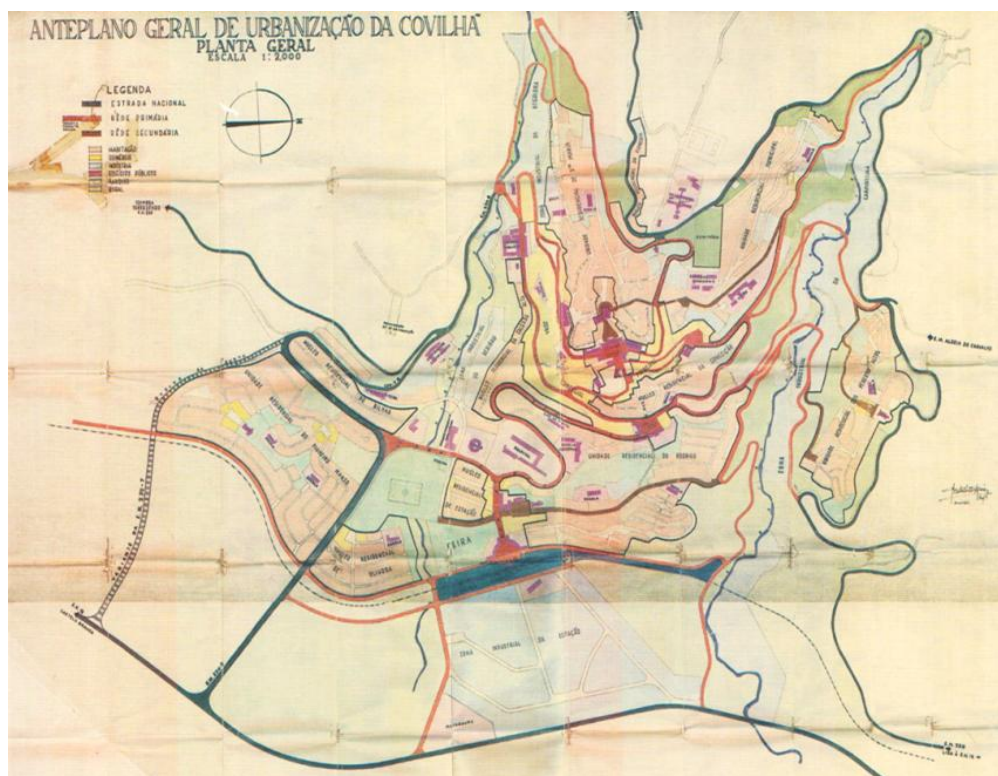


Fig. 19 Anteplano Geral de Urbanização da Covilhã, Planta Geral, João A. Aguiar, 1951.

Outra das principais prioridades do urbanista e arquitecto são “(...) os acessos fáceis às diversas áreas residenciais dispersas, às zonas industriais da ribeira da Goldra e da Carpinteira e à Estação de Caminho-de-ferro, de modo a que o tráfego pesado, nomeadamente o das áreas industriais, seja tanto quanto possível independente.” (Lôbo, 2009, p.34), com o objectivo de afastar a circulação automóvel do núcleo urbano devido à largura das ruas e hierarquizar a rede viária, escoando o trânsito mais intenso para a rede viária próxima das zonas industriais que o autor propunha. Porém a transformação destas circulações na cidade era dispendiosa devido ao terreno acidentado e à extensão dos arruamentos. (Lôbo, 2009, pp.34-36)

Em 1950, observa-se que a densidade populacional prevista para o plano em causa tinha já sido ultrapassada. O aumento demográfico nesta altura, devido ao ritmo do desenvolvimento industrial, já não correspondia ao que era previsto pelo urbanista, mostrando uma discrepância entre as áreas de expansão e a população prevista, observando-se também já um sobrelotamento dos fogos. Núcleos residenciais como Pinheiro Manso, Bairro Operário dos Penedos Altos, Rodrigo, Olivosa e da Estação foram urbanizados e sofrem expansões, integrando outros espaços como escolas, igrejas e zonas verdes. De acordo com o aumento demográfico foram propostas áreas de expansão para cada núcleo residencial.

Na planta geral (Fig. 19) são claramente visíveis as áreas ocupadas pela indústria dos lanifícios junto à ribeiras da Goldra e da Carpinteira. Uma das questões apontadas por M. Souza Lôbo ao plano refere-se ao número de pisos estabelecidos para os edifícios, onde só é definido o número mínimo e não o número máximo, valor claramente mais importante numa cidade situada em encosta. (Lôbo, 2009, pp. 36-37)

O período do Estado Novo marcou bastante a cidade da Covilhã, com uma pesada e extensa intervenção no espaço urbano e no património da cidade, com traçados de grande impacto e obras onde predominava a pedra e materiais duradouros, numa atitude de monumentalização. Foi assim implementada uma rede rodoviária de ruas curvilíneas que permitia uma boa acessibilidade numa cidade de montanha. A renovação do edificado para além da zona central, estendeu-se à zona de cota inferior com edificações dispersas e marcantes como é o caso da cadeia e do tribunal.

Investiu-se também nos bairros de habitação social da periferia, que se localizavam normalmente fora do tecido urbano mais central, em núcleos mais isolados, devido à política social do governo de Salazar. Porém este aspecto numa cidade de montanha com carácter topográfico acidentado, acentuou o sentido de “gueto” que este tipo de bairros adquiriu, “(...) pois os longos e profundos vales locais afastaram a maior parte dos bairros da área urbana.” (Fernandes, 2009a, p. 47). Estes bairros edificados nas décadas de 40 e 50, destinados maioritariamente à classe operária, situavam-se em redor da urbe, mais próximos do contexto industrial e dos vales onde se situava a indústria, com ambiente e contexto rural e suburbano, estando afastados da vida da própria cidade, como era o caso do Bairro dos Penedos Altos, de 1941, com uma fase de expansão em 1949; ou do Bairro do Rodrigo de 1948, entre outros. (Fernandes, 2009a, p. 47)

Toda esta dinâmica influenciou a vontade dos privados que investiram também em novas obras e novos equipamentos, o que correspondeu ao último surto de desenvolvimento da indústria dos lanifícios, cujos investimentos incidiram na modernização das fábricas e na construção de outras instalações. (Fernandes, 2009a, p. 47)

Os anos 1950 a 1970 caracterizaram-se por um ciclo de fraco crescimento urbano, contrariamente aos períodos fortes de oitocentos e do Estado Novo. Como veremos de seguida, os anos que se seguiram, no período compreendido entre as décadas de 80 e 90 do século XX, são caracterizados pela reabilitação de parte do edificado fabril e implementação da função universitária na cidade, considerado como um ciclo forte na dinâmica urbanística da Covilhã.

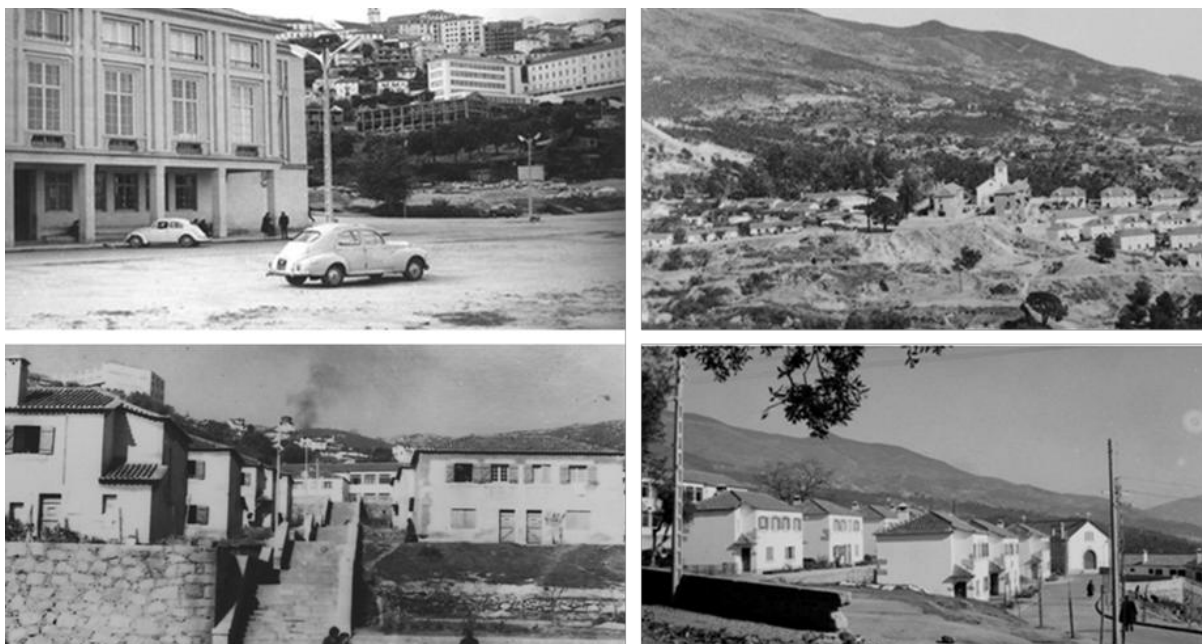


Fig. 20 Edifício do Tribunal (zona da Estação), Bairro dos Penedos Altos e Bairro do Rodrigo, 1940-1950.

3.5.4. O Plano Director de Urbanização de 1981

Em 1970, começou a ser desenvolvido um Plano Director de Urbanização da Covilhã, que abrangia a cidade e os seus subúrbios, desenvolvido pela empresa HP – Hidrotécnica Portuguesa. Os primeiros estudos preliminares foram entregues em 1972, sendo a proposta entregue em 1981. Porém, este Plano não chegou a ser aprovado, devido a questões ligadas com a obtenção de pareceres, continuando assim em vigor até à década de 90 o antepiano de 1957. A falta de instrumentos de ordenamento do território fez com que a Direcção Geral do Ordenamento do Território, em 1992, registasse os antepianos de urbanização aprovados, como planos de urbanização. Desta forma, as câmaras passaram a possuir instrumentos concretos e eficazes para a sua gestão territorial, sendo que o PGU da Covilhã sofreu uma série de medidas que procuravam colmatar a sua desactualização, mantendo-se em vigor até 1997. Elaboraram-se também diversos planos de pormenor, porém o PGU manteve-se o único plano geral para a cidade, que vigoraria até à publicação do Plano Director Municipal da Covilhã, em 1999. (Lôbo, 2009, pp. 38-39)

3.6. A crise da indústria dos lanifícios e o abandono urbano

Como se viu, o sector dos lanifícios na Covilhã, sob a proteção do Conde da Ericeira e do Marquês de Pombal, tinham já sobrevivido à concorrência britânica nos séculos XVIII e XIX. Depois da Revolução Industrial Inglesa, a indústria portuguesa, ao invés de expandir os seus mercados, limitou-se a procurar internamente alternativas às importações britânicas. A partir de finais do século XIX a Covilhã desenvolveu a sua especialização como cidade-fábrica, muito sustentada em “dinâmicas e empreendedoras elites locais” (Pinheiro, 2009, p. 98).

A República conhece então, para além de conflitos internos, conjunturas internacionais desfavoráveis a uma recuperação da economia e o salazarismo surge como «salvador» da nação. Durante a grande depressão dos anos 30 é categoricamente recusada a filosofia liberal protegendo-se o empresário, que passa a usufruir de uma concorrência limitada. Ao mesmo tempo que cresce a população activa operária, os salários diminuem, as greves são interditas e os sindicatos desaparecem. São os tempos mais «prósperos» da cidade da Covilhã que durariam até à década de 50. O acentuar da crise torna-se evidente a partir dos anos 60, devido sobretudo à não racionalização dos processos de fabrico e a uma forte dependência dos mercados estrangeiros. (Almeida & Castel’Branco, 1985, s. p.)

Seria por volta de 1970 que se passaram a conhecer os primeiros sintomas do esgotamento do modelo económico do sector dos lanifícios da cidade da Covilhã. As origens desse esgotamento radicam numa crise estrutural que se vislumbrava desde os anos cinquenta que acarretava a “perda de competitividade industrial da cidade, face à emergência de novos pólos industriais” (Pinheiro, 2009, p. 99), a que se poderá acrescer a crise energética de setenta, o aumento dos custos da energia. O galopante aumento dos salários ocorrido depois da Revolução de 1974 e a perda das colónias e seus mercados viriam a ser determinantes no ditar da falência da “cidade-fábrica”.

O fim tão esperado do antigo regime vai surgir num momento onde, paralelamente com a necessidade de definir uma política para o país, se dá a recessão internacional generalizada. Portugal vai também sofrer as consequências, com a diminuição da procura interna e a vertiginosa subida do preço das matérias-primas importadas. Enquanto o sector da indústria entra em claro declínio, floresce o sector terciário na cidade, comércio e serviços, fenómeno este que corresponde a um importante aumento da quantidade e diversidade de bens e serviços públicos disponibilizados.

A partir de então, a maioria do edificado fabril que se espalhava um pouco por toda a cidade, mas com maior significado nos aglomerados industriais situados ao longo das ribeiras da Goldra e da Carpinteira, passaram a ostentar as marcas do seu abandono, num caminho que viria a levar em grande parte à sua obsolescência. Embora todo este circunstancialismo, e com particular relevância para algumas intervenções de requalificação levadas a cabo por iniciativa pública – nomeadamente pela UBI - Universidade da Beira Interior – é de salientar a manutenção estrutural de grande parte desse edificado, algum sujeito a reutilizações esporádicas que lhe foi mantendo a integridade, lutando contra o avanço do estado de ruína.



Fig. 21 Vista geral da Covilhã de nascente, 2014.

A Covilhã situa-se num lugar privilegiado, desafogado em termos de vistas, de elevada altitude, delimitada pelo movimento das ribeiras e enquadrada pela vegetação da encosta da Serra da Estrela. Considerada uma cidade que se afirmou como um aglomerado urbano de trabalho e progresso, que forneceu à sua população meios e aspectos vantajosos à sua fixação, feita de trabalhadores, nasceu e cresceu, mas morreu em alguns aspectos. (Silva, 1970, pp.20-21)

Os séculos XVIII e XIX corresponderam à criação de um património e legado industrial que hoje tem um significado histórico material e cultural forte, e que se prolongou até ao século XX, numa cidade cuja restante arquitectura mais significativa se relaciona com o Estado Novo. Os anos de 1980 a 1990 caracterizam-se pela implantação da UBI e pela recuperação do património industrial junto à Real Fábrica de Panos, no vale da ribeira da Goldra e da Fonte do Lameiro, e, mais tarde, na zona montante do vale da ribeira da Carpinteira. O século XXI fica marcado pela execução do programa Polis e pela intervenção do atelier do arquitecto N. Teotónio Pereira (n. 1922) e paisagistas associados, que dão à cidade uma nova visão estruturante.

3.7 Operações de reconversão do património para a Universidade

No percurso pela cidade da Covilhã é visível, actualmente, um conjunto de intervenções de reconversão de conjuntos arquitectónicos de carácter industrial que desempenham hoje funções vitais na continuidade do desenvolvimento da cidade. Estes episódios acontecem principalmente junto ao curso das duas ribeiras, sendo a maioria desse edificado fabril dedicado à Universidade da Beira Interior, ocupado após o abandono e decadência da indústria.

Esta atitude materializada na intervenção dos edifícios inicia-se com a criação do IPC – Instituto Politécnico da Covilhã, em 1973, com a cedência por parte da câmara, dos edifícios e terrenos anexos correspondentes à Real Fábrica de Panos. A criação do IPC era a única alternativa para dar à cidade uma nova vida, passando de cidade industrial a cidade universitária, o que ocorreria mais tarde. O próximo passo, que era do agrado dos funcionários do IPC e dos responsáveis da cidade era a passagem de Instituto a ensino universitário, em 1979, como Instituto Universitário da Covilhã e, em 1986, definitivamente como Universidade da Beira Interior. Foi cedida uma área de 75 hectares para a sua expansão em 1987, distribuída pelos polos I, II, III e IV. O objectivo centrava-se em revalorizar os edifícios fabris, com “(...) traça histórica e qualidade arquitectónica (...)”. (Pinheiro, 2009, pp. 99-100)

Com o cessar, praticamente completo, do funcionamento das fábricas na década de 1970, a evolução construtiva do instituto/universidade é acompanhada desde 1973 a 2004 pelo arquitecto Bartolomeu Costa Cabral (n. 1929), desempenhando um papel bastante activo e interventivo na autoria de quase todos os projectos. A UBI abandonava o conceito comum de ‘campus’ único, subdividindo-se em pólos dispersos pela cidade, com aproximadamente cerca de 80 edifícios ou fracções autónomas de edifícios, segundo Madalena C. Matos. (Matos, 2009, p. 111)

Várias foram as obras desenvolvidas neste período, com um carácter moderno onde predominava o betão aparente, o aço e o vidro. Os projectos desenvolvidos pelo GPA – Gabinete de Projectos de Arquitectura – tinham a participação de arquitectos portugueses como Bartolomeu Costa Cabral (n. 1929), Luís Alçada Baptista, Maurício de Vasconcelos (1925-1997) e Nuno Teotónio Pereira (n. 1922). O projecto revitalizou a vida colectiva da cidade uma vez que a UBI – Universidade da Beira Interior, trazia estudantes e professores e, consequentemente, eram necessários mais serviços e mais alojamentos. (Fernandes, 2009a, p. 52)

Em termos de localização, constata-se que as reconversões para a universidade se concentram na zona do vale da ribeira da Goldra, onde se desenvolve o polo I, embora se desdobrem outros serviços complementares à UBI noutras zonas da cidade. O aglomerado fabril, atravessado por uma das principais vias de ligação da zona mais alta com a zona mais baixa da cidade – a estrada nacional 18, actual Marquês d'Ávila e Bolama – é constituído por intervenções em construções oitocentistas, com um paralelismo entre os volumes das construções, suas implantações, e face à ribeira da Goldra, virando para a mesma os seus alçados posteriores. A delimitar o arruamento referido situam-se a Real Fábrica de Panos e a Real Fábrica Pereira da Silva, “(...) ligadas por uma ponte pedonal (...)” (Cabral et al., 2005, p. 22), que constituem os primeiros apropriamentos e expressão edificada da universidade, com reconversões para diversos departamentos das faculdades, serviços administrativos, espaços de trabalho, entrada principal, laboratórios e oficinas, espaços expositivos e culturais. (Espírito Santo, 2010, p. 58)

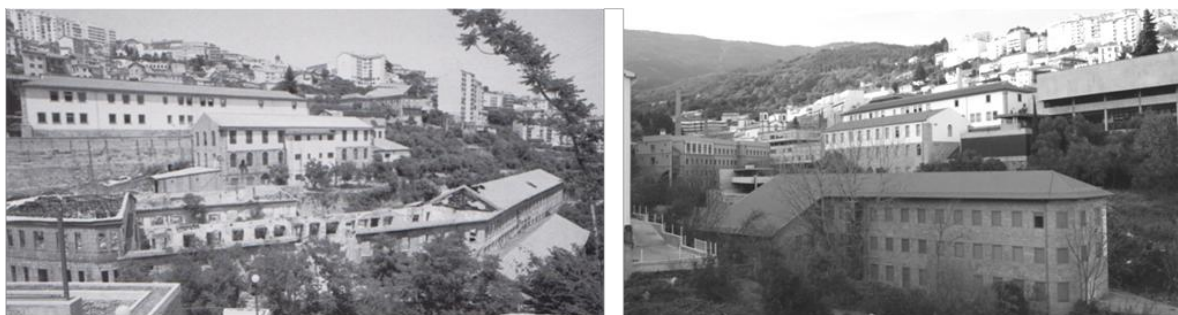


Fig. 22 Reconversão da Real Fábrica de Panos, edifícios UBI e Museu dos Lanifícios, década de 80, século XX.

Fig. 23 Edifício UBI, Biblioteca central e Museu dos Lanifícios – núcleo da Real Fábrica Veiga, ribeira da Goldra, 2013.

Desenvolveu-se em parte da Real Fábrica de Panos, o Museu de Lanifícios da UBI, sendo que a implementação do Arquivo Histórico do Museu dos Lanifícios da UBI instalou-se na Real Fábrica Veiga, da autoria do Arquitecto Bartolomeu Costa Cabral. Próximo da Real Fábrica de Panos situa-se ainda o Palacete José Mendes Veiga hoje convertido em Biblioteca Central da UBI. Outros departamentos foram desenvolvidos nas Fábricas José Paulo de Oliveira Júnior, actual Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura, pertencente à Faculdade de Engenharias, uma intervenção da própria UBI; na Fábrica Manuel Maria Antunes Júnior; na Fábrica José da Cruz Fazenda, com a Faculdade de Ciências; na Fábrica Manuel da Costa Rato, uma intervenção do arquitecto Jorge Burnay e

no edifício da Empresa Transformadora de Lãs, hoje Faculdade de Engenharias, da autoria do arquitecto José Carlos Loureiro.



Fig. 24 Real Fábrica de Panos, cerca de 1900.

Fig. 25 Reconversão para a Universidade e Museu dos Lanifícios da Covilhã, 2013.

A Real Fábrica de Panos, reabilitada em 1973 segundo projecto de Bartolomeu C. Cabral, teve uma intervenção de carácter museológico, sem questionar a arquitectura do edifício, que viria a ser considerado como Imóvel de Interesse Público em 1982. As intervenções da Real Fábrica de Panos, Real Fábrica Pereira da Silva e na Real Fábrica Veiga, de Bartolomeu Costa Cabral, revelam o sucesso na conservação e aproveitamento dos elementos construtivos do próprio edificado pré-existente, com alterações e ampliações quando necessárias, tentando reduzir a diversidade de materiais e utilizá-los de forma aparente, recorrendo na sua maioria a betão armado, pintado à cor branca ou simplesmente descobrado, à sua cor natural sem qualquer pigmento, tentando relacionar pacificamente os novos materiais com os existentes. O caso do Palacete José Mendes Veiga, transformado em Biblioteca Central reflecte esta relação da construção de um edifício novo que se liga ao existente, não tirando protagonismo à imagem autónoma da residência burguesa, desenhado com linhas e formas claras e fortes. A Empresa Transformadora de Lãs, da autoria inicial de Ernest Korrodi, em 1920, sofreu sucessivas obras de ampliação até 1960, e é caracterizado pela sua fachada principal voltada para a rua e de volumetria longa. No ano de 2000 o edifício foi submetido a obras de remodelação e adaptação pelo atelier GALP. (Matos, 2009, pp.117-119)

Seriam as estruturas da Real Fábrica da Panos, nomeadamente o conjunto de fornalhas e poços cilíndricos da antiga tinturaria, do séc. XVIII, a receber classificação como IIP – Imóvel de Interesse Público (Decreto nº 28/82 de 26-2), elementos estes que integram o actual Museu dos Lanifícios da Covilhã (sob a égide da UBI – Universidade da Beira Interior). Aliás, é de um convénio entre a UBI e o antigo IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, que nasce o “Inventário do Património Industrial da Covilhã” (1999-2002), que permitiu, à data, a identificação sistemática e atualizada da materialidade

industrial e a sua valoração patrimonial, o que viria também a sustentar os trabalhos do programa POLIS. (Folgado, 2009, p. 97).

Relativamente à zona da ribeira da Carpinteira, encontramos menos acontecimentos de reconversão pela influência da UBI, uma vez que se situa numa área menos central da cidade. Destacam-se, ainda assim, o conjunto fabril da Fábrica João Roque Cabral, constituído por dois edifícios imponentes, datados de finais de 1940, o mais recente de 1946 e o mais antigo de 1966, remodelados posteriormente para adquirirem a função de Residência Universitária Pedro Álvares Cabral em 1999, projecto da arquitecta Conceição Trigueiros. O segundo e último episódio nesta zona, até à data, é o polo IV da UBI, conjunto fabril da empresa Ernesto Cruz, constituído também por dois edifícios, paralelos entre si e também atravessados por um arruamento, de 1946 e 1963, com uma intervenção levada a cabo a partir de 1990¹³. (Pinheiro, 2009, pp. 106-107)



Fig. 26 Fábrica Ernesto Cruz no Sineiro, ribeira da Carpinteira, 1993.



Fig. 27 Fábrica Ernesto Cruz, actual Polo IV da UBI, 2014.

É possível observar, particularmente no Polo I da UBI, na zona da ribeira da Goldra, as preocupações no tratamento dos edifícios, nomeadamente na relação do existente com o novo, na relação com o declive, com os vários patamares do território e da encosta, no reforço e aposta na horizontalidade dos edifícios e no seu nivelamento, fazendo sobressair o limite da encosta. A simplicidade e a pureza dos volumes dos edifícios de Bartolomeu Costa Cabral, transparecem num certo cuidado no tratamento da luz e no declive, caracterizados por extensas naves lineares. Nestes observa-se o uso de dispositivos de entrada de luz zenital, numa preocupação entre o claro e o escuro na iluminação dos espaços, verificando-se a incidência da luz nas clarabóias contínuas nas salas de aula mais enterradas. A relação interior-exterior é garantida por diversos pátios, de passagem ou permanência, com uma relação equilibrada com a escala humana, e dotados de elementos de vegetação simples. O

¹³ Matos, M. (2009). Ponto, linha, plano: a edificação universitária na Covilhã. *In Revista Monumentos*. P. 115.

rasgo dos grandes vãos da Biblioteca Central, que marcam a presença desta sobre o vale bem como a força do volume em betão, enquadram no interior a vista sobre a paisagem num jogo de sombras e controlo da luz contrastando à métrica e repetição de vão que se manteve nos edifícios fabris pré-existentes. (Matos, 2009, p. 119)

Existe também um claro cruzamento da própria edificação universitária com a paisagem de montanha, com “ (...) espaços em plataforma, em alinhamento e em marca pontual.” (Matos, 2009, p. 119). Segundo Madalena Cunha Matos, um aspecto negativo é verificado no Pólo IV, na dificuldade em encontrar uma certa conexão arquitectónica e urbanística coerente, com a mesma qualidade do aglomerado transformado na zona oposta da cidade. Porém este facto também se pode explicar pela ausência de continuidade de reabilitação com o edificado fabril da envolvente da paisagem mais próxima que, tal como na ribeira na Goldra, apresenta inúmeras potencialidades para novas funções da UBI ou de outros equipamentos urbanos. Em suma, a Universidade tem vindo a revelar na sua arquitectura potencialidades ocultas, do auge industrial da cidade, com transformações que mantêm o máximo possível do carácter identitário do património, preservando também elementos da paisagem, como as chaminés das fábricas ou as ‘râmolas’, entre outros elementos, e através da musealização *in situ* das estruturas que faziam parte de diferentes fases de produção da indústria. (Pinheiro, 2009, p. 106)

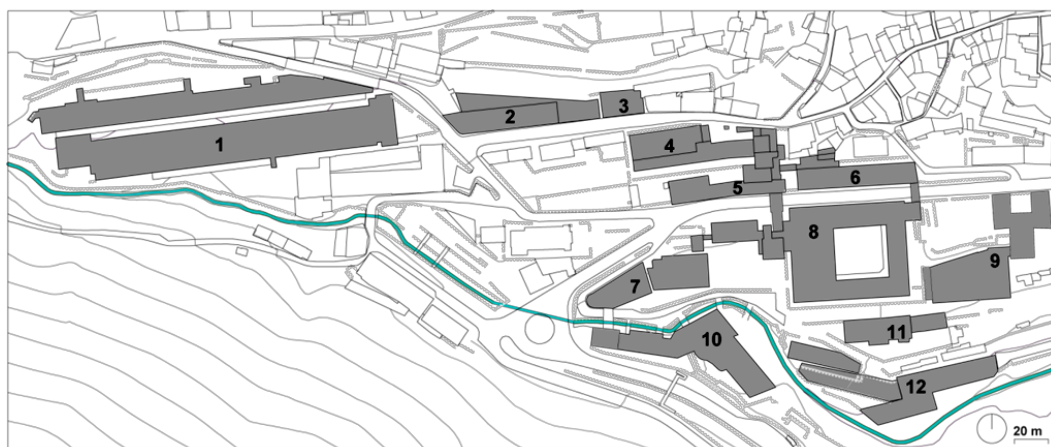


Fig. 28 Pólos I e II da UBI, reconversões de antigas fábricas junto à ribeira da Goldra, Teresa Espírito Santo, 2010. **(1)** Empresa Transformadora de Lans, actual Faculdade de Engenharia. **(2)** Fábrica José Paulo de Oliveira Júnior, actual Departamento de Arquitectura. **(3)** Fábrica Manuel Maria Antunes Júnior, actual Departamento Técnico. **(4)** Real Fábrica de Panos, actuais laboratórios e oficinas do curso de moda. **(5)** Real Fábrica de Panos. Ligação pedonal e entrada principal da UBI. **(6)** Real Fábrica Pereira da Silva, actuais gabinetes e serviços administrativos da UBI. **(7)** Fábrica Francisco Roque da Costa Júnior, actual Centro de Informática. **(8)** Real Fábrica de Panos, actual Museu de Lanifícios. **(9)** Palacete José Mendes Veiga, actual Biblioteca Central da UBI. **(10)** Fábrica Sebastião da Costa Rato. **(11)** Fábrica José da Cruz Fazenda, actual faculdade de ciências da saúde. **(12)** Real Fábrica Veiga, actual Centro de Documentação e Arquivo Histórico do Museu de Lanifícios.



Fig. 29 Biblioteca Central da UBI e Palacete Mendes Veiga, 2013.

Fig. 30 Centro de Documentação e Museu dos Lanifícios – núcleo da Real Fábrica Veiga, 2013.

Fig. 31 Vista de conjunto dos Polos I, II e III da UBI, na zona da Goldra, 2013.

4. A influência dos planos na requalificação urbana da Covilhã

4.1. O Plano Director Municipal da Covilhã

O Plano Director Municipal da Covilhã tem como estrutura essencial uma proposta de ordenamento do território com base nos estudos de fundamentação técnica. Na proposta inserem-se o Quadro Estratégico e o Plano de Ordenamento, sendo que este último é constituído pelo Regulamento, pela Planta de Ordenamento e pelo Quadro de Condicionantes. Este plano estipula regras sobre os diversos usos, funções, ocupações e transformações possíveis do solo no território do concelho da Covilhã. O processo da sua elaboração teve uma duração de 11 anos, desde a decisão da sua elaboração em 1988 até à sua aprovação em Conselho de Ministros, em 1999.

Analisando o Regulamento do PDM da Covilhã, publicado em Diário da República, Série I – B, Nº 248 de 23-10-1999, verificámos que o seu Capítulo I, instrumento regulador das políticas de ordenamento do território, a nível físico e de gestão urbanística, expressa em linhas gerais as acções de reestruturação e requalificação do espaço urbano, na defesa de um bom ambiente urbano, sendo que estas devem ser acompanhadas posteriormente de planos municipais com maior detalhe. (DR nº248, 1999, artigo 7º)

No mesmo Regulamento, as acções descritas para preservação do espaço urbano¹⁴ referem-se a aspectos como a recuperação e reconversão de espaços urbanos degradados, a preocupação com a preservação da imagem identitária da cidade, tendo em conta o património urbano, arquitectónico e paisagístico. Salientam-se claramente as alíneas d) e e), uma vez que se referem à “Reabilitação dos espaços industriais degradados, ou dos armazéns devolutos, com eventual reutilização devidamente justificada;” e a alínea e), que se refere à “Manutenção e valorização das linhas de água existentes, através da criação de espaços verdes de desenvolvimento linear;” (DR nº248, 1999, artigo 7º), tudo isto aliado à necessidade de uma garantia e empenho num desenho urbano atractivo e de qualidade.

No artigo 9º, da mesma secção, para os designados “Espaços urbanizáveis – Regime Geral”, caracterizados como aptos para fins urbanos, situados nas zonas contíguas e intermédias às zonas urbanas consolidadas e situados nos perímetros urbanos observa-se, no ponto dois a intenção em estabelecer uma ordem para uma correcta definição dos espaços na sua relação com a envolvente e a integração no espaço urbano da própria

¹⁴ Presentes em Diário da República, Série I – B, Nº 248, 23-10-1999, Capítulo II, Secção II, art. 7º, alíneas a); b); d); e); f);.

cidade, sendo que “(...) devem as acções aí levadas a cabo ser orientadas por planos municipais de ordenamento do território de escala apropriada. (DR nº248, 1999, artigo 9º). No artigo 20º, designado “Áreas críticas de reconversão urbanística” não existe qualquer referência a zonas específicas da cidade da Covilhã, nomeadamente os vales das ribeiras da Carpinteira e da Goldra.

O PDM da Covilhã passa a definir, no artigo 21º, que as “Unidades Operativas de Planeamento” – UOP, descritas como áreas com uma leitura estrutural homogénea “(...) devem ser objecto de estudos pormenorizados, (...) particularizados em planos municipais de ordenamento do território de escala apropriada (...)” (DR nº248, 1999, artigo 21º), sendo a primeira UOP, o perímetro da área urbana da grande Covilhã, formalmente definido como Plano de Urbanização da Grande Covilhã. (DR nº248, 1999, artigo 21º)

4.2. O Plano de Urbanização da Grande Covilhã

Aprovado em 2010, o PUGC – Plano de Urbanização da Grande Covilhã, estabelecido o seu perímetro como uma das unidades operativas de planeamento, previstas no PDM da Covilhã, têm como objectivos gerais, a adequação de acções na resolução de fragilidades da cidade, de carácter urbanístico, arquitectónico, social, cultural, servindo como instrumento de orientação e transformação do território, e estabelecendo as bases para a protecção do património histórico. Este plano – PUGC – integra o território municipal delimitado a norte e Poente pela Serra da Estrela e a Nascente por importantes eixos rodoviários, e é aproximado à escala 1:10000 constituído essencialmente pelo seu regulamento, pela planta de Zonamento e Planta de Condicionantes, incluindo ainda um Relatório, o Programa de Execução e um Relatório Ambiental. (DR nº147, 2010, artigo 1º) Neste plano, no Diário da República, n.º 147 de 2010, salienta-se no artigo 2º, o objectivo da alínea m):

“m) Estabelecer as unidades operativas de planeamento que possam vir a dar lugar à elaboração de planos de pormenor, instrumentos de gestão territorial que desenvolvem e concretizam propostas de organização espacial do PUGC, definindo com maior detalhe a concepção da forma de ocupação e o desenho urbano, servindo de base a projectos de execução de infra-estruturas, da arquitectura dos edifícios e dos espaços de exteriores, de acordo com as prioridades estabelecidas no programas de execução constantes do PUGC.” (DR nº147, 2010, artigo 2º)

No PUGC são identificadas as subcategorias dos solos urbanizados que correspondem a solos com um nível elevado de infra-estruturas, em que o solo é destinado a “(...)edificações de suporte a actividades urbanas e complementares destas (...)”, salientando-se neste trabalho a subcategoria “e) Zonas urbanas de estruturação ou reconversão urbanística”, que tem como objectivos através de projectos urbanísticos específicos, a requalificação urbana, sendo considerados como “espaços-motores de desenvolvimento da cidade, suportes da modernização requeridos para a Covilhã (...)”, tendo em conta na integração urbana aspectos como o terreno e a morfologia do edificado mas também os elementos naturais presentes. As transformações destas áreas devem englobar diversos tipos de utilizações funções, modos de habitação variados, cultura, lazer, sector terciário, espaços de formação profissional ou investigação, no fundo tornar os espaços atractivos. (DR nº147, 2010, artigo 22º)

Inseridas no PUGC, na secção IV do seu Regulamento são definidas as duas “Áreas de Intervenção do Polis” (art. 33º), a “Área de intervenção do PU do Vale da Ribeira da Carpinteira” e a “Área de intervenção do PU do Vale da Ribeira da Goldra”, ambas em elaboração em 2010, áreas com objectivos estratégicos delimitados. O Polis fica então restringido a dois Planos de Urbanização do vale da ribeira da Carpinteira e do vale da Goldra. (DR nº147, 2010, artigo 33º)

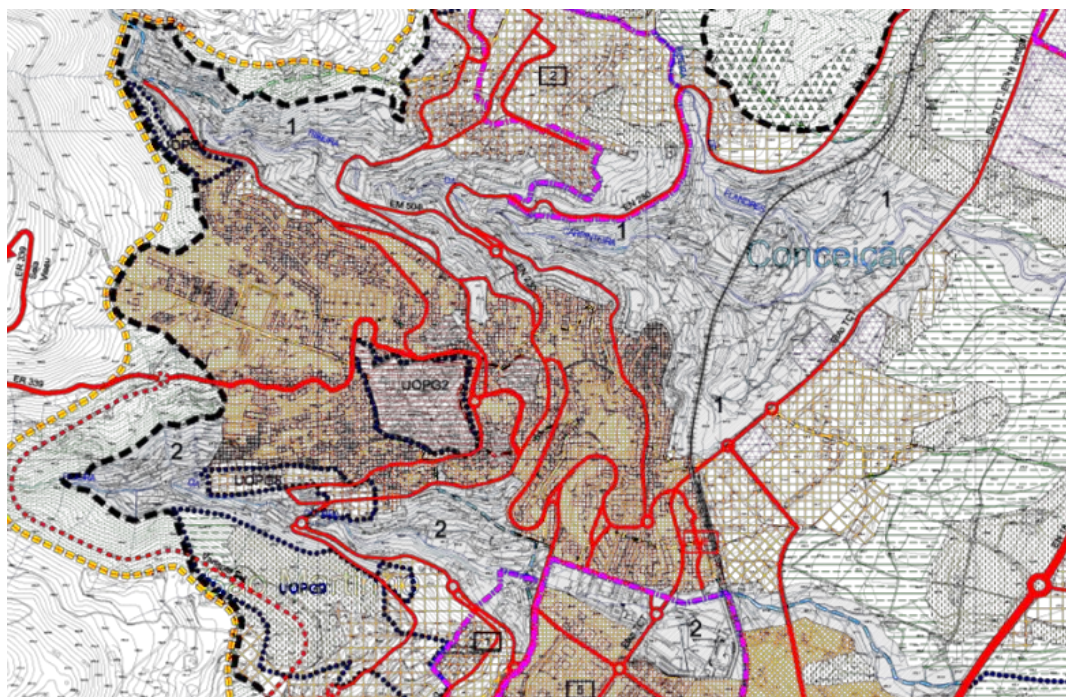


Fig. 32 Extracto da Planta de zonamento do PUGC, 2010. A trama azul indica as áreas abrangidas pelo PU da ribeira da Carpinteira (1) e o PU da ribeira da Goldra (2).

4.3. O Programa Polis

A procura de contrariar o protagonismo do desenvolvimento e importância geográfica e histórica das cidades de Lisboa e Porto, associada à necessidade de desenvolvimento de novos centros urbanos, é a base que dá origem ao Programa Polis, que arrancou no final de 1999. O Programa Polis ou “Programa Cidades”, designação atribuída inicialmente, caracteriza-se pela intervenção nos espaços públicos das cidades, a valorização de zonas ribeirinhas e frentes de mar, a criação de novas centralidades nas cidades, a reabilitação e reconversão de áreas degradadas e zonas industriais mortas, a promoção de melhores acessibilidades e a melhoria das condições de mobilidade, ambientalmente sustentáveis, e a criação de novos pólos de desenvolvimento regional, com o objectivo de reavivar algumas cidades médias portuguesas, aumentando a sua competitividade, com operações urbanísticas focadas na reorganização urbana e na promoção de atitudes de carácter ambiental. (Milheiro, 2009, p. 54)

O Programa Polis é então designado como “Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades” (Milheiro, 2009, p. 54), cruzando o “Plano Nacional de Desenvolvimento Económico” (PNDES) com o “Terceiro Plano de Desenvolvimento Regional”. O Programa Polis abrangeu inicialmente dezoito cidades, alongando-se mais tarde a mais dez, abrangendo no total vinte e oito cidades. Conforme o carácter e a necessidade de transformação de cada uma delas, tendo em conta as suas características, integravam-se no primeiro de quatro componentes distintos (Milheiro, 2009, p. 54-56):

- “Componente 1 – Operações integradas de requalificação urbana e valorização ambiental.
- Componente 2 – “aplicado a cidades classificadas como património mundial”.
- Componente 3 – “aplicado a cidades sujeitas a medidas complementares para realojamento”.
- Componente 4 – “que se refere a melhoramentos específicos”. (Milheiro, 2009, p. 54)

Através de um artigo constante do J.A. é possível identificar visões distintas sobre o programa. A visão mais pessimista de Fernando Nunes da Silva, para quem este processo de requalificação e estruturação dos espaços sub-regionais e de zonas frágeis das cidades é fruto do esquecimento, por parte do Estado, das zonas mais interiores e desfavorecidas, e cujo objectivo, segundo o autor, é o embelezamento da zona mediática das cidades, assumindo o Estado esses custos. (Milheiro, 2009, p. 55)

Por outro lado, a visão de Francisco Nunes Correia centra-se na capacidade de gestão e execução do programa cujas exigências se baseavam na qualidade das obras a executar e

no cumprimento e urgência de prazos para a sua conclusão (Agosto de 2005). O Polis era “publicitado” como um programa eficaz e “com uma capacidade de realização acima das rotinas correntes” (Milheiro, 2009, p. 55). Este autor referia-se ao Polis como elemento para o desenvolvimento e lançamento das cidades no panorama regional que tinha uma componente muito ligada ao urbanismo e à arquitectura enquanto componente disciplinar, e de “embelezamento” e de tratamento da imagem da cidade e da sua requalificação. Para Francisco Nunes Correia, Coordenador Nacional do Programa Polis entre 2000 e 2003, o Polis ultrapassava os campos da arquitectura e do urbanismo, promovendo a cidade contra o esvaziamento regional, desenvolvendo-a para que ultrapassasse a crise das cidades portuguesas. (Milheiro, 2009, p. 55)

Já Nuno Teotónio Pereira, (que viria ser o arquitecto responsável do Polis na Covilhã), segundo A. Milheiro (2009), reconhece de forma crítica uma “crise essencialmente caracterizada pelo esvaziamento das cidades tradicionais” e “a expansão desregrada e de enormes manchas suburbanas” (Pereira, 2005, p. 20). Este autor manifesta uma visão positiva perante o Programa Polis, de que salienta três aspectos:

- dinâmica de planeamento;
- rara capacidade de concretização;
- importância da participação das populações. (Milheiro, 2009, p. 55)

O Polis, na sua face mais visível, designa-se como uma “rede urbana à escala nacional e que se distinguia da vertente operacional de gestão que possibilitava, no terreno, a sua aplicação” (Milheiro, 2009, p. 55). A face menos visível, a sua ligação às populações, aconteceu com a promoção de sessões de apresentação abertas à discussão pública, com debates abertos com os responsáveis das autarquias locais. Porém, e segundo Teotónio Pereira, o Polis não resolveria, por si só, as realidades complexas e problemas cidades envolvidas. (Milheiro, 2009, p. 56)

4.3.1. O Polis Covilhã

O Escritório ARPAS – Arquitectos Paisagistas Associados, do arquitecto paisagista Luís Cabral, e o arquitecto Nuno Teotónio Pereira (n. 1922), são os autores dos dois principais projectos integrados no “Plano Estratégico” da Covilhã, designado “Viver a Covilhã”, desenvolvido no âmbito do referido Programa Polis. São eles, o Plano de Urbanização do vale da ribeira da Carpinteira, e o Plano de Urbanização do vale da ribeira da Goldra.

A ligação de Nuno Teotónio Pereira à Covilhã “data de finais dos anos 40” (Afonso, 2005, p. 10), altura em que colaborou na reconstrução da igreja de S.Tiago. Mais tarde viria a ser responsável pelo projecto da igreja da Boidobra, pelo projecto do 1.º Núcleo do Museu de Lanifícios da UBI – Universidade da Beira Interior, pelo do conjunto habitacional do Bairro da Alâmpada e, mais recentemente (1999-2001) pelo projecto da remodelação da praça do Município, antigo “Pelourinho”. Os planos desenvolvidos por Teotónio Pereira e Luís Cabral procuram responder aos “cinco grandes objectivos definidos” (Afonso, 2005, p. 10) no “Plano Estratégico da Intervenção Polis na Covilhã” (Programa POLIS, 2001, pp. 37-38):

- Reabilitar os vales das ribeiras, despoluindo-as e criando espaços públicos;
- Virar a cidade para esses vales criando novas frentes edificadas constituindo remate da estrutura urbana consolidada;
- Revitalizar e preservar o património industrial destinando-lhe novos usos de âmbito cultural ou outros;
- Favorecer a mobilidade pedonal através de pontes e meios mecânicos de acesso ao centro da cidade reduzindo a dependência do automóvel;
- Corrigir o sistema de implantação de novas construções visando consolidar o tecido urbano e proporcionar a sua integração na paisagem.

De acordo com João Afonso, o Polis da Covilhã terá sido, dos diversos planos desenvolvidos pelo gabinete de Teotónio Pereira, “o de maior escala de intervenção” (Afonso, 2004, p. 98). Talvez também por isso, Teotónio Pereira valorizava o Polis por ser uma oportunidade para repensar a cidade, a sua vivência, torná-la sustentável, onde se pode deambular e viver. (Milheiro, 2009, p. 56)

Como refere João Afonso perseguia-se “a mobilidade e a reabilitação de uma cidade industrial que em poucos anos se transformou numa cidade universitária” (Afonso, 2005, p. 9), numa cidade “que se reencontra e se redefine, para novos usos e populações” (Afonso, 2005, p. 9). A par destes planos foi ainda desenvolvido por Teotónio Pereira o Plano de Pormenor de São João de Malta, uma proposta de “recentramento da cidade, contrariando a tendência para o crescimento da periferia” (Afonso, 2005, p. 11) promovida, à época, pela especulação imobiliária, o qual nunca viria a ser aprovado.

4.3.2. A estratégia do Polis Covilhã

Três dos aspectos que levaram a Covilhã à candidatura ao Programa Polis, foram o crescimento demográfico favorável; o facto de possuir um pólo universitário e a defesa de um património arquitectónico desactivado, de características industriais, aspectos estes que tinham uma influência forte sobre a região. (Milheiro, 2009, p. 56)

O Plano Estratégico da cidade é o documento que definiu as bases que pretendiam orientar as intervenções e que integrava já projectos em fase de Estudo Prévio. É nele que se descrevem os objectivos e intervenções paisagísticas que orientavam o programa. A sua componente ambiental baseava-se na requalificação dos vales das ribeiras da Carpinteira e da Goldra, com os, inicialmente previstos, “Plano de Pormenor do vale da ribeira da Carpinteira” e “Plano de Pormenor do vale da ribeira da Goldra”, onde se delimitavam as zonas de intervenção principais, procurando os elementos de gestão territorial essenciais para a identificação de critérios de desenvolvimento urbano. (Milheiro, 2009, p. 56)A autora

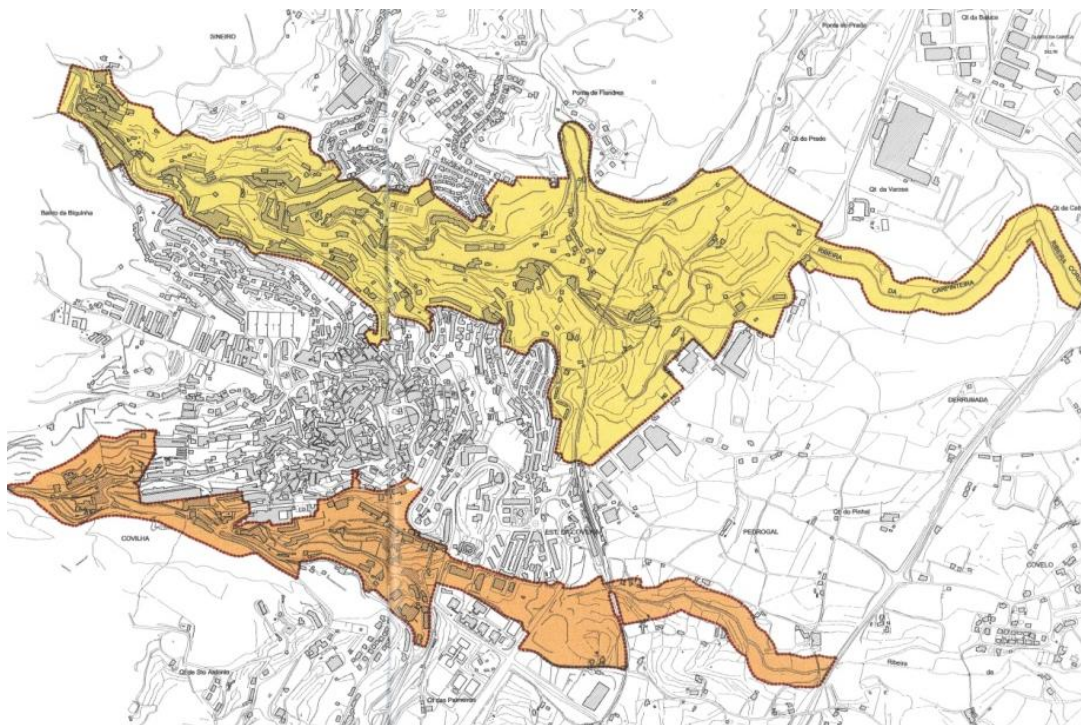


Fig. 33 Áreas de intervenção do programa Polis: Plano de Pormenor do vale da ribeira da Carpinteira e (amarelo) e Plano de Pormenor do vale da ribeira da Goldra (laranja), ARPAS et. al., 2001.

Ana Vaz Milheiro faz uma descrição destes Planos de Pormenor, de forma mais exaustiva para o caso da ribeira da Goldra, cuja zona descreve como “híper-intervencionada” (Milheiro, 2009, p. 60), referindo-se à zona da ribeira da Carpinteira e à sua ponte monumental (autoria do arquitecto Carrilho da Graça, 2003-2009), “a primeira das três propostas de atravessamento da ribeira da Carpinteira” (Milheiro, 2009, p. 60), cumprindo o objectivo do desafio de Teotónio Pereira e Luís Cabral. (ver Anexo X – Planta do Programa de Execução, PU da ribeira da Carpinteira)

Ana Vaz Milheiro faz algumas referências ao lugar em estudo (vale da ribeira da Carpinteira), como um lugar onde permanece “uma ideia ambiental poética”, e à “naturalidade” da zona. Realça também uma “certa densidade romântica do sítio”, porém não a caracteriza nem faz qualquer referência a dados do Plano desenvolvido para aquela zona, a qual se situa no declive profundo vencido pela referida ponte pedonal de Carilho da Graça, com diversas ruínas de edifícios fabris e suas “râmolas”, e muita vegetação espontânea que esconde e dissimula a natureza do próprio território. (Milheiro, 2009, p. 60)



Fig. 34 Ruínas de edifícios fabris, zona das Polras, margem esquerda da ribeira da Carpinteira, 2013.

Outra estratégia do Programa Polis Covilhã, para além da mobilidade, de que falaremos adiante, é a estratégia desenvolvida para os espaços verdes. Nesse âmbito é de referir o desenvolvimento do projecto e construção do “Jardim do Novo Rodrigo”, na vertente da margem direita da ribeira da Carpinteira (arquitecto Carlos Coreia Dias e LODO, Arquitectura Paisagista, 2003-2005), o qual se insere no perímetro de urbanização da Carpinteira, junto ao bairro operário do Rodrigo (bairro construído nos finais da década de 40, só para operários da indústria de lanifícios, sob impulso da Caixa Sindical de Previdência e da F.N.I.L. - Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios)¹⁵.

¹⁵ Disponível em <http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/>.

Para além disso, juntamente com propostas concretas de intervenção nas margens da ribeira, é proposta “a criação de parques e jardins que acompanham os vales, (...) complementados por áreas construídas com a qualidade que possibilite a sua vivência numa correcta integração paisagística” (ARPAS et al., 2005, p. 30).

O arquitecto Nuno Teotónio Pereira viria ainda a desenvolver o “Plano de Mobilidade Pedonal da Covilhã”, assinalado por João Afonso como “chave de leitura de um processo” (Afonso, 2005, p. 11) e de que nos ocuparemos em maior detalhe adiante. Com ele se procurava, nas palavras do seu autor, “aplanar a cidade” conjuntamente com outros objectivos do próprio Polis Covilhã para “atenuar malfeitorias, adaptar relevo, preservar a identidade, consolidar o tecido urbano” referindo-se aqui ao “exemplo clamoroso do insucesso da abundante legislação” que levou ao crescimento da cidade “de forma a destruir a sua coesão interna, a desfigurar a sua imagem e a aviltar a sua envolvente” (ARPAS et al., 2005, p. 12).

4.4. O Plano de Mobilidade Pedonal

As cidades actuais são cada vez mais afectadas pelo aumento da poluição, causada em grande parte, pelo excessivo uso dos transportes individuais. Este tema relaciona-se cada vez mais com a questão da sustentabilidade dos sistemas urbanos e com a preocupação por parte de entidades superiores da necessidade de reduzir o meio de transporte individual e incrementar o uso e a qualidade dos transportes colectivos. Para além destas hipóteses de deslocação dentro da cidade, o tráfego pedonal continua a ser um meio de deslocação disponível na generalidade a todos os habitantes, principalmente nos aglomerados urbanos de pequena e média dimensão e nas zonas mais centrais de cidades de maior dimensão, embora a qualidade deste meio de deslocação nem sempre ser a melhor. (Pereira, 2004, p.119)

Muito antes de existirem e serem usados de forma frequente, os transportes motorizados, até às primeiras décadas do século XX, a deslocação pedonal era o principal meio de mobilidade para os habitantes nas suas deslocações para o trabalho, casa, escola, para qualquer lado que fosse. Hoje, a tendência é o abandono cada vez maior da deslocação a pé, em favor do uso do automóvel próprio ou de qualquer transporte individual, devido em grande parte às expansões urbanas que se têm vindo a verificar, mesmo em cidades de pequena dimensão, com o aumento das distâncias, percursos e tempos das deslocações

diárias do quotidiano. O transporte colectivo como hipótese alternativa não tem mesmo assim a adesão desejada devido a exigência de rapidez e complexidade de percursos que a população requer. (Pereira, 2004, p.119)



Fig. 35 Requalificação de um vazio urbano. Parque da Goldra e Elevador da Goldra, 2013.

Como o arquitecto N. Teotónio Pereira refere na revista *Sociedade e Território* (2004), a cidade da Covilhã foi alvo destas questões, justificando ainda mais estes aspectos o seu relevo, com declives bastante acentuados, de percursos difíceis e alternativas de distâncias ainda maiores. Ainda que seja uma cidade de dimensão reduzida e percursos que supostamente se fazem em pouco tempo e de distância aceitáveis, os aspectos referidos anteriormente levam os covilhanenses a utilizar o carro para colmatar as dificuldades de vencer estes percursos. Outro aspecto constatado pelo arquitecto, no ano de 2004, são os escassos transportes colectivos e escassez da sua frequência. Segundo A. Milheiro e C. Gonçalves, Nuno Teotónio Pereira "(...) nomeia e radiografa os 'problemas' da cidade, concentrando a intervenção em propostas muito localizadas, potencialmente resumidas e identificáveis enquanto elementos.". (Milheiro, A. & Gonçalves, C., 2003, p. 42)

Segundo o arquitecto "com o núcleo urbano implantado na lombada da encosta da Serra da Estrela entalada entre dois vales muito cavados, as respectivas ligações às áreas de expansão implicam ao mesmo tempo distâncias consideráveis e declives acentuados, impossíveis de percorrer a pé e tais distâncias são sobre tudo causadas pelos vales das ribeiras da Goldra e da Carpinteira, que limitam a lombada onde foi implantada a cidade e que obrigam a longos percursos de e para montante, para se passar de um para o outro lado." (Pereira, 2004, p.119)

Ao longo da história da Covilhã, os percursos eram na sua maioria feitos a pé pelos trabalhadores, entre os vales e o centro urbano na época. Porém, a expansão da cidade no sentido descendente da encosta e nas margens opostas das ribeiras, marcada com a construção do bairro dos Penedos Altos e do bairro da estação na zona mais plana da cidade, bem como com a construção e instalação da linha de caminho-de-ferro, veio a alterar esta facilidade de deslocação e percursos. Uma das primeiras tentativas de resolver estas diferenças de cotas no território e da ligação entre a zona baixa da cidade e o centro antigo foi o funicular projectado pelo engenheiro Raoul Mesnier du Ponsard, responsável também pelos projectos dos elevadores de Lisboa, tendo sido construído o elevador de Santa Justa, no Chiado. (CMC, s.d.b)

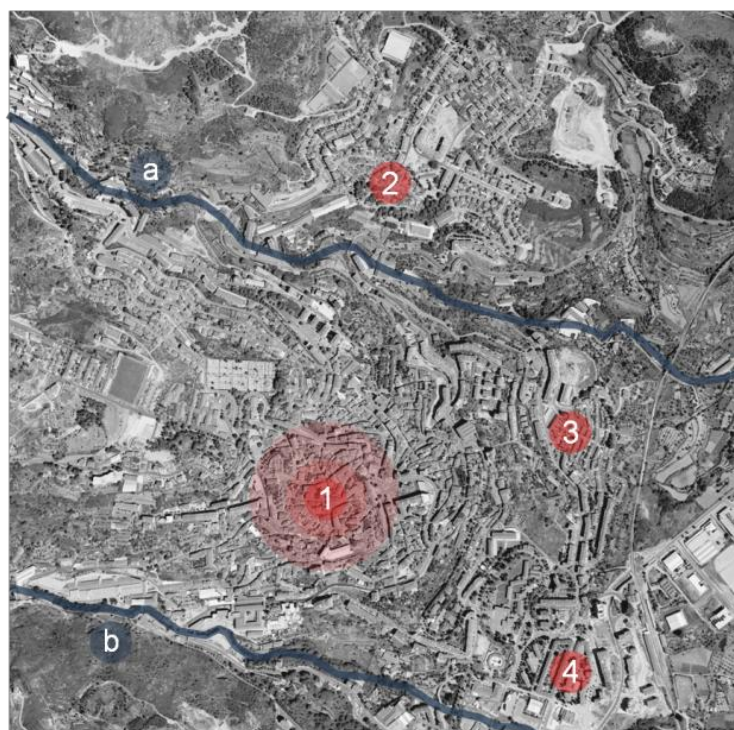


Fig. 36 Imagem de Satélite da Covilhã: (a) ribeira da Carpinteira; (b) ribeira da Goldra; (1) centro histórico; (2) Bairro dos Penedos Altos; (3) Bairro do Rodrigo e (4) Bairro da Estação, zona plana da cidade.

Apesar deste episódio na cidade da Covilhã não ter sido posto em prática, tornou-se um ponto de partida para a questão ser desenvolvida mais tarde, com outros actores e locais distintos da cidade, retomando os aspectos da necessidade de ligações pedonais que se fazem sentir, aliados agora a "meios mecânicos de elevação". Esta introdução de uma série de pequenas operações cirúrgicas em pontos fulcrais nas ligações dentro da cidade, traz consigo vantagens para os cidadãos e para as questões ambientais e de sustentabilidade da própria cidade como meios economicamente controláveis. (Pereira, 2004, p.120)

Através do programa Polis, e da compreensão de que os vales que limitam morfologicamente e geograficamente a cidade da Covilhã fazem parte da sua organização urbana, e numa maior preocupação com a qualidade de vida dos cidadãos foi integrado naquele programa o tema da mobilidade pedonal. Conforme afirma o arquitecto Teotónio Pereira é o facto de "(...), o Programa para a Covilhã propõe a integração equilibrada e harmoniosa dos vales das ribeiras no contexto da cidade e a consolidação do tecido urbano, mediante a defesa da paisagem, a reabilitação do património industrial, a criação de áreas de equipamentos de lazer, o preenchimento de vazios com morfologias adequadas e a redução da dependência do automóvel. Para a concretização deste objectivos foram elaborados os Planos de Urbanização dos vales da Goldra e da Carpinteira, abrangendo as orlas Norte e Sul da área central da cidade." (Pereira, 2004, pp.120-121)

Estes planos mais pormenorizados estariam sempre sujeitos a alterações dentro do PDM (Plano Director Municipal) e o Plano de Urbanização da Grande Covilhã. Para além destes planos e voltando ao facto de a cidade da Covilhã necessitar de melhorar as suas fragilidades em termos de percursos pedonais, procedeu-se à elaboração do "Plano de Mobilidade Pedonal" para a cidade da Covilhã, apresentado inicialmente ao município com o objecto de estabelecer no papel quais os objectos a atingir, quais os elementos a construir e as opções tomadas. (Pereira, 2004, p.121)

Também a consolidação e reabilitação do centro histórico tinha vindo a ser uma preocupação constante para a Câmara Municipal da Covilhã. De entre as acções de arranjos de espaços públicos e reforço de acessibilidades e estacionamento, salienta-se a reabilitação das zonas habitacionais do centro histórico e a criação do Gabinete Técnico Local e o apoio do PERID, programa de específico de recuperação de imóveis degradados. Os planos do Polis incidem a sua atenção sobre a preocupação com a transformação de vazios urbanos existentes na cidade com vista à consolidação do tecido urbano, ao desenvolvimento de áreas de construção significativa na envolvente do centro urbano, com vista à respectiva revitalização, tentado contrariar a opção de construção que envolve mais custos e usos de solos rurais de valor agrícola na periferia da cidade, levando novamente a uma dificuldade de mobilidade por parte dos habitantes, o que contraria o objectivo da sustentabilidade na cidade. (Pereira, 2004, p.121)

O plano de mobilidade pedonal elaborado para a cidade da Covilhã vem na sequência de várias propostas deste género que surgem no programa Polis de várias cidades portuguesas, como Lisboa ou Coimbra. Esta ideia de meios mecânicos para resolver grandes distâncias e desníveis acentuados na cidade não é novidade, uma vez que já no século XIX, em Lisboa se projectaram e construíram quatro elevadores mecânicos, seguindo-se o início da introdução na capital da rede de eléctricos, e posteriormente o automóvel, exclusivo inicialmente para algumas classes. Entre o século XIX e XX, os equipamentos de deslocação e elevação mecânica foram introduzidos em diversas cidades com vista a solucionar problemas de acessibilidade localizados em sítios específicos, em cidades como Barcelona, Toledo, Coimbra, Porto, alguns destes sistemas formando redes de interligação de vários espaços como é o caso das cidades de Monte Carlo e de Perugia. Assim a cidade da Covilhã era agora também prendada por este tipo de desenvolvimento urbanístico, e que se adequa claramente a uma cidade localizada na encosta de uma serra. (Pereira, 2004, p.121)

4.4.1. Objectivos do plano

Para diminuir o uso automóvel e reduzir o aumento significativos das distâncias devido à recente expansão urbana e aos desníveis a colmatar, o Plano de Mobilidade Pedonal atribui um valor bastante significativo e de maior importância aos percursos pedonais pela cidade da Covilhã, com vista à facilitação do percurso pela zona interior, histórica e consolidada da cidade, e do acesso descendente à zona mais recente da cidade, com um objectivo de fixar um percurso de carácter mais turístico, de lazer ou funcional do dia-a-dia dos habitantes. Segundo o arquitecto Nuno T. Pereira, estamos a falar de "um raio de 700 m em linha recta, a partir do centro - a Praça do Município, localmente conhecida por *Pelourinho*" com o objectivo de criar condições de percurso de inclinações aceitáveis. (Pereira, 2004, p.123)

Neste plano existem dois percursos marcados com os declives aceitáveis para percursos a pé sem necessidade de recorrer a meios mecânicos. Esses percursos ligam o pelourinho ao jardim público e o pelourinho a S. Martinho, passando pelo mercado municipal, com distâncias também aceitáveis. Percursos estes que, segundo o arquitecto, equivalem ao percurso dos Restauradores ao Largo do Chiado. Nos restantes percursos em que se identificaram desníveis acentuados e extensões exageradas, projectaram-se dois tipos de infraestruturas: pontes pedonais para ultrapassar os vales das ribeiras, e elevadores verticais e inclinados, que são mais económicos, em contrapartida com escadas mecânicas.

Duas das quatro pontes, e dois dos três elevadores, previstos neste plano, estão contemplados no programa Polis. Para redução de custos nas estruturas de suporte, dois elevadores são "incorporados em projectos a desenvolver por promotores imobiliários". (Pereira, 2004, p.124)

4.4.2. A implementação do plano

A maioria destas intervenções não ultrapassa os 760 metros de extensão, apenas dois percursos excedem este valor: o percurso da Central Rodoviária ao Pelourinho e o percurso Penedos Altos até ao Pelourinho. Dos desníveis a vencer através de um percurso pedonal, o mais elevado a vencer é neste plano o percurso Rodoviária - Pelourinho, atingindo os 53 metros, sendo que o projecto do funicular projectado por Mesnier du Ponsard vencia o desnível de 45 metros entre a Estação e o largo de S. João de Malta. Estes percursos referem-se a troços em rampa, intercalados com transportes mecânicos. O autor refere que todo este processo tem como principal fim "aplanar a cidade", tornado viáveis os percursos a pé e através destes meios mecânicos, tanto na perspectiva de vencer desníveis como distâncias excessivas. (Pereira, 2004, p.124)

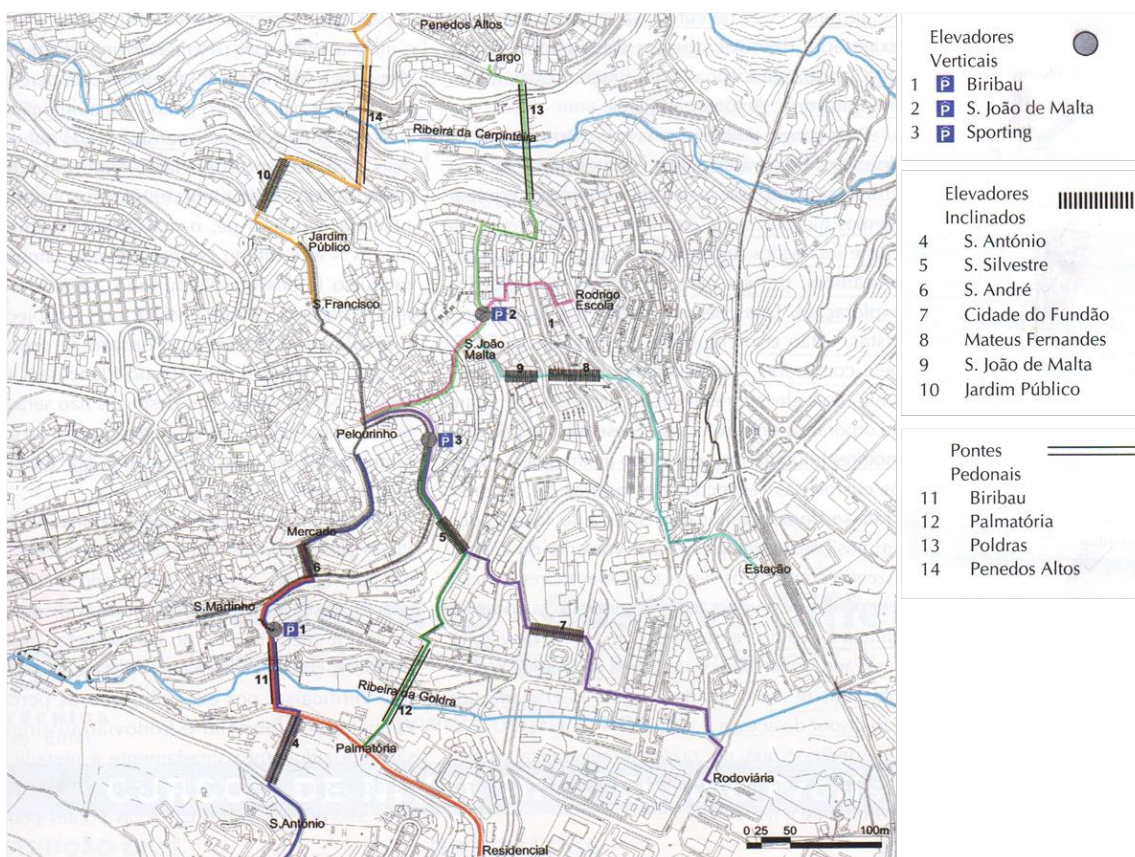


Fig. 37 Plano de Mobilidade Pedonal da Covilhã, Programa POLIS, Nuno Teotónio Pereira et. al., 2000-2004.

Tendo em conta a questão das distâncias, o autor refere que o percurso Palmatória/Pelourinho passa de uma extensão de 1.530m a 590m e o percurso Rodoviária/Pelourinho sofre uma redução de 1490m para 850m, através da construção de pontes pedonais que ligam diferentes partes da cidade, que apenas visualmente parecem próximas e em linha recta, mas cujo percurso de atravessamento dos vales pressupõe distâncias muito grandes, que assim se vêm reduzidas. "No fundo, o Plano, ao vencer os obstáculos naturais por meios artificiais, procura criar condições de circulação naturais para o peão, semelhantes às que existem nas cidades planas e contínuas." (Pereira, 2004, p.125)

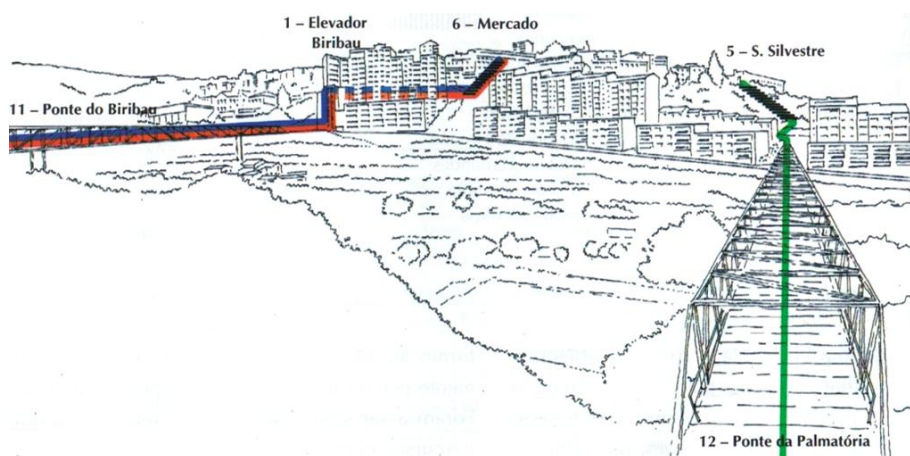


Fig. 38 Vale da ribeira da Goldra, articulação entre as pontes e os elevadores, N. Teotónio Pereira, 2000-2004.

Estas intervenções requereram grandes estudos de engenharia e calendarização, sendo hoje possível observar na paisagem da cidade um conjunto de intervenções que estão já ao dispor dos habitantes da cidade e que resolvem de forma bastante eficaz algumas das situações de declive e distância, enunciadas anteriormente. As intervenções explícitas no plano não estão completamente realizadas e construídas e, nalguns casos, com modificação do sistema mecânico inicialmente previsto.

As obras concluídas até ao momento referem-se ao 'Elevador S. André', 'Funicular S. João de Malta' e ao 'Elevador da Goldra' no caso dos elevadores inclinados. O 'Funicular S. João de Malta', desenvolvido anteriormente no plano, através de um percurso de dois elevadores inclinados 'Mateus Fernandes' e 'S. João de Malta', ligando a Rua Mateus Fernandes ao largo de S. João de Malta, está conjugado actualmente num só percurso, desenvolvido entre a Rua Mateus Fernandes (Escola Básica do Rodrigo) e o Largo S. João de Malta, no final da Avenida 25 de Abril, sendo que se constitui, num primeiro percurso, que se constitui quase a totalidade da extensão a vencer, em elevador inclinado, e o seu troço final em elevador vertical. Foi também consolidado um percurso pedonal paralelo em escadaria aberta, que

numa das suas extremidades, na cota superior na cidade, atravessa subterraneamente a Avenida 25 de Abril, facilitando o acesso à Rua Marquês d'Ávila e Bolama. O Elevador de S. André', que dilui a diferença de topografia entre a Rua Marquês d'Ávila e Bolama e a zona do Mercado, possuindo também o percurso paralelo em escadaria, embora demasiado abrupta devido ao declive bastante acentuado, esta escadaria torna-se desconfortável. O Elevador da Goldra, anteriormente designado como 'Biribau', inicialmente projectado como elevador vertical, segundo as peças desenhadas do Plano de Mobilidade, que estabelece a ligação entre o Parque da Goldra e os edifícios principais da UBI, acabou por ser executado como elevador inclinado. Em termos de elevadores verticais, encontra-se actualmente em execução o 'Elevador do Jardim Público', localizando-se agora mais perto da zona de chegada da Ponte Pedonal dos Penedos Altos, estando previsto desenvolver-se em dois percursos verticais distintos com ligação de nível entre eles.

Desta forma, falta ser executado o elevador vertical do 'Sporting', bem como os elevadores inclinados de 'S. António', com o objectivo de ligar a Estrada Nacional 18 à zona das residências universitárias de Santo António; o elevador de 'S. Silvestre', com uma ligação entre a Avenida 25 de Abril e a Rua Marquês d'Ávila e Bolama; o elevador 'Cidade do Fundão', responsável pela ligação entre a entrada Este da Escola Frei Heitor Pinto e a Rua Cidade do Fundão, e o já referido elevador do Jardim Público, que irá ligar a Estrada da Fábrica Velha à Rua Conde da Covilhã, e esta ao jardim público da cidade. Em suma, dos dez projectos de elevadores mecânicos, foram executados quatro.



Fig. 39 Elevador de S. André; Funicular de S. João de Malta; Elevador da Goldra e Elevador do Jardim Público (em construção), 2014.

Relativamente às propostas das pontes pedonais, apenas uma foi executada, a Ponte Pedonal da ribeira da Carpinteira, projectada e construída entre 2003 e 2009, estabelecendo a ligação entre a zona mais a sul da cidade confinante com o vale da ribeira e a zona norte, ligando a cidade ao bairro dos Penedos Altos. Na zona desta ribeira falta ainda ser executada a ponte pedonal das Poldras, sendo que na ribeira da Goldra, estão previstas duas pontes pedonais e nenhuma foi executada até ao momento, a ‘ponte do Biribau’ e a ‘ponte da Palmatória’.¹⁶ Segundo Milheiro, A. & Gonçalves, C., “As pontes no século XXI exibem o seu percurso sobre um passado industrial sem retorna, acompanhando a vontade do seu (re)significado.”. (Milheiro & Gonçalves, 2003, p. 45)



Fig. 40 Ponte Pedonal da ribeira da Carpinteira, Carrilho da Graça, 2009.

4.5. Plano Pormenor da Zona Intra-Muralhas do Centro Histórico da Covilhã

Como vimos atrás, seguidamente à instalação de vários polos da UBI nas décadas de 1980 e 1990, com a recuperação de vários edifícios industriais, o Programa Polis desenvolvido entre 2001 e 2009 relacionou-se com a revitalização de espaços públicos abertos e zonas verdes. As obras do arquitecto paisagista Luís Cabral assumiram a par dos planos para os dois vales que delimitam a cidade, a recuperação de vários espaços verdes, ligados por uma rede de “estratégia de mobilidade” e “acessibilidade pedonal”. Neles, as novas pontes pedonais terão o objectivo de aproximar os habitantes entre o centro e a periferia, sendo que os elevadores mecânicos complementares colmatam os diferentes níveis da cidade em diferentes zonas. (Fernandes, 2009b, p. 62)

¹⁶ Como refere Milheiro, A. & Gonçalves, “Sobre cada ribeira, duas pontes possibilitam o atravessamento nivelado, cuja ligação aos meios mecânicos permite, de um modo rápido e eficaz, alcançar o centro histórico.”, sendo que “(...) uma das pontes sobre a ribeira da Carpinteira tem um dos seus pontos de apoio no terraço de uma antiga fábrica.”.

Milheiro, A. & Gonçalves, C. (2003). As pontes da Covilhã,. In *JA – Jornal dos Arquitectos*. (2003, Janeiro/Fevereiro). N.º 209. (Pp. 43-44).

Nesta sequência, e embalada pela dinâmica urbana que o Polis trouxe à cidade, surgiu a empresa municipal SRU Nova Covilhã, Sociedade de Reabilitação Urbana, com o desenvolvimento do Plano Pormenor da Zona Intra-Muralhas do Centro Histórico da Covilhã (2002, uma nova aposta na requalificação da cidade com o objectivo de resolver o problema da decadência do centro urbano intramuros, da época medieval, tendo em conta o estado degradado de inúmeras habitações antigas. Assim, o tema desta SRU é a recuperação e requalificação do edificado construído e fragilizado, contrariamente aos espaços públicos livres do Polis. (Fernandes, 2009b, p. 63)

Constituída pelo anterior corpo técnico do GTL – Gabinete Técnico Local e “partindo de uma base de abordagem global urbano-arquitectónica, a SRU baseou-se na definição (...) de um conjunto de ‘áreas prioritárias’ de intervenção.” (Fernandes, 2009b, p. 65), focando a sua atenção especialmente em espaços de habitação em avançado estado de degradação. Actualmente este gabinete já não se encontra em funcionamento.

“A Nova Covilhã visa manter a heterogeneidade das ruas, edifícios, costumes e hábitos, não permitindo a degradação das construções, o que condiciona a desertificação destes locais. Para o efeito analisa a zona no seu todo, as características e patologias de cada edifício, criando uma classificação que separa edifícios em ruína e os que necessitam de acções de recuperação.”
(CMC, s.d.a)

4.6. Os planos de urbanização das ribeiras da Goldra e da ribeira da Carpinteira

Segundo Milheiro, A. e Gonçalves, C., "Os vales das ribeiras da Goldra e da Carpinteira são os pretextos do Polis na sua abordagem à Covilhã. Duas faixas que acompanham a presença industrial, dois lugares acidentados que a cidade ignora porque neles via obstáculos à construção." (Milheiro, A. & Gonçalves, C., 2003, p. 41)

Como vimos, o programa Polis da Covilhã foi marcado por cinco acções principais de requalificação urbana, grupos de acções que corresponderiam aos objectivos da intervenção do programa na cidade. Um dos primeiros aspectos seria, no geral, valorizar e reabilitar todo o conjunto dos espaços urbanos dos vales das ribeiras da Carpinteira e da Goldra, dando-lhes uma nova vida e funções; integrar estes vales na malha urbana da própria cidade, reposicionando-a na direcção dos mesmos; revitalizar o património industrial presente nestes vales, representativo do carácter industrial do desenvolvimento da cidade; melhorar

as condições de mobilidade pedonal, afastando o uso do transporte individual; e, por fim, integrar as novas construções na paisagem, tendo em conta que esta é uma cidade em encosta, procurando criar um tecido urbano consistente e sem fragilidades. (ARPAS et al., 2003, p. 34)

Os objectivos são aplicados então em planos de urbanização específicos para os dois vales e encostas das ribeiras, surgindo assim o Plano de Urbanização da ribeira da Goldra e o Plano de Urbanização da ribeira da Carpinteira. Estes planos apesar de específicos, terão sempre uma relação estreita e passíveis de alterações, com os instrumentos de planeamento de nível superior e já elaborados, ou seja, estabelecem ligação com o PDM e com o PUGC. Na elaboração destes planos, foi também relevante a colaboração com o IPPAR e com a UBI, para o inventário realizado sobre o património industrial que estas entidades realizaram.

A caracterização das propostas presentes nestes planos de urbanização centram-se, essencialmente, na preocupação do aumento de sustentabilidade urbana na extensão dos dois espaços que abrangem, apostando claramente na intenção de reconversão e reabilitação do património industrial, com a sua adaptação a novas funções e usos culturais, de serviços ou residenciais, que atraiam a população a estas zonas, permitindo dar à cidade novos espaços de estratégias de promoção económica, social, ambiental, cultural e de lazer, com uma dinâmica urbana que permite um aumento do seu desenvolvimento no quadro da competitividade que hoje se verifica nas cidades portuguesas. Procura também reorganizar-se o espaço dedicado à localização própria das fábricas, que não se devem misturar com um tecido urbano de funções sensíveis à sua actividade produtiva. Com o objectivo de rematar e consolidar a estrutura urbana e resolver as fragilidades urbanas que caracterizam os vales, pretende-se também direccionar novas frentes construídas para os vales, valorizando a sua paisagem, vista e espaço que está claramente dentro dos limites da própria cidade. (ARPAS et al., 2003, p. 34)

Como é abordado mais à frente, a mobilidade pedonal e a aproximação de zonas periféricas ao centro é outra das prioridades e propostas elaboradas que integram estes planos onde, aliando novos sistemas mecânicos e pontes para vencer distâncias e declives, se aposta também na criação de parques de estacionamento automóvel para serventia ao centro da cidade. Os vales têm também nestas propostas um potencial para criação de espaços públicos e zonas verdes, de recreio e lazer, para usufruto da população, atraindo-a a estes locais. Também o aproveitamento do próprio declive é feito através da integração na paisagem dos socacos, conferindo-lhe efeito cénico e de composição visual da paisagem,

de algumas ruínas do património industrial e de elementos do mesmo, como é o caso das râmolas e dos estendedouros. (ARPAS et al., 2003, p. 34)

As propostas interligam de forma consistente a paisagem e elementos a construir ou a revitalizar e reabilitar, como é referido no artigo da JA, Pereira, P. e Botelho, P., "A recuperação das margens das ribeiras e a criação de parques e jardins públicos que acompanham os vales têm de ser complementadas por áreas construídas com a qualidade que possibilite a sua vivência numa correcta integração paisagística." (ARPAS et al., 2003, p. 34), sendo que, complementando todos estes sistemas de arranjo de uma paisagem até então decadente, foram também promovidos trabalhos de despoluição das próprias ribeiras, aumentando a sua qualidade ambiental. Um outro objecto visava a realocação de algumas indústrias ainda presentes naquela área urbana, para zonas mais periféricas, de modo a afastar veículos pesados no interior do concelho e afastar circulações destes nas vias mais estreitas. No fundo, pretendeu-se a valorização ambiental, arquitectónica, paisagística e urbana de uma cidade de montanha aliada a um passado industrial. (ARPAS et al., 2003, p. 34) (ver Anexo X – Planta do Programa de Execução, PU da ribeira da Carpinteira)

Como já vimos, os dois vales aqui referidos representam uma quebra na continuidade e ligação da edificação urbana da cidade e dos seus espaços intersticiais, reflectindo ainda hoje ausência de transformação em algumas zonas, designadas também por Milheiro e Gonçalves como "(...) um fosso natural, um empecilho no acesso franco ao centro da cidade (...)" (Milheiro & Gonçalves, 2003, p. 42), argumento que justificava claramente a intervenção nestas zonas, aliado ao objectivo do Polis. Hoje, é possível observar um bom exemplo de transformação, com alterações bastante marcantes, no que diz respeito à zona do vale da ribeira da Goldra, dotada de zonas verdes, percursos pedonais que ligam esta extensão a várias zonas da cidade, requalificação de zonas de ligação entre os dois jardins e espaços públicos que limitam o curso da ribeira. Como referem Milheiro e Gonçalves, "Na zona da Ribeira da Goldra, onde se localizam vários edifícios universitários, propõe-se um desenho para a rotunda da Ponte do Rato. Esta área, onde a preocupação constante é também a da mobilidade pedonal, onde se localizarão um café, restaurantes e um jardim de água, promete ser um *rossio* para os estudantes, que actualmente não dispõem de um lugar de reunião." (Milheiro & Gonçalves, 2003, p. 45).

Milheiro e Gonçalves, no ano de 2003, focando particularmente o processo de elaboração, por parte dos arquitectos Nuno Teotónio Pereira, Pedro Botelho e da equipa de Luís Cabral, de uma metodologia que visava uma nova rede de circulações e estruturas de ligações, através da *colagem* de sistemas que atravessassem estes vales, referem que:

"É neste sentido que se cumpre a importância que as pontes da Covilhã poderão (ou deverão) alcançar. Porque, mais do que outras estruturas que permitirão *aplanar* a cidade (as escadas mecânicas ou os elevadores), as pontes serão a expressão daquilo que deverá ser lembrado, ou seja, o ideal que a nova Covilhã quer ver concretizado." (Milheiro, A. & Gonçalves, C., 2003, p. 43)

"A radicalidade da proposta converge, portanto, na própria nostálgica (nos resíduos de modernidade) que encerra, porque se opõe às linhas de força eleitas pela dinâmica expansiva da cidade; quer libertar, novamente, as várzeas; construir com uma lógica instalada, a de escolher o terreno o mais plano possível, ou torná-lo artificialmente 'liso'. Propõe edificar contra as curvas de nível, o que é recriar um universo 'impossível', *antiorgânico*. Mas é, igualmente, buscar a melhor exposição solar e as vistas mais apetecidas." (Milheiro, A. & Gonçalves, C., 2003, p. 43).

Os autores do plano propõem assim uma construção perpendicular às curvas de nível, uma tipologia de encosta que permite o aproveitamento da vista e da paisagem.

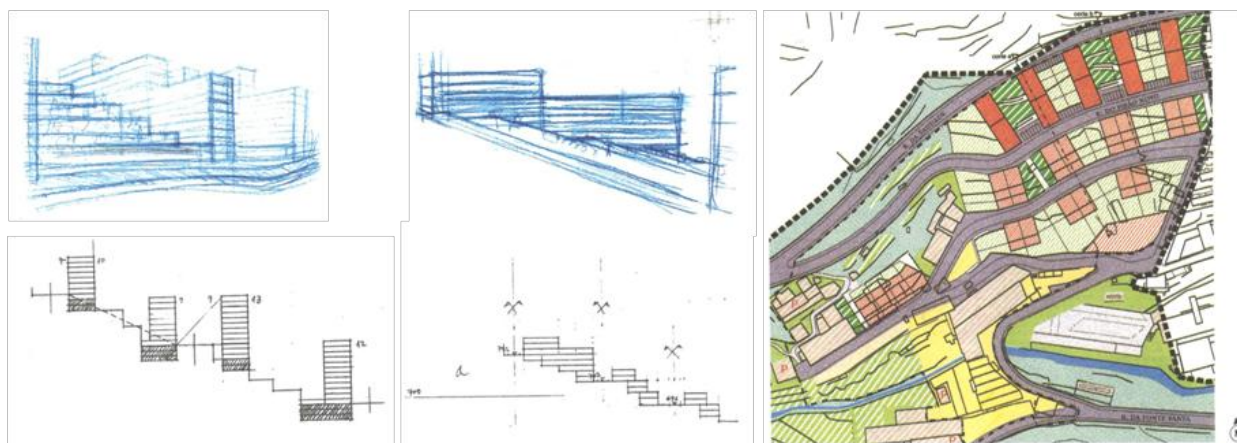


Fig. 41 Esquemas da implantação dos edifícios no terreno, Nuno Teotónio Pereira, s.d.. e extracto da Planta do Programa de Execução do Plano de Urbanização da ribeira da Carpinteira, ARPAS et. al., 2002.

5. Caso de Estudo – A ribeira da Carpinteira

5.1. Contrastes na paisagem da cidade

A cidade da Covilhã encontra-se hoje visualmente pontuada por edifícios que outrora eram o reflexo de um território vivo, atractivo, tanto a nível económico como social, um edificado de características industriais, especialmente predominante em zonas específicas da cidade, como explicado nos capítulos anteriores. O edificado de que falamos, presente nos vales das ribeiras foi, assim, gerador de uma paisagem industrial de montanha, de uma morfologia urbana e arquitectónica que se salientava do centro urbano e histórico de cidade, mas também da actual zona nova da mesma. Percorrendo o território da cidade, observam-se preocupações face ao desenvolvimento do centro urbano, apesar de este ter presente situações que em nada reflectem o carácter de uma cidade de montanha, com um passado industrial de valor histórico e arquitectónico. Salientam-se porém as excepções do edificado da UBI, as reconfigurações de espaços de vazios urbanos fomentadas pelo POLIS e as alterações e facilidades nos percursos pela cidade, exemplos de intervenções que adquiriram um carácter de aproximação e ligação entre zonas, com vista sobretudo à melhoria das acessibilidades e da qualidade de vida da população. Perante uma paisagem de reconversão de edifícios industriais, do centro urbano fortemente consolidado, de espaços verdes recentemente construídos ou melhorados, adiciona-se a "zona nova da cidade", de carácter fortemente habitacional. Nesta situação dicotómica entre espaços aglutinadores recentes, centro urbano e histórico estagnado, e uma zona nova de urbanismo contrastante, observa-se a zona do vale da ribeira da Carpinteira, carente de uma reconversão urgente necessária à sua integração no conjunto do aglomerado urbano. (ver Anexo III – Fotografias da situação existente)



Fig. 42 Vale da ribeira da Carpinteira, vista da várzea, 2014.

5.2. O Plano de Urbanização do vale da ribeira da Carpinteira

A proposta de plano para o vale da ribeira da Carpinteira, no âmbito do programa Polis, foi desenvolvida conjuntamente por três equipas: Nuno Teotónio Pereira e Luís Borges Gama do atelier Nuno Teotónio Pereira e Pedro Viana Botelho, Arquitectos, Luís Cabral, Cristina Botelho e Lucilde Dubroca, do atelier ARPAS – Arquitectos Paisagistas Associados, Lda., e Carlos Correia Dias do atelier LODO – Arquitectura Paisagista, Lda..

Apresentada em Julho de 2002, a proposta de plano enuncia primeiramente uma introdução sobre o âmbito do estudo e área de intervenção, sendo seguidamente exposta uma análise detalhada do local. No terceiro ponto do plano são descritas as várias intervenções a realizar e, por fim, é apresentado o plano de execução e financiamento.

A proposta deste plano, com a configuração de Plano de Urbanização, serviria exactamente como elemento orientador do desenvolvimento de projectos e estudos para o vale da Carpinteira, e também como regulador de propostas de intervenção de iniciativa pública ou privada, com a principal finalidade da “requalificação da paisagem urbana deste vale da cidade, aproveitando o seu grande potencial para o lazer e o recreio” (CMC, 2002, p. 6), focando as suas acções em diferentes campos: “reabilitar, valorizar e revitalizar o vale da ribeira da Carpinteira”; “virar a cidade para as ribeiras e vales, fazendo-os participar da cidade” e “preservar e valorizar o património industrial, elemento-chave da identidade da Covilhã” (ARPAS et al., 2002, p. 7).

Na fase de análise do plano é feita uma caracterização pormenorizada e objectiva da hipsografia, da fisiografia e declives da zona em estudo. No que se refere a declives, a proposta divide o vale em oito classes de declives, identificados e caracterizados da seguinte forma: na classe de 0-2%, designada como classe de relevo plano, existe a condicionante de má drenagem; nas classes situadas no intervalo de 2 a 16% de inclinação, de relevo quase plano a acentuado, identificam-se boas condições e aptidão, de forma geral, para “todos os tipos de uso”; na classe 16-25%, de relevo acentuado, verifica-se que, a ser ocupada, provoca um “grande encarecimento das construções”; por fim, a edificabilidade deve ser evitada nas zonas de relevo mais acentuado, entre 25% e 40% de declive. Também é constatado que as zonas de declive mais elevado estão presentes a montante e as de declive mais moderado e planas a jusante, entre os 450 e 500 metros de altitude. (ARPAS et al., 2002, p. 9) (ver Anexo VI – Carta de Declives, PU da ribeira da Carpinteira)

Em termos de conforto humano, a encosta Norte é definida como a que possui uma melhor exposição solar, a Sul, com melhores condições de edificabilidade e apta a receber zonas de recreio. O plano valoriza também as encostas a Nascente uma vez que “têm a vantagem de aquecerem logo de manhã, melhorando as condições de humidade matinais, e não aquecerem excessivamente no Verão, pois estão mais à sombra à tarde nas horas de maior aquecimento” (ARPAS et al., 2002, p. 10). A encosta Norte, também em termos de incidência da luz solar e aquecimento, tem uma posição mais favorável, num período de tempo maior do dia, no Verão ou Inverno, apta portanto para uso habitacional. (ARPAS et al., 2002, pp. 10-11) (ver Anexo VII – Carta de Orientações, PU da ribeira da Carpinteira)



Fig. 43 Limite edificado na margem direita da ribeira, orientada a norte, sobre terreno em socacos, 2014.

No que diz respeito aos “Recursos Históricos e Culturais da Paisagem”, especificamente o património industrial, é através da carta “Planta do Património Industrial” que é possível visualizar “as construções assinaladas como susceptíveis de classificação” (ARPAS et al., 2002, p. 13). A carta foi elaborada de acordo com o inventário do património industrial, elaborado no âmbito do protocolo de 1999, de colaboração entre o IPPAR e a UBI, cujos objectivos de inventariação se baseavam na caracterização de cada unidade industrial, quer do ponto de vista arquitectónico, funcional, tipológico e histórico. Esta averiguação, baseada em critérios de antiguidade, raridade, conservação, importância dos edifícios e conjuntos, permite uma adequada valorização, reabilitação e revitalização dos mesmos. (ver Anexo IX – Planta do Património Histórico-Cultural, PU da ribeira da Carpinteira) Relativamente ao abandono da zona do vale da ribeira e à degradação do património industrial podemos ler:

“Nos últimos anos tem-se construído com bastante intensidade no limite do centro da cidade em áreas sobranceiras ao desenvolvimento dos vales. Estas construções, e edifícios de altura considerável em bandas contínuas de grande extensão e com as traseiras voltadas para os vales das duas linhas de água, formam barreiras visuais que impedem a fruição da paisagem, resultando ainda altas empenas que destroem o equilíbrio volumétrico do tecido edificado.” (ARPAS et al., 2002, p. 15)

O plano refere também na sua análise ao uso do solo, as encostas em socacos com muros de suporte em pedra, extensos, com plataformas de declive suave, onde se encontravam até à altura, olivais, pequenas hortas e vinhas, valorizando também aqui a qualidade paisagística e agrícola do território em montanha. Segundo a análise dos instrumentos de planeamento em vigor para o local, nomeadamente o PDM da Covilhã e a sua Carta de Ordenamento verifica-se que a zona ribeira da Carpinteira está abrangida pelas classificações de “Espaços Urbanos”, “Espaços Urbanizáveis”, “Áreas de Protecção e Valorização Ambiental”, “Áreas de Grande Aptidão Agrícola” e “Espaços Agrícolas Complementares de Protecção e Enquadramento”. Tendo em conta a ribeira como um elemento natural, verifica-se no plano que esta se encontra maioritariamente a céu aberto, de traçado irregular e com um leito estreito entre as construções essencialmente fabris que acompanham o seu percurso, referindo que as suas margens “têm pouca expressão, chegando mesmo a ser constituídas por muros de suporte de construções” (ARPAS et al., 2002, p. 21).

Posteriormente a esta análise, nos objectivos gerais da proposta de plano, relevam-se intervenções que beneficiem a cidade, através da reabilitação do edificado fabril, contribuindo para a consolidação e revitalização do espaço urbano do vale, conferindo-lhe novos usos, tal como o residencial, cultural ou de serviços, restabelecendo as ligações entre a estrutura urbana envolvente e o próprio vale, com novas frentes de edificação, e principalmente a recuperação da qualidade desta paisagem, dos seus socacos, do seu relevo e do seu património. Em relação a este, a proposta do plano realça a manutenção da parceria entre o IPPAR e a UBI. Para remate do tecido urbano da cidade envolvente com a área do plano foram definidas zonas de consolidação que obedecem a cinco pontos essenciais: “contiguidade com o tecido edificado”, “boas condições de acesso mediante fácil entrosamento com a rede viária envolvente”, “exposição solar favorável”, “declives não demasiado acentuados, viabilizando a construção” e a “criação de zonas de remate e enquadramento de áreas urbanas existentes”, ou seja, *coser* a cidade com o vale, a nível arquitectónico, urbano e paisagista. (ARPAS et al., 2002, p. 29)

Na concepção dos novos núcleos residenciais propostos no plano existe a preocupação da sua adaptação ao terreno, preservando as situações de socacos e muros de pedra, pretendendo-se evitar as massas extensas de construção ao longo das vias e no sentido das curvas de nível, por forma a preservar as vistas panorâmicas, minimizando as operações de terraplanagem que promovem reduzidas condições de habitabilidade nos pisos encostados às barreiras. Outro dos objectivos da proposta de plano é tornar o tecido urbano apto à mobilidade pedonal. Desta forma, a proposta projecta os arruamentos ao longo das curvas de nível, com declives aceitáveis. Em relação ao edificado, este é construído perpendicularmente às curvas de nível, “encaixados como cunhas no terreno, preservando os socacos envolventes” e “com a finalidade de proporcionar canais visuais, sobretudo no sentido descendente” (ARPAS et al., 2002, pp. 29-30), recorrendo a escadarias para permitir a circulação e colmatar os declives das encostas e entre o edificado. (ver Anexo X – Planta do Programa de Execução, PU da ribeira da Carpinteira)

O plano propõe a construção de edifícios residenciais multifamiliares em zonas de alta densidade, insistindo na garantia de “canais visuais entre edifícios, a partir das ruas” (CMC, 2002, p. 30), sendo que a zona de média densidade seria destinada a zonas de tipologia de moradias geminadas, mantendo os intervalos para os canais visuais, e a zona de baixa densidade seria destinada à divisão por lotes para moradias unifamiliares. Nesta proposta, a preservação dos socacos é garantida pelo aproveitamento de logradouros e acessos de serventias públicas e privadas. A organização dos lotes e do traçado da implantação das habitações é influenciado pelo terreno existente e pelos patamares e socacos de largura suficiente. Os socacos têm assim uma grande força na organização da proposta e desenho da mesma, quer na implementação de edifícios multifamiliares quer na divisão dos lotes ou na definição dos arruamentos, facilitando também a adaptação de cada projecto ao terreno “proporcionando grande diversidade de soluções” (ARPAS et al., 2002, p. 31), numa crescente preocupação com a adaptação ao território de montanha.

A proposta de plano contempla então quatro zonas habitacionais que estabeleceriam a ligação com as zonas urbanas envolventes: junto à zona dos Penedos Altos, a zona acima da Ponte dos Costas, uma zona junto ao bairro do Rodrigo e a recuperação do conjunto industrial da Fábrica Santos Pinto, de iniciativa privada, reforçando a coesão do tecido urbano. A zona junto dos Penedos Altos, designada na proposta como “Barroca do Lobo”, é escolhida, pela área de encosta com óptima exposição solar e patamares generosos, para a implantação de construções, sendo fácil estabelecer a ligação com o bairro dos Penedos Altos e com a estrada do Sineiro, quebrando assim o actual isolamento desses bairros. Na

zona acima da Ponte dos Costas, projecta-se a frente edificada designada “Moinhos Velhos”, com construções de três pisos, substituindo a imagem degradada da antiga fábrica António Maria das Neves e de ruínas de várias edificações adjacentes. A área designada de “Novo Rodrigo”, junto ao bairro do mesmo nome, de declive pouco acentuado e boa exposição, preenche terrenos de ligação com “uma zona em perfeita contiguidade com um dos bairros mais dinâmicos, consistentes e bem equipados da cidade, cuja vizinhança não deve ser desperdiçada (...). (...) com invulgares aptidões de urbanidade.” (ARPAS et al., 2002, p. 32).

Nesta proposta de plano, uma das abordagens à intenção de recuperação e reabilitação do património industrial surge com a proposta de aproveitamento do edifício da Fábrica Santos Pinto, a reconverter para condomínio residencial. Propõem-se também alguns acertos no, já existente, bairro dos Penedos Altos, e na “banda de prédios altos, na Rua da Industria, propõe-se um remate edificado da empena cega existente”. (ARPAS et al., 2002, p. 33)

A par destas zonas edificadas, projectam-se também elementos de ligação e aglutinação do espaço, tal como jardins, parques, praças, largos, conjuntos arbóreos, matas, zonas de circulação pedonal, estacionamento, ruas e vias de circulação viária e elementos cénicos de grande impacto na paisagem. Também já identificados como parte do problema da mobilidade e ligação entre zonas da cidade, no plano em análise os vales são designados como obstáculos naturais difíceis de colmatar. À data da sua elaboração propunham-se já facilidades à mobilidade pedonal entre os bairros e entre estes e a cidade, compostas por pontes, escadas mecânicas e um teleférico. Relativamente às pontes, previam-se três: a “Ponte de Cima da Carpinteira”, com a particularidade de aproveitar a cobertura em terraço da fábrica Nova Penteação, estabelecendo a ligação ao bairro dos Penedos Altos, aliada à reabilitação da mesma fábrica; a “Ponte do meio da Carpinteira”, com diversas possibilidades de plataformas de ligação a diferentes níveis; e por último, a “Ponte de baixo da Carpinteira”, ligando novamente o bairro dos Penedos Altos ao bairro do Rodrigo, com a alternativa de elevador inclinado. Existem assim na proposta de plano uma série de percursos que “serpenteiam” a encosta, com declives suaves ou quase de nível. (ARPAS et al., 2002, p. 35)

Em termos de espaços ajardinados e parques verdes são propostos: o jardim do Museu da Cidade, em redor da fábrica Campos Melo; o jardim da Ponte dos Costas, a jusante da mesma, equipando os bairros da envolvente próxima; o Passeio das Râmolas do Sol, criando um percurso de reconhecimento deste elemento da cultura industrial; o jardim da Carpinteira, na zona central do vale, próximo do idealizado Centro Museológico e junto da

fábrica dos Cruzes, enaltecendo a presença da ribeira através da criação de diversos planos de água; o Jardim Público, que sofreria uma remodelação, e, por fim, o Jardim do Rodrigo, dotado de equipamento desportivo. (ARPAS et al., 2002, pp. 36-37)

Nas questões que dizem respeito à rede viária, a proposta elege o “melhoramento da calçada das Poldras e a ligação ao eixo TCT”, passando pelo seu alargamento e pavimentação, sendo que daí não deverá resultar a demolição de qualquer edifício, e a criação da via de ligação à zona residencial da “Barroca do Lobo” e ao Sineiro, desde o bairro dos Penedos Altos, “criando uma série de alternativas de circulação ao centro da cidade”, ou seja, ligando o extremo poente do bairro dos Penedos Altos ao Sineiro. (ARPAS et al., 2002, p. 38)

A proposta salienta também a valorização cénica na paisagem, da ruína da Fábrica dos Cruzes, elemento constituinte do património industrial do lugar, e a iluminação cénica da Ponte do Comboio, que atravessa o vale a jusante. No ponto referente à recuperação dos testemunhos industriais para instalação de equipamentos de uso sócio-cultural, é apenas referida a fábrica Campos Melo a reconverter para Centro Museológico, Centro de Interpretação Ambiental e Centro de Monitorização; a proposta de plano referencia também a fábrica Nova Penteação, a reconverter para a criação de um complexo empresarial e associativo, em parte através de investimento privado e o aproveitamento de alguns edifícios fabris para realojamento habitacional. (ARPAS et al., 2002, pp. 38)



Fig. 44 Ruínas da Fábrica dos Cruzes e Anexos da Fábrica Manuel Conde, 2014.

5.2.1. Análise crítica

Afigura-se assim que não é proposto neste plano um grande número de reconversões do património industrial presente e não são previstos suficientes equipamentos que, para além do uso residencial, possam atrair população a este espaço urbano, uma vez que, como já defendemos, a revitalização de um território desta natureza passa por um sistema de complementaridades entre serviços e equipamentos, em que o sucesso da operação depende de um estudo detalhado sobre os programas funcionais de que a cidade carece e que lhe tragam notoriedade e competitividade.

A proposta prevê também a reabilitação de conjuntos habitacionais existentes no vale, nomeadamente na proximidade da fábrica Campos Melo, e de edifícios inacabados a jusante da fábrica Manuel Conde que prejudicam a percepção da mesma aumentando a imagem algo degradada do vale. Potenciando a relevância do elemento natural que dá forma a este pedaço de território, o curso de água da ribeira, é proposta a sua limpeza, promovendo percursos de circulação, com alamedas e matas ribeirinhas ao longo do seu curso. O plano, para além dos valores naturais e patrimoniais e de organização do território e da paisagem do vale, sugere a classificação de elementos construídos, como as râmolas, os estendedouros, e tanques e levadas de maior impacto e visibilidade, valorizando-os na inserção da composição urbana. (ARPAS et al., 2002, pp. 39-40)

Para além de todas as propostas atrás descritas previam-se ainda intervenções como a construção do Museu da Cidade, a construção de um núcleo de empresas, um teleférico e a construção de raiz de sete urbanizações, em zonas sem qualquer ocupação até à data da elaboração do plano. (ver Anexo X – Planta do Programa de Execução, PU da ribeira da Carpinteira) Em suma, o plano é válido para a actualidade, uma vez que descreve claramente a situação do tecido urbano subjacente, entretanto inalterado, descrevendo valores caracterizadores da paisagem e orientadores de futuras propostas, tendo em conta também a componente da sustentabilidade, reflectindo as premissas que devem constar permanentemente num projecto de urbanismo ou arquitectura. De facto, os arquitectos são um dos grupos responsáveis pela optimização das condições de vida e habitabilidade de uma determinada população, aplicada a estas operações e intervenções.

O plano não descuida a aliança entre as qualidades estéticas da proposta e a sua implantação no terreno, procurando uma relação de dependência saudável e de complementaridade entre urbanizações. Sendo esta uma área bastante generosa, com cerca de 128,2 hectares, as possibilidades são inúmeras e as hipóteses da sua revitalização

não se fecham neste plano. Mas a verdade é que, não tendo sido validado pelos organismos governamentais competentes, não possui actualmente qualquer força legal, sendo aqui apresentado apenas como plano orientador, cuja reponderação merece oportunidade face à crescente preocupação com as questões da sustentabilidade e da eficiência energética do edificado, bem como face à atual crise económica que o país atravessa fruto, em grande parte da atividade do sector imobiliário e, neste, da responsabilidade da banca.

5.3. Repensar a cidade - Abordagem à situação actual

As prioridades de desenvolvimento da cidade têm tido objectivos assentes na sua expansão territorial, fortemente apoiado no eixo viário TCT que sustenta a designada “Grande Covilhã”, com um claro afastamento face às memórias sobre o passado industrial da mesma. De acordo com a actual autarquia:

"No urbanismo, houve decisões políticas erradas que orientaram projectos estruturantes, de que são exemplo o substancial aumento de densidade habitacional da chamada *zona nova da cidade*, uma mancha urbanística que vai condicionar a Covilhã por muitas décadas, e também a falta de intervenção de vária índole que permitissem o usufruto intenso da cidade pelas pessoas. Nesta linha a relação entre urbanismo e conservação do património foi esquecida, observando-se a ausência da requalificação e dinamização da zona histórica da Covilhã (...), bem como uma sistemática destruição do património industrial." (Pereira, 2013)

A par da expansão urbana que temos vindo a observar, as soluções para a reconversão e reutilização do património industrial obsoleto e desactivado são escassas, para além daquelas levadas a cabo pela UBI e por Bartolomeu Costa Cabral, maioritariamente presentes junto à ribeira da Goldra, e, mais recentemente, as intervenções no designado pólo do Sineiro, na zona mais a montante da ribeira da Carpinteira. A implementação de uma imagem de montanha, dinamizadora de soluções arquitectónicas e urbanísticas que salientassem as potencialidades deste tipo de território também não tem vindo a acontecer, implementando-se cada vez mais um tipo de edificado de cérceas exageradas, sempre marginante dos arruamentos existentes e que em nada se relaciona com as características particulares do local, nomeadamente a sua orientação e topografia e inclusive sem respeito pelo edificado pré-existente.



Fig. 45 Implantação de um edifício habitacional sobre uma ampliação da Fábrica António Estrela, salientando-se também como uma barreira visual, 2013.

Nas preocupações mais recentes da autarquia local, recém-eleita, inclui-se o desenvolvimento do concelho assente na sustentabilidade e qualidade de vida e na requalificação do centro histórico da cidade como uma das prioridades, bem como a preservação do património cultural e natural. É referida também a intenção da "procura de soluções para a reutilização dos edifícios industriais desactivados, bem como a requalificação de praças e ruas, a par de outras iniciativas" que "permitem intensificar a vivência social e a utilização dos equipamentos colectivos, numa lógica de usufruto da cidade" (Pereira 2013, 2013). Através de uma maior e contínua articulação com a UBI e com empresas de base tecnológica, valorizando o empreendedorismo e a inovação, como vista à valorização desta porta de acesso à Serra de Estrela e afirmação regional, uma das premissas relaciona-se com a "procura de soluções para a requalificação do património industrial desactivado, nomeadamente para pequenos negócios, espaços de co-work ou incubadora de indústrias criativas. O grande objectivo é a criação de emprego e cada vez mais qualificado." (Pereira 2013, 2013). A competitividade da Covilhã carece de um aumento e na falta de investimento público e privado, na dificuldade de crescimento e fixação da população, na promoção turística, na escolha da UBI pelos estudantes, fonte de vida e desenvolvimento da cidade e a necessidade de captação de eventos que confirmem visibilidade à cidade.

A UBI continua a possuir um papel bastante importante na possibilidade de renovação de espaços industriais para edifícios com funções de complementaridade à universidade, como refere Matos, "continuando a dar o exemplo através das realizações arquitectónicas para as suas instalações, incentivando uma postura de responsabilidade perante o património arquitectónico e urbanístico." (Matos, 2011, p. 1).

Também o curso de arquitectura desta universidade se torna um meio essencial de promover a discussão e o interesse sobre a questão da reconversão do património industrial devoluto, através do desenvolvimento de investigações nesta área, da criação de metodologias de abordagem a estes espaços, do desenvolvimento nas disciplinas de projecto de trabalhos sobre a reconfiguração de diferentes edifícios para novas funções e programas apelativos e atractivos para a população, no fundo com a criação de uma relação entre o curso e o estudo da cidade onde este se desenvolve, proporcionando uma margem de criatividade a espaços problemáticos da mesma. Novas visões sobre estes locais, especialmente recaindo sobre a ribeira da Carpinteira, onde o Programa Polis ficou longe de se cumprir, e aproximações à reconversão do edificado industrial, sobre uma perspectiva contemporânea, podem estimular o poder local, e através dele as próprias populações, por exemplo através de orçamentos participativos, mantendo as premissas sobre as memórias do passado e a criação e revitalização de uma nova imagem para a paisagem local deste vale.

5.4. Caracterização, Análise e Diagnóstico

A área que interessa a este estudo revela-se particularmente na sua inserção e presença em espaço urbano, identificado de montante para jusante de acordo com as diferentes aglomerações que o vale da ribeira da Carpinteira atravessa. Esse espaço, que em termos hipsométricos se desenvolve entre os 800 e os 400 metros, tem o seu início na zona do Sineiro, com uma envolvência, a Noroeste, de espaço pouco intervencionado e de características rurais, de matos e floresta. Em sentido descendente o vale passa a ser delimitado a sul pelo "Bairro Municipal" e a norte pelo Bairro dos Penedos Altos. No sector intermédio, os limites passam a ser a periferia da zona histórica da cidade da Covilhã, nomeadamente, o Bairro do Rodrigo e a Calçada do Rodrigo, sendo que a Norte encontramos a nova expansão do Bairro dos Penedos Altos e a Urbanização da ribeira de Flandres. A área mais a jusante do vale é limitada pelo eixo viário denominado TCT (Teixoso-Covilhã-Tortosendo). (ver ANEXO IV – Carta Hipsométrica, PU da ribeira da Carpinteira)

O vale da ribeira da Carpinteira faz fronteira a sul com o espaço urbano e densamente consolidado da cidade da Covilhã, enquanto a norte confina com espaços caracteristicamente rurais a montante (Sineiro) e a jusante (Quinta do Prado), enquanto na sua secção intermédia se estabelece um contínuo urbano através do Bairro dos Penedos

Altos. Estas duas fronteiras são facilmente identificáveis devido ao tipo de edificado presente na paisagem, de natureza residencial, na envolvente mais próxima, contrastando com a ocupação essencialmente fabril no vale e encostas imediatamente adjacentes. A própria topografia de declive acentuado em vale encaixado acentua esta marcação e individualização de espaços, com claro estrangulamento a montante e um espraiamento significativo a jusante, na zona mais plana. As encostas da ribeira são bem marcadas com exposições a norte e a sul, já que esta se desenvolve no sentido Poente-Nascente. De acordo com a Carta de Atenas de 1933, sobre o Urbanismo, elaborada pela assembleia do CIAM:

"Só se pode enfrentar um problema de urbanismo referenciando-se constantemente aos elementos constitutivos da região e, principalmente, a sua geografia, chamada a desempenhar um papel determinante nessa questão: linhas de divisão de águas, morros vizinhos desenhando um contorno natural confirmado pelas vias de circulação, naturalmente inscritas no solo. Nenhuma actuação pode ser considerada se não se liga ao destino harmonioso da região." (CIAM, 1933, p. 1)

Na aproximação mais concreta ao vale da ribeira da Carpinteira observamos que, actualmente, este espaço se encontra abandonado em termos de intervenções que potenciem o seu valor e a sua aproximação aos habitantes. Alguns dos poucos exemplos de intervenções levadas a cabo por particulares, nesta área, situam-se na zona do Sineiro, como referem Calado e Silva, "a intervenção já empreendida pela firma *Sineiro Residence* que, no conjunto industrial do Sineiro, tem promovido uma requalificação das antigas fábricas *Ignácio da Silva Fiadeiro/Fitecom* e *Joseph Bouhon/Álvaro Paulo Rato* para a sua reconversão em residências universitárias." (Pinheiro & Silva, s.d., p. 16). O vale é maioritariamente delimitado por edifícios industriais, de grandes dimensões, que se instalaram quase em contacto com o curso de água, sendo que, em algumas situações, o próprio edifício se apropria de um troço da ribeira como parte das suas instalações. O objecto arquitectónico assim desenvolvido vive quase em conjunto com o elemento natural, numa relação de dependência do primeiro sobre o segundo, que se manteve até determinado período. (ver Anexo III – Fotografias da situação existente)



Fig. 46 Edificações fabris sobre a linha de água, Fábrica António Estrela e Fábrica José da Cruz Fael Júnior / Santos Pinto, ribeira da Carpinteira, 2013.

A ocupação das encostas do vale por este tipo de edificado, de natureza arquitectónica industrial, situa-se de forma mais concentrada na zona do Sineiro e na zona intermédia, em linha com o aglomerado da cidade da Covilhã, com construções de grande volumetria, enquanto que o território restante destes limites é pontuado por edifícios de menor dimensão e com uma presença menos evidente, organizados de forma mais dispersa. Estes complexos fabris, que se foram formando devido à construção e adição de volumes para ampliações, estão hoje maioritariamente fechados e abandonados, sendo poucos os que mantêm algum tipo de actividade no interior, como pequenas oficinas ou espaços de armazenagem. De salientar que a estagnação deste espaço urbano, associado à decadência da indústria e à falta de meios para a reconversão do património arquitectónico, maioritariamente pertencente a privados, convive com manchas de vegetação de crescimento desorganizado e mesmo invasiva, por vezes em situação de ruína ou pré-ruína. A par deste evoluir do tempo sobre a ribeira sem que nada fosse feito, aliam-se actualmente alguns núcleos de habitação em condições precárias, e espaços "rurais" de pequenas zonas agrícolas e hortas privadas, até mesmo no interior de ruínas de antigas fábricas.

Em relação à rede viária que interliga o vale com as zonas que atravessa, podemos observar que existe o uso de um arruamento que estabelece a fronteira entre a Covilhã e o vale, ligando-a à zona da Estação e ao Bairro do Rodrigo, a designada Calçada das Poldras, que, a partir da rua Mateus Fernandes facilita o percurso desde a zona histórica da cidade à zona mais baixa, na várzea, sem a necessidade de percorrer o interior da cidade. Mais a montante o percurso é limitado pela Estrada do Sineiro, Estrada da Fábrica Velha, Rua Marquês D'Ávila e Bolama e, a jusante, a Rua Mateus Fernandes. Na encosta oposta, a norte, o vale é limitado pela Estrada Nacional 230, que estabelece a ligação com o Bairro dos Penedos Altos, ligado também à cidade através da Rua Marquês D'Ávila e Bolama (troço urbano da EN 230) e Estrada da Fábrica Velha. No interior do espaço do vale da

ribeira, os arruamentos e o acesso ao mesmo é caracterizado por grandes inclinações, percursos estreitos, sinuosos e pouco claros na ligação entre os vários conjuntos fabris. A tipologia do terreno das encostas envolventes do vale é marcada por socacos onde assenta o edificado fabril em vários níveis dos mesmos, bem como as suas râmolas e estendedouros localizados na encosta mais soalheira, a Norte. (ver Anexo II – Planta da situação existente e principais vias de acesso, ribeira da Carpinteira, 2014)

Na sequência do desenvolvimento do Plano de Mobilidade da Covilhã, já referido anteriormente no Capítulo 4.8., integrado no Programa Polis, a execução de uma das 4 pontes previstas como solução inovadora de mobilidade pedonal urbana, inaugurada no ano de 2009, estabelece-se hoje como o único elemento que indiciou um novo protagonismo conferido a esta zona da cidade. De facto, esta ponte forneceu uma nova visão sobre a ribeira da Carpinteira, resolvendo acima de tudo o atravessamento mais curto e directo entre a cidade da Covilhã e o Bairro dos Penedos Altos. Porém, apesar da sua linguagem arquitectónica se caracterizar pelo conceito de leveza e design premiado, actualmente exibindo um contraste acentuado entre o antigo e o novo, a diferença de escala entre a ponte e o edificado existente a cotas inferiores é evidente, nomeadamente na proximidade dos pilares. Assim as futuras intervenções terão de considerar a adequada gestão do espaço envolvente dos seus apoios, já que se constituem como elementos bastante fortes e impositivos na percepção da paisagem.



Fig. 47 Perspectivas da Ponte Pedonal da Carpinteira, 2014.

Uma outra questão prende-se com o facto de concordarmos plenamente na execução e na importância desta estrutura de ligação entre duas zonas do território, para a população e também para a afirmação e destaque da região, mas também com a posição de que a revitalização do espaço que lhe está subjacente deverá criar também situações de ligação diversas e atractivas. A tentativa de enaltecer a ponte e esquecer o estado em que se encontra o vale da ribeira da Carpinteira não se pode tornar uma situação de comodismo, a

ponte não resolveu a vivência deste espaço, resolveu sim circulações, imagem da paisagem e usufruto da vista sobre o território.

Como refere Cabral, o projecto de requalificação para a ribeira da Goldra consistia em consolidar e valorizar "a envolvente do casco urbano, ao mesmo tempo que potenciava a sua vitalidade, tudo resultado numa extraordinária mais-valia para a cidade" (Cabral, 2005, p. 11), assim devem ser também as bases orientadoras de um pensamento com vista à requalificação do limite urbano da cidade criado pela ribeira da Carpinteira.

5.5. A determinação de um Vazio Urbano

O espaço que estamos a abordar neste trabalho pode ser apreciado sob o prisma subjacente ao conceito de vazio urbano. Senão, vejamos: a intenção de denominar espaços que já não se adequam à cidade actual, a zona da ribeira da Carpinteira, no seu contexto pós-industrial, um reflexo da quebra da actividade industrial no território e da desactivação das indústrias e edifícios fabris, representa uma grande área ociosa para os dias de hoje, acabando por se constituir em "vazio urbano" que degrada facilmente a imagem das restantes áreas adjacentes. Este tipo de áreas, que perderam ao longo dos anos a sua própria identidade e funcionalidade num determinado território ou contexto histórico, não aplicável actualmente, ressaltam pelo seu potencial de transformação e consequentes expectativas do ramo imobiliário. Estas, representam também a oportunidade de repensar uma nova configuração do espaço urbano e da forma como é construído, incluindo na operação denominadores sociais, económicos, históricos, programáticos e da relação com a envolvente, permitindo reflectir sobre opções projectuais que se contraponham ao actual tipo de desenvolvimento da imagem da paisagem que, neste caso, falha na sua relação com a montanha. Trata-se de criar um modelo de desenvolvimento sustentável, que se relacione directamente com o tipo de território, na perspectiva da recuperação da continuidade urbana. (Araki, 2009/2010, p. 187)



Fig. 48 Fábrica Nova Penteação e Fiação de Lãs e Fábrica José da Cruz Fael Júnior / Santos Pinto, zona da várzea, 2014.

É necessário ter em conta que, “nem todos os vazios necessariamente representam um problema. Podem ser um respiro, uma praça, e, neste sentido, estão para a arquitectura assim como o silêncio está para a música, ou seja, fazem parte do conjunto e não precisam ser ocupados.” (Araki, 2009/2010, p. 189). Porém, a zona da ribeira da Carpinteira revela-se como um vazio pontuado por zonas edificadas abandonadas, fruto da ruptura da produção industrial, tornando-se um espaço obsoleto e subutilizado, no contexto do limite de uma malha urbana consolidada munida de infraestruturas. Concordamos com Araki no facto de que “áreas vagas constituem verdadeiros desperdícios, tanto do ponto de vista económico, quanto do ambiental e do social. Segundo Sánchez (2001), [...] o *abandono é ambientalmente perigoso, socialmente injusto e, economicamente, pode representar um desperdício de recursos.*” (Araki, 2009/2010, p. 189).

Estes lugares acabam por se tornar zonas que se degradam cada vez mais com o passar do tempo, desvalorizando progressivamente as suas características particulares e até os seus espaços adjacentes. Apesar de o vazio urbano que representa o vale da ribeira da Carpinteira demonstrar um aspecto inofensivo, toda a extensão desta área, de aspecto passivo, constitui-se numa série de problemas de carácter urbano e outros, de natureza grave, uma vez que estes vazios estagnados são impedimento ao crescimento contínuo e harmonioso, e à coesão da malha urbana da cidade, incentivando à expansão horizontal para a periferia, caracterizada por um planeamento urbano frágil e que em muito pouco se relaciona com o carácter da cidade e também pelo facto de a estagnação deste vazio urbano promover o despovoamento do centro histórico, uma vez que se situa bastante próximo, e o deslocamento da população para a zona mais plana da cidade. O vazio urbano abordado é portador de um valor histórico, patrimonial e natural que em muito valoriza a justificação para a sua transformação, um espaço que, hoje, a população rejeita mas que reconhece como um espaço simbólico da cidade. Os terrenos e edificações fabris do vale da ribeira são uma zona expressiva deste perfil estagnado de vazio urbano.

A perspectiva de Clément, abordada no capítulo 1.4, é um entendimento que com toda a propriedade se pode aplicar ao espaço da ribeira da Carpinteira onde, como atrás se definiu, coexiste a intervenção humana na edificação de diversos conjuntos edificados, de origem e características industriais, com o espaço natural da própria linha de água, a ribeira da Carpinteira, com toda a biodiversidade ainda existente nos seus troços do leito e margens ainda não artificializados. Como aponta Clément “a Terceira Paisagem, território electivo da diversidade, e portanto da diversidade, favorece a imaginação, opõe-se à aglomeração” (Clément, 2004, p. 22).

No caso do vale da ribeira da Carpinteira, segundo os conceitos dos diferentes tipos de vazios urbanos expostos na dissertação de Sílvia Santos, estamos a falar de um *Brownfield*, de escala de menor dimensão, ou seja, um espaço que outrora era o centro de produção e de desenvolvimento industrial, que actualmente se encontra abandonado e degradado, caracterizando este conceito de espaço estagnado como área de dimensões generosas e situada, por norma, numa zona privilegiada da cidade, neste caso junto a um curso de água e dotado de edifícios e armazéns industriais. (Santos, 2011, pp. 33-34). De facto persiste ainda aqui alguma degradação ambiental, provocada em grande parte pelas descargas na ribeira de poluentes rejeitados ao longo de décadas quer pelas unidades industriais quer mesmo de esgotos urbanos que o Programa Polis não chegou a erradicar.

Como temos vindo a constatar, e ainda de acordo com Santos, este tipo de espaços são de difícil recuperação devido a diversos aspectos. Desde logo porque pertencem, na sua maioria, a privados, que, sem condições financeiras para a sua reabilitação, também não se desfazem dos mesmos. Por outro lado “por serem grandes áreas (...) com uma história fortemente ligada à localidade em que se inserem, em que qualquer projecto para estes espaços vai sempre gerar polémica e conflitos, pois altera uma parte significativa da cidade.” (Santos, 2011, p. 34). Porém a opinião é unânime quando se refere que são espaços de valor e potencial reconhecido para adaptação a várias actividades, com a capacidade de, pela sua extensão, restabelecerem ligações na cidade e conceberem novos troços da malha urbana.

5.6. Fragilidades

Posteriormente a definirmos o espaço em causa como vazio urbano, justificando a mesma designação no seu contexto histórico e de que forma esta se adequa à caracterização do vale da ribeira da Carpinteira, procuraremos de seguida identificar algumas das ameaças e fragilidades da intervenção na área em estudo. Desde logo teremos de reconhecer a barreira visual causada pelos edifícios em altura implantados na encosta, nomeadamente na zona de desenvolvimento mais recente do Bairro dos Penedos altos. A criação de grandes zonas de ensombramento provocadas por este edificado, de 7 e 8 pisos, torna-se desagradável, principalmente nos períodos de manhã e fim de dia. Concordamos com Matos quando refere que "Por toda a cidade, proliferam edifícios de habitação construídos em altura, sem relação volumétrica entre si, empoleirados nas encostas. Exibem uma arquitectura, ora confrangedora pela sua pobreza, ora pretensiosamente exibicionista, hoje indissociável da imagem da cidade." (Matos, 2011, p. 1). Por outro lado o espaço por baixo da ponte pedonal perde dimensão e interesse face à enorme disparidade de escala provocada pelos seus pilares de sustentação. O declive do terreno das encostas do vale, maioritariamente acentuado, pode constituir um desafio aos projectos a desenvolver para o local a par de alguma dificuldade nas próprias soluções construtivas a desenvolver. Também o estado de degradação de algum do edificado industrial, bem como o seu valor patrimonial, pode não aconselhar a realização de obras de reconversão e aproveitamento do mesmo, situação que deverá ser ponderada e avaliada caso a caso.



Fig. 49 Edifícios habitacionais de cérceas exageradas, limite do vale da ribeira da Carpinteira, 2014.

A dificuldade de fixar mentes criativas e empreendedoras numa cidade de interior é, também, uma fragilidade que se reflecte numa intervenção desta natureza. Como referem Matos e Vaz:

“Actualmente, são reconhecidas as ligações e relação entre capital criativo, qualidade de vida e competitividade, e este reconhecimento teve como resultado considerar as *indústrias criativas* um factor económico sério que deve ser ponderado na questão da viabilidade das cidades. Uma cidade que aspire a ser *criativa* deverá propiciar a todos os cidadãos a possibilidade de desenvolver as suas capacidades criativas, sendo para isso necessário desenvolver ambientes de trabalho e lazer afáveis e promover a utilidade dos bens culturais. O sucesso das cidades vai depender no futuro da sua capacidade para atrair a *nova classe criativa*, (...).” (Matos & Vaz, 2012, p. 10)

De facto, a atractividade da cidade tem uma influência directa e importantíssima na fixação de novos grupos de população, até mesmo no caso dos estudantes, de outras zonas do país e não só, que no final dos seus estudos poderão colocar a hipótese de habitar futuramente nesta cidade, validando as boas condições de aqui desenvolverem de um futuro promissor. Esta será também uma fragilidade do sucesso da intervenção, pese embora os seus contornos ultrapassem a escala local com que trabalhamos.

5.7. Potencialidades / medidas - Estratégia para a regeneração urbana

Sem aprofundar demasiado aquelas que poderão ser as premissas orientadoras de um eventual Programa Preliminar para a regeneração urbana do vale da ribeira da Carpinteira, parece-nos oportuno salientar algumas ideias de base sobre uma adequada intervenção no local com base nas apreciações atrás defendidas. Neste pressuposto, o delinear da estratégia da intervenção passará necessariamente por identificar quais os pontos fortes, para deles tirar o máximo partido, aproveitando as oportunidades detectadas e minimizando as ameaças assinaladas. Por outro lado, deverão ser também identificadas opções de intervenção que minimizem os pontos fracos ali presentes e façam face às mesmas ameaças.

Sem preocupação de hierarquização, podemos assim identificar aqueles que consideramos ser os pontos fortes do local. Desde logo, a vista desafogada proporcionando pontos de vista notáveis que deverão ser preservados e valorizados. Como referem Matos e Vaz devem-se “(...) aproveitar e preservar as suas panorâmicas e, bem assim, a proximidade à montanha, como factor impulsionador de uma morfologia do edificado que proporcione uma alta qualidade do ambiente urbano, capaz de estimular as actividades polarizadoras do

conhecimento e da atractividade externa.” (Matos & Vaz, 2012, p. 10). Também a vegetação em presença, principalmente a da galeria ripícola que acompanha a linha de água nos troços em que as suas margens não estão artificializadas ou ocupadas com construções, a par da vegetação densa e diversificada ainda existente nas encostas, pode contribuir na organização e criação de espaços verdes de cariz autóctone acessíveis à população.

Naturalmente que o extenso património a reconverter pode significar uma excelente oportunidade financeira, sendo mais económico um processo de reconversão de edificado existente em vez da construção de raiz, investindo por exemplo na “capacidade de atrair e fixar empresas com quotas de mercado crescentes ou estáveis” (Matos & Vaz, 2012, p. 10).

Também concordamos com Matos, na importância da necessidade de sensibilizar a população covilhanense sobre os aspectos paisagísticos da zona e da região de montanha onde se localiza, do estudo de uma vertente mais agrónoma relativamente aos elementos naturais da área em estudo, numa perspectiva de colocar em diálogo as áreas urbanas com áreas verdes naturais, implementando a investigação nessa mesma área e a implementação de práticas de investigação botânica e da sua introdução na paisagem sob a forma de jardins organizados e preservados. Como refere Matos:

“O afastamento da cidade relativamente ao meio natural e de montanha como elemento simbólico e identitário contribuiu para a degradação formal, paisagística e funcional do espaço urbano. Nas cidades serranas, a reinvenção da identificação com o território de montanha pode constituir um ponto de partida para um desenvolvimento sustentável combinado com a atractividade urbana. Só com base numa sólida identidade urbano-serrana - integrando características dos dois meios -, apoiada por instituições democráticas e contando com a participação da população, se poderá atingir um desenvolvimento equilibrado (...). Entra aqui em jogo a reconciliação da cidade com o seu território (...), nesse território multifacetado (...).” (Matos, 2011, pp. 2-3)

A ideia para a área estudada insiste claramente na ideia de associação entre o enaltecimento da imagem de paisagem em montanha, que representa a zona do vale da ribeira da Carpinteira e a imagem de paisagem industrial. Trata-se da relação entre as características naturais do território onde a cidade se implantou, e das características e valores patrimoniais, que revelam o desenvolvimento económico, produtivo, social e cultural da cidade no passado, tal como refere Fernandes:

“O património destaca-se como recurso diferenciador dos territórios e elemento estratégico no desenho de novos produtos destinados a captar segmentos específicos da procura turística, fomenta a identidade colectiva das comunidades receptoras, reforça sentimentos de inter-ajuda e cooperação incentiva acções de conservação e uso sustentável. O

património pode constituir-se como factor de promoção a valorização dos territórios, criando marca , que potencia a sua preservação e a sua consideração estratégica nas políticas de desenvolvimento. Assim, torna-se um factor referencial do desenvolvimento local, capaz de gerar equilíbrios territoriais em função da atractividade gerada e das actividades que arrasta na sua apropriação económica e social." (Fernandes, G., 2009, p. 27)

No que se refere às estratégias para a renovação urbana, consideramos que as políticas autárquicas de planeamento urbano da cidade, bem como os planos financeiros e orçamentos plurianuais e os investimentos públicos e privados, devem ser canalizados para potenciar e valorizar esta zona do território e não para a expansão da zona nova e "baixa" da cidade, algo descaracterizada. Desta forma se contribuirá para a defesa do *genius loci*, senão da cidade, seguramente de parte importante dela, respeitando um conjunto de características socioculturais, históricas e arquitectónicas que caracterizam aquele lugar. A par disto dever-se-á também encarar a possibilidade de introduzir uma nova linguagem de arquitectura de montanha, contemporânea. Como refere Matos, citando Norberg-Schulz (1997):

"Paralelamente, por via da arte do lugar (Norberg-Schulz, 1997), expressa na arquitectura, bem como no paisagismo, poder-se-á reencontrar uma cidade atractiva em todos os sentidos. Não será necessário lembrar que, nos dias que correm, em que a competitividade urbana assume um lugar de destaque na luta pela prosperidade das cidades, os valores ambientais e estéticos, bem como os valores simbólicos da paisagem e da arquitectura, surgem em primeiro plano. Transversalmente, desses valores já salientados por Teotónio Pereira no âmbito do Polis Covilhã (Pereira et al., 2005), depende em larga escala um desenvolvimento urbano sustentável." (Matos, 2011, p. 3)

O debate público de ideias sobre esta intervenção é também de toda a importância. Até surgirem ideias criativas, ou até impossíveis, mas acima de tudo provocatórias, não se atinge nenhum objectivo. São necessárias ideias, empenho, motivações para revitalizar um vazio urbano da cidade, tanto por parte da administração, como dos políticos, dos técnicos, das Escolas e Universidades, e, principalmente, dos cidadãos.

Numa outra perspectiva, a criação da vertente de reabilitação no curso de Arquitectura da Universidade da Beira Interior, orientada para a reconversão urbana e com especial incidência sobre a arquitectura industrial, poderia potenciar a atractividade da universidade e da cidade da Covilhã devido a esta possibilidade de especialização, contrastando com os cursos da mesma área do resto do país.

Também a criação de um gabinete técnico local para o desenvolvimento e estudo de propostas para o aglomerado de edifícios industriais fabris das ribeiras, dando actualmente mais relevância à zona da Carpinteira, poderia ser uma mais-valia no desenvolvimento de um processo consequente de intervenção neste local.

O lançamento de concursos públicos de arquitectura focados nas vertentes de carácter urbano ou arquitectónico, poderia traduzir-se numa boa oportunidade de desenvolver a intervenção: na primeira opção, a reconversão urbanística de toda a área e a reconversão urbanística com hipótese de escolha de diferentes zonas na extensão da área de influência da ribeira da Carpinteira, atribuindo programas diversificados com vista a uma zona urbana com funções que se complementem e que complementem a própria cidade; na segunda opção a reconversão dos diversos espaços das antigas fábricas ou complexos fabris, com a hipótese de demolição de algumas parcelas, se necessário, e com a identificação prévia de diferentes programas ou dando abertura à livre escolha dos participantes. Esse concurso poderia também abranger dois tipos de categorias: estudantes e profissionais. No fundo, sem pôr entraves relativos a questões económicas mas sempre procurando uma intervenção sustentável, procurar-se-ia criar uma série de hipóteses num universo de escolhas e medidas que respondessem às fragilidades da zona em estudo, de índole provocatória ou de perfil mais real e passível de concretização, sendo que as suas premissas essenciais contemplariam o respeito pelo conceito de *genius loci* e a relação com a paisagem, natural e histórica/cultural. No fundo, procurar-se-ia também levar autarcas, leigos, população e habitantes a pensarem sobre o local e reflectir sobre o problema, sob diferentes perspectivas.

Tendo em conta as oito classes de relevo definidas na Carta Hipsométrica do Plano de Urbanização do Vale da Ribeira da Carpinteira, e apesar da sua unidade geográfica, sugere-se a divisão do território segundo a variável relevo e seu contexto envolvente, para proporcionar um desafio entre diferentes ateliers disponíveis para a apresentação de uma ideia-proposta para cada uma dessas partes, ponderando as opções de cada uma sobre cada tipo de relevo e a sua abordagem à paisagem e ao património ali presente.

Numa outra perspectiva, a de intervenção mínima no edificado, e partindo da ideia de que a possibilidade de investir financeiramente na transformação destes conjuntos é reduzida, poderá recorrer-se a outro tipo de aproximação à revitalização do local, nomeadamente dos edifícios, com intervenções que não impliquem grandes investimentos e com transformações mínimas que possibilitem a criação de espaços para acolhimento de diferentes acontecimentos:

- Promover actividades de carácter experimental dentro destes conjuntos industriais destinados a grupos etários distintos e de áreas pedagógicas distintas, como a história, o design, a arquitectura, as belas artes ou a engenharia, com carácter intergeracional e interdisciplinar. No fundo, a criação de eventos culturais efémeros, de carácter prático, não académico e não profissional, com diversos “actores”, com vista a promover o uso destes espaços com workshops, debates, conferências, exposições, filmes e outros, despertando a curiosidade e o entusiasmo sobre os próprios espaços devolutos que, sem grandes transformações, possam acolher estas iniciativas. Estas seriam, assim, experiências alternativas em espaços alternativos e peculiares.
- Colocar em questão aspectos que ultrapassam a atitude de projectar e criar novos edifícios, através de métodos de trabalho aplicados a estruturas já construídas e ao modo de intervenção em espaços urbanos. Nesta abordagem salienta-se o exemplo das três edições da Trienal de Arquitectura de Lisboa, centradas na área da grande Lisboa, mas de carácter e afirmação no panorama internacional, que se poderia replicar ou subdividir em vários pólos no território português que merecessem este tipo de aproximação, mantendo um diálogo aberto entre diferentes regiões com potencialidades para receber alguns eventos do programa. Promover a existência de uma comitiva que se interesse e selecione as diferentes zonas do país. (arqa, 2013, pp. 33-35)
- Uma vez que a questão do património industrial está bastante presente no território português, e para além deste, bem como a emergente reconversão destes espaços como potencial de revitalização urbana, seria uma oportunidade a criação de um evento tipo “trienal” que se debruçasse sobre esta temática.
- Promover exposições, conferências e tertúlias abertas num contexto expositivo de discursos emergentes com reapropriação dos espaços a nível material, ideológico, espacial e conceptual, estabelecendo um distanciamento crítico sobre a acumulação das suas vivências e memórias e a sua disponibilidade para novos usos. Seria assim o explorar a arquitectura destes espaços “através de eventos, exposições e matéria impressa”. (arqa, 2013, p. 68)
- Através da ocupação de diferentes espaços, sem intervenções físicas nos edifícios e no seu estado, criando diferentes ambientes, abertos ao público e coordenados por diferentes grupos de trabalho, motivados por conceitos, encenações ou acontecimentos que possam ser experimentados pelos visitantes. Da apropriação de um espaço com características de

abandono, tornando-o num espaço novo de programa diferente fazem parte exemplos como o MUDE – Museu da Moda e do Design.

Um dos “Crisis Buster” criado no âmbito da Trienal de Arquitectura de Lisboa de 2013, desenvolvido pelo atelier Artéria, é a “Agulha no Palheiro”, uma ferramenta bastante útil que disponibiliza e cataloga, em formato digital, todos os imóveis a reabilitar em Lisboa, desconhecidos e espalhados por sites imobiliários, aliado à publicação de guias e dicionários sobre questões referentes às operações de reabilitação, destinados não só aos arquitectos mas a qualquer interessado. Seguindo este caminho, a criação de um conceito e de uma plataforma digital semelhante poderia ser desenvolvida no âmbito do edificado industrial da Covilhã com necessidade de reabilitação, criando uma plataforma para dar a conhecer informação detalhada de cada edifício que, apesar de já fixada no trabalho “Rota da lã transiana: percursos e marcas de um território de fronteira: Beira Interior (Portugal) e Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha)” (Pinheiro (coord.), 2008), teria aqui uma base digital, acompanhada de uma vertente de carácter técnico e não somente histórica, como acontece naquele, fornecendo informações sobre áreas, custos, tipologia, ampliações que sofreu, desenhos técnicos, etc. A par da disponibilização desses elementos técnicos, ainda não existentes de forma organizada como desejável, seria também constituído um grupo de trabalho de investigação, responsável por inventariar e catalogar toda a informação, a disponibilizar na dita plataforma. (Artéria, 2013, p. 94) por forma a melhor sustentar todas as acções de reabilitação deste edificado.



Fig. 50 *New Hand Lab*, Fábrica António Estrela, Júlio Afonso, 2013.

Um bom exemplo que foi possível encontrar precisamente na zona da ribeira da Carpinteira tem a ver com o aproveitamento das instalações da Fábrica António Estrela, construída em 1830, através da iniciativa privada do filho do seu último proprietário e designada “New Hand Lab”. O seu principal objectivo assenta na vontade de reenquadrar o espaço disponível através do conceito de laboratório criativo, preservando a memória da fábrica, e colocando

ao dispor de criadores artísticos da região e não só os dez mil metros quadrados de área coberta para o desenvolvimento de pequenos ateliers, com trabalhos na área das artes, da fotografia e do design de moda baseado na lã. A antiga fábrica de lanifícios, contendo ainda alguma maquinaria do seu património industrial e matéria-prima, aposta em melhorar as condições mínimas para espaço de trabalho nas instalações, reinventando-se através de pequenas modificações. (Gabriel, 2014, pp. 16-17)

Na área estudada, correspondente a área do Plano de Urbanização do vale da ribeira da Carpinteira, sendo um vale extenso, encontramos imensas ruínas e antigas instalações fabris degradadas e de diversas épocas, podendo ler-se no Plano Estratégico do Polis que "Muitas destas antigas estruturas estão em estado de degradação, encontrando-se alteradas e desvirtualizadas do seu valor arquitectónico ou tecnológico, devido às constantes alterações registadas com o regular crescimento das fábricas ou das actualizações tecnológicas." (Polis, 2009, p. 31). Nesta área, caracterizada por uma topografia muito acidentada, desenrolam-se, como já referido, diferentes tipos de paisagem, seja industrial e montanhosa, ou de aglomerações e dispersões urbanas, sendo densamente arborizada e com ligação visual à encosta da Serra da Estrela. Na sua extremidade oeste, na direcção montante-jusante, a visibilidade sobre o território é elevada e de qualidade, uma vez que neste alinhamento a densificação urbana não aconteceu.

Como refere Matos, "as medidas a tomar para a reabilitação deste tipo de espaços podem passar por diferentes estratégias e acções" (Matos, 2011, p. 5), como seja a reconversão real do local, no próprio terreno, acções de lançamento de ideias para o lugar, o recurso à opinião pública da população local sobre ideias para dar uma nova vida à área em causa, acautelando também o papel dinamizador que poderá dar à cidade a escolha deste local para a instalação de novos equipamentos. Tal como Matos se refere à transformação da cidade, mais precisamente do centro histórico, na zona do vale da ribeira, "pela criação de postos de trabalho, pela dinamização do sector turístico" (Matos, 2011, p. 5), bem como, a criação de novas valências de métodos de trabalho, como o *co-work*, novos equipamentos culturais e de comércio, associados a um programa habitacional, investindo fortemente na "promoção cultural a nível nacional e internacional" (Matos, 2011, p. 5), elevar-se-á o protagonismo cultural da cidade a nível do território português e também internacionalmente, trazendo benefícios para as componentes psicológicas e sociais dos seus habitantes.

De facto, esta implementação de novos equipamentos na cidade, aliada à reconversão de estruturas que fazem parte da história da mesma, com intervenções de qualidade e marcantes na paisagem pela associação de estruturas de linguagem antiga a uma

composição contemporânea podem vir a ter o papel de ícones na cidade. Será também importante, para a qualidade da regeneração urbana, o forte valor simbólico que se lhe possa associar, para que estas intervenções sejam o veículo para um novo marketing urbano da afirmação da cidade. (Matos, 2011, p. 5)

5.8. Preocupações face à operação de reconversão do vazio urbano

Numa atitude de reconversão urbana é necessário ter em conta que os riscos que se correm face ao retorno do investimento aplicado são diversos, contemplando desde o insucesso da intervenção no seu uso pela população, até às questões estéticas duvidosas. Como refere Matos, a intervenção num lugar com elevado valor patrimonial e histórico não o pode tornar num local que não estabelece qualquer relação com o quotidiano da cidade e com o próprio espaço urbano consolidado da mesma. Na situação actual de crise que presenciamos, estabelecer e realizar um plano que se torne impossível de sustentar economicamente não é uma boa solução para a cidade. O desenvolvimento destas operações urbanas deve antes de mais contemplar uma série de medidas e estudos iniciais, que viabilizem o sucesso das intervenções, de forma a não prejudicar economicamente a autarquia local e enaltecendo o carácter simbólico da zona em questão.

De facto, a posição de que "O poder local, hegemónico e herdeiro do Estado Providência, encarava toda a nova construção como um desperdício enquanto não esgotasse a capacidade de reciclagem por recuperação do stock edificado ou de vazios existentes." (Portas et al., 2004, p. 96), torna-se agora evidente. Portas et al., afirmam ser de natureza radical a opção de crescimento em expansão em oposição à renovação, ou seja, o investimento municipal deve ser canalizado para as práticas de renovação urbana e de requalificação de vazios, aliando também investimentos por parte de privados. Porém aquilo a que hoje assistimos é o aumento de aglomerados em extensão das cidades europeias, sendo que estas evoluções dispersas também têm presentes fragmentações e fragilidades, possuindo mesmo assim uma quantidade significativa de áreas e actividades, representando um novo sistema de organização e evolução urbana. A ideia principal a reter é a do desenvolvimento da cidade em sistemas de complementaridade, em rede, seleccionando sempre os espaços em falta e a desenvolver, em diferentes zonas, contando sempre com a opinião da população. A solução para o dilema entre a extensão e a renovação passará assim por estabelecer um compromisso que equilibre as duas estratégias e a própria cidade.

Conclusões Finais

Pontos-chave da investigação

A Covilhã salienta-se, no panorama nacional e internacional, como uma cidade que carrega em si o testemunho do desenvolvimento industrial, com um legado arquitectónico fabril bastante forte e presente na paisagem. O património que a caracteriza, apesar de actualmente não possuir um papel de destaque na arquitectura da cidade, é indiscutivelmente simbólico da imagem da paisagem industrial deste território. Com a falência da actividade industrial e do modelo económico a que esteve associado, a cidade agarrou uma nova alavanca de desenvolvimento, a Universidade da Beira Interior, fundamental para criar novos meios de crescimento e progresso. De facto, esta instituição de ensino superior veio a ser responsável pela primeira atitude de reconversão e reabilitação de diversos edifícios fabris que deixaram de desempenhar as funções para as quais tinham sido inicialmente construídos. Decorrente da dimensão dinamizadora da UBI, a partir da segunda metade do século XX, a cidade assumiu a mudança resultante da reconstrução da sua paisagem, inicialmente junto ao vale da ribeira da Goldra e, mais tarde, na zona montante da ribeira da Carpinteira.

A par do centro histórico, estes são os dois pólos geográficos da cidade onde melhor se identifica a necessidade de uma revitalização, fundamental na continuidade urbana da cidade, pois foram desde sempre intensamente pontuados por uma ocupação nem sempre regrada e baseada na intensificação do tecido construído de acordo com as necessidades das indústrias. Hoje constata-se que é necessário olhar para os elementos naturais daqueles cursos de água, não pela sua anterior função geradora de energia, mas sim pela aptidão para reconversão em espaços com natural potencialidade para atrair a população.

Valoriza-se assim o distanciamento da dimensão histórica e industrial dos lugares, criando novos caminhos e directrizes para a requalificação do património valorizando as suas características urbanas e geográficas. E estas fazem actualmente todo o sentido não só na criação e reabilitação arquitectónica, mas também na renovação e promoção da cidade. As longas naves que dominaram as zonas dos vales junto das ribeiras da Covilhã, antes pontos de vida cruciais na cidade, são o reflexo de uma extensão de vazio urbano que, para além de visualmente decadente, estabelece claramente uma barreira na permeabilidade urbana.

O objecto de estudo desta dissertação foi o vale da ribeira da Carpinteira, uma zona geográfica e funcionalmente delimitada pela sua história, pelo seu património e situação actual, entendida como a confluência de várias abordagens desenvolvidas ao longo da investigação, e representativa de uma realidade comum a várias cidades: a marginalização

de grandes áreas que deixaram de suportar a sua função de pólos industriais. Exploraram-se uma série de questões que envolvem este tipo de espaços, ao nível do seu valor simbólico e material e da própria imagem de um território de montanha que urge valorizar, reintegrando-os na vida da cidade contemporânea, podendo esta ser, como defendem alguns autores, uma imagem de marketing inovadora para a cidade.

Análise e respostas à problemática

Através de uma análise descritiva, baseada na observação directa e na investigação documental, pretendeu-se também analisar algumas propostas existentes para a zona, desenvolvidas por diversas equipas técnicas em forma de instrumentos de gestão territorial – os planos – os quais procuraram estabelecer uma série de premissas que se queriam reguladoras para a conversão de uma das zonas em maior decadência, urbana e arquitectónica, da cidade da Covilhã. Desta forma, procurou-se perceber a resposta institucional perante o contexto da zona e as suas particularidades, verificando as consequências e especificidades de um processo de transformação no contexto de uma cidade que encara e pondera, cada vez mais, as suas especificidades topográficas, patrimoniais e de coerência urbana.

Ao longo da investigação apercebemo-nos também que os planos, desenvolvidos em diferentes décadas, começaram por ser quase ficcionais, e sem qualquer consequência real no território devido em parte à sua rigidez. Hoje, pretende-se que estes sejam concretos e ligados à realidade da cidade, mais flexíveis e tendo como principal fim a sua execução efectiva, com o benefício que de aí advém para os habitantes.

Para a análise do caso de estudo, elegeu-se um conjunto de pontos a abordar, pontos estes indispensáveis à avaliação do local de modo a perceber a sua transformação ao longo dos tempos, procurando assim compreender que potencialidades apresenta para a cidade: a história do local, o tipo de edificado presente, o estado desse edificado e a sua presença na paisagem, o território em que se localiza e a sua actual caracterização como um vazio urbano, bem como as propostas existentes sobre a zona. Este esquema permitiu compreender que estamos a lidar com uma zona do território marcada por pré-existências industriais capazes se reconverter a partir de novos programas funcionais, sem esquecer os declives acentuados do território, onde um plano de mobilidade pedonal faz todo o sentido.

Na sequência do enquadramento histórico produzido, averiguaram-se os diversos planos de ordenamento desenvolvidos ao longo do tempo e que de algum modo abrangeram a zona

em estudo. Nesta perspetiva foi dada particular evidência a um plano, ou proposta de plano, o Plano de Urbanização da Carpinteira, o qual reflete premissas cuja pertinência e actualidade devem ser consideradas ainda hoje. Este plano fornece-nos uma visão que se mantém actual, baseada não somente nas tipologias fabris decadentes e abandonadas, mas nas oportunidades desse edificado, conferindo-lhe novas funções e valor. Elaborado com base em premissas e orientações específicas, este plano é considerado uma proposta de qualidade ao nível arquitectónico, embora não seja possível averiguar sobre o seu sucesso já que nunca chegou a ser implementado. De facto, se este foi um local fulcral da vida económica da cidade-fábrica dos lanifícios, hoje temos condições de reforçar o seu carácter de cidade de montanha a par da consensual imagem de cidade universitária. Conclui-se que esta poderá ser, como defendem alguns autores, uma imagem de marketing inovadora para a cidade da Covilhã.

O papel do património industrial

Os edifícios de carácter industrial a reabilitar e reconverter são uma mais-valia para a história e memória colectiva da época industrial que dominou a cidade. Exemplo disso são as intervenções do arquitecto Bartolomeu Costa Cabral, nos edifícios da UBI, pela preocupação com a sua integração na paisagem e a particular atenção dada à diferença de cotas da sua implantação. Conclui-se que estas tipologias industriais apresentam valores arquitectónicos que facilitam a adaptação a novas funcionalidades, não só culturais ou museológicos mas também residenciais e de uso colectivo como bem demonstram a sua utilização pela UBI.

A par de algumas boas experiências de adaptação a novos programas funcionais, também a identificação, inventariação, e classificação legal do património industrial, tendente à preservação dos seus testemunhos mais significativos, permitirá uma clara e eficaz gestão da evolução urbana da cidade, na relação entre o seu passado e o futuro.

A urgência da continuidade e da revitalização urbana

Da análise efectuada aos diversos planos que, com maior ou menor abrangência e escala, foram ao longo dos tempos desenvolvidos para a Covilhã, verificámos que pouco ou nada eles contribuíram para a consolidação do espaço da ribeira da Carpinteira, o qual foi sendo caracterizado muito à custa das iniciativas dispersas e avulsas de edificação e ocupação do solo por parte dos proprietários, nomeadamente os industriais.

A par destas questões, constatou-se também, por parte dos responsáveis e técnicos, uma crescente preocupação com a acessibilidade e mobilidade na cidade, o que de algum modo caracterizou boa parte das intenções dos planos mais recentes, nomeadamente o Programa Polis e o Plano de Mobilidade da Covilhã. Sendo esta matéria da máxima importância para a zona em estudo, de acesso dificultado face às suas características topográficas, consideramos que esse Plano de Mobilidade terá necessariamente de vir aqui a ser consistentemente concretizado, concluindo assim um processo iniciado com a execução da ponte pedonal do Arq.º Carrilho da Graça e do elevador do Jardim Público.

Como se averiguou e concluiu das posições de diversos autores, podemos considerar a área em estudo com imensas potencialidades, tanto a nível do seu reordenamento planeado, como através da implementação de acontecimentos como a “Trienal de Arquitectura”, conferências temáticas e concursos de ideias, entre outros, que podem despertar o interesse de académicos e investigadores para reflexão sobre este espaço.

De tudo o que foi abordado ao longo deste trabalho, é adequado salientar que acreditamos fortemente nas potencialidades da zona em estudo e na urgência em conferir coerência a uma zona da cidade votada praticamente ao abandono, conferindo-lhe a “urbanidade” necessária à sua integração plena no tecido da cidade, permitindo a sua plena utilização pela população em geral, tirando total partido do seu valor patrimonial e paisagístico. Essa atitude passará, também, pelo evidenciar do carácter da Covilhã enquanto cidade de montanha, e pelas suas valências enquanto cidade universitária capaz de atrair uma população jovem, dinâmica, inovadora e empreendedora. Nessa perspectiva, a zona da ribeira da Carpinteira tem uma potencial capacidade de acolhimento de iniciativas empresariais, de investigação e de incubação de áreas de negócio, podendo funcionar como “âncoras” da sua revitalização.

Considera-se no entanto que todas estas potenciais iniciativas deverão ser fortemente condicionadas, sob o ponto de vista da sua sustentabilidade, à dimensão da sua execução, isto é, garantindo o equilíbrio entre o Plano, a Arquitectura e as actividades a acolher, e a sua efectiva eficácia face aos fins últimos da proposta de revitalização da zona, garantindo a sua viabilidade económica e financeira ao longo de um prazo previamente fixado.

Na resposta à pergunta formulada inicialmente - como se opera num território pós-industrial, conciliando a relação da cidade com o seu património? - pode-se retorquir que no caso da ribeira da Carpinteira, uma zona pós-industrial em decadência, torna-se difícil tomá-la como um todo pensando que a sua recuperação e reconversão se pode processar de forma

conjunta, continuada e completa. Neste caso, e face às características da propriedade, repartida e individualizada, não se acredita na possibilidade de executar, na sua plenitude, todas as propostas de um único plano, tanto mais que estes tendem a assumir uma rigidez impeditiva de adaptação às transformações das realidades iniciais. Considera-se no entanto que as orientações e directrizes subjacentes às intenções do plano deverão sempre ser respeitadas: nomeadamente aquelas que se referem à natureza e topografia do terreno, à opção de ocupações com implantação transversal às pendentes das encostas, à defesa e desobstrução de vistas privilegiadas. Podemos então afirmar que, na intervenção num território industrial com esta natureza, de vale encaixado e acentuado, é muito importante operar de acordo com orientações precisas da arquitectura dos conjuntos edificados, em respeito pelas próprias características do sítio.

Por outro lado, e uma vez que, apesar de ser tomado como território único, a ribeira da Carpinteira apresenta algumas características particulares, existem operações urbanas de carácter cirúrgico e sectorial, como sejam os casos da acessibilidade rodoviária e da recuperação da própria ribeira, que carecem de abordagens particulares e que, isoladamente, podem contribuir para a melhoria de todo aquele espaço, tal como aliás sucedeu, com maior ou menor sucesso, nas intervenções do Polis na ribeira da Goldra. No entanto, a eventual promoção de uma ou mais iniciativas exemplares, em espaços mais delimitados, garantindo o seu adequado entrosamento na malha urbana envolvente, nomeadamente em termos de acessibilidades, poderá vir a funcionar como replicador de boas experiências. Apesar de todas as descontinuidades a que a cidade está sempre sujeita, é necessário existir uma ambição de reestruturação deste grande espaço através de elementos de continuidade de novas dimensões do espaço público, da requalificação da cidade que herdámos, da resolução de acessibilidades, de questões viárias, de malha que suporta o tecido construído, a abertura ao desenvolvimento de novas centralidades, bem como o desenvolvimento de corredores verdes, paisagísticos, com o intuito de ligar, proteger e qualificar as áreas urbanizadas, tudo isto aliado à reabilitação do edificado que enaltece a zona, os conjuntos fabris.

Sabendo-se *a priori* que não existe uma proposta única válida para um projecto de reconversão ou de reconfiguração urbana, a solução passará pela conciliação entre um planeamento ordenado e a salvaguarda da qualidade dos espaços e dos valores patrimoniais, elegendo algumas respostas consideradas primordiais à questão da adequada reconfiguração urbana:

- A valorização dos testemunhos industriais;

- A continuidade do tecido urbano;
- A averiguação dos programas mais adequados à cidade e economicamente sustentáveis;
- A relação positiva com a envolvente e com as características fisiográficas;
- A intervenção como promotora da própria imagem da cidade.

Considerações finais

O declínio de um determinado território é o culminar de diversos factores na sua falta de atractividade. A decadência de determinados centros e a consequente inabilitação dos espaços à sua vivência em pleno traz consigo novas oportunidades. O trabalho sustentado em conceitos específicos como reabilitação urbana e revitalização, ou seja, a necessidade fundamental de intervenção no existente, aos quais se juntam várias outras noções complementares, que representam reabilitação a diversos níveis, estabelece a ponte entre a aplicação destes conceitos que apoiam políticas de ordenamento do território que pretendam a reanimação de um conjunto urbano expressivo, numa perspectiva de conservação do património edificado.

A inovação traduzida neste trabalho é sustentada na análise efectuada aos diversos planos desenvolvidos ao longo dos tempos e com incidência na zona em estudo, particularmente aqueles que, apesar de mais pormenorizados e inovadores, nunca chegaram a ser efectivamente vinculativos ou implementados, referindo-me concretamente ao Plano de Urbanização da Carpinteira e ao Plano de Mobilidade da Covilhã. Considera-se também que a conclusão deste trabalho não é concretizada na proposta de desenvolvimento de uma acção específica, mas sim no elencar de um conjunto de caminhos passíveis de potenciar a melhor abordagem às premissas e questões identificadas previamente. A dissertação apresenta assim, de modo quase provocatório, a visão desta zona, quer como um problema, quer como uma oportunidade, podendo constituir uma base para futuros projectos e investigações neste campo. De facto, zonas desta natureza que enfrentam actualmente patologias decorrentes do abandono devem ser alvo de planos de pormenor específicos, de intervenção prioritária, e acompanhados por equipas de técnicos que invistam na reabilitação dos locais, à semelhança dos antigos GTL.

Em relação ao papel do arquitecto, a sua responsabilidade neste campo deve passar cada vez mais por uma formação cuidada sobre estas questões, e por uma sensibilidade no restabelecimento do conjunto. Este tem um dever acrescido na valorização destes edifícios e na promoção de operações de qualidade e atitudes positivas sobre o tema, apesar de sempre condicionado por interesses e investimentos.

Cada vez mais se faz o reconhecimento da necessidade de revitalização de antigas áreas industriais marginalizadas. Porém, o universo de medidas legais conducentes a essa acção e à protecção e identificação dos imóveis industriais de reconhecido valor, é ainda diminuto e com pouca expressão em Portugal. Deparamo-nos actualmente com casos de zonas urbanas específicas das cidades que padecem deste “vírus” da decadência e que são remetidas a propostas e concursos para revitalização e reconfiguração no sentido de as devolver à vida urbana, sejam elas zonas ribeirinhas, zonas de montanha, ou zonas localizadas nos centros históricos ou nas periferias mas que se prendem essencialmente com o fim de uma função em que desempenharam um forte papel no desenvolvimento dos aglomerados em que se inserem.

A nível global, zonas portuárias decrépitas, zonas industriais que faleceram, cidades possuídas por fábricas, áreas de grandes armazéns que já não suportam a sua função, entre outros, são os exemplos concretos e reais daquilo com que se confrontam as populações, por vezes de forma bastante próxima, mas também zonas que devem despertar o interesse por parte de áreas de saber especializadas, como a dos arquitectos e dos urbanistas. Estes, dotados de formação capaz de responder a estas questões, têm a liberdade, e também a responsabilidade, de reflectir sobre a problemática, de investigar e de propor soluções.

Bibliografia

Bibliografia Geral

Artéria – Humanizing Architecture (2013). “Agulha num palheiro”: Banco de Casas para Reabilitar em Lisboa. *Revista arqa*, 110, pp. 94-95.

Artéria – Humanizing Architecture (2011). “Agulha num palheiro”: Banco de Casas para Reabilitar em Lisboa. Acedido a 17 de Dezembro de 2013, disponível em http://www.arteria.pt/portfolio/agulha-num-palheiro_8.html

Artéria – Humanizing Architecture (2011). “Agulha num palheiro”: Banco de Casas para Reabilitar em Lisboa. Acedido a 17 de Dezembro de 2013, disponível em <http://www.agulhanumpalheiro.pt/>

Ascher, F. & Girard, J. (1976). *O urbanismo e a política*. Lisboa: Editorial Estampa.

Ascher, F. (2010). *Novos Princípios do Urbanismo*. Lisboa: Livros Horizonte.

Augé, M. (1994). *Não-lugares*. Venda Nova: Bertrand Edições.

Aymonino, C. (1984). *O significado das cidades*. Lisboa: Editorial Presença.

Barata, J. (1977). *A doença na cidade*. Nº 37 – Colecção Horizonte. Lisboa: Livros Horizonte.

Benevolo, L. (2006). *A cidade e o arquitecto*. Lisboa: Edições 70, Lda.

Brandão, P. (2011). *O Sentido da Cidade*. Lisboa: Livros Horizonte.

Castro, A. (1971). *A revolução industrial em Portugal no século XIX*. Lisboa: Publicações D. Quixote.

CCRN (1998). *Glossário de Termos. Ordenamento do Território. Ambiente. Património Cultural. Reabilitação Urbana*. Porto: Ministério do Equipamento, do Planeamento, e da Administração do Território - Comissão de Coordenação da Região Norte.

Choay, F. (2010). *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70

Clément, G. (2004). *Manifeste du Tiers Paysage* [Versão electrónica]. Acedido a 11 de Janeiro de 2014, disponível em http://www.gillesclement.com/fichiers/_tierspaypublications_92045_manifeste_du_tiers_paysage.pdf.

Clément, G. (s.d.). Le Tiers-Paysage In <http://www.gillesclement.com/cat-tierspaysage-tit-le-Tiers-Paysage>. Acedido a 11 de Janeiro de 2014, em <http://www.gillesclement.com/cat-tierspaysage-tit-le-Tiers-Paysage>.

DGOTDU (2005). *Vocabulário de Termos e Conceitos do Ordenamento do Território*. Coleção Informação 8. Lisboa: DGOTDU.

Domingues, A. (2003). Património Industrial e Requalificação Urbana. In Sampaio, M. (coord. ed.), *Reconversão e Musealização de Espaços Industriais. Actas do Colóquio de Museologia Industrial. 17 e 18 de Outubro de 2002*. Porto: Associação para o Museu da Ciência e Indústria. Pp. 121-132.

Domingues, Álvaro (2006). *Metamorfoses do centro: dinâmicas de transformação da condição central. Planeamento*. In Revista do Urbanismo e Ordenamento do Território. Aveiro: APPLA, 3.

Eco, U. (2011). *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*. (17ª ed.) Barcarena: Editorial Presença. (Original publicado em 1977).

Fadigas, L. (2007). *Fundamentos Ambientais do Ordenamento do Território e da Paisagem*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.

Faria, C. (2009). *As cidades na cidade. Movimentos sociais urbanos em Setúbal, 1966-1995*. Lisboa: Esfera do Caos.

Fundação Calouste Gulbenkian (1980). *Arquitectura de Engenheiros – Séculos XIX e XX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Fundação Calouste Gulbenkian (1980). *Arquitectura de Engenheiros – Séculos XIX e XX – Participação Portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Goitia, F. (1982). Lição 8 – A cidade industrial. In Goitia, F., *Breve História do Urbanismo*. (8ª ed., pp. 144-161). Lisboa: Editorial Presença.

Gonçalves, F. (1997). *Evolução do direito do urbanismo em Portugal (1851-1988)*. Lisboa: LNEC.

Henderson, W. (1969). *A Revolução Industrial*. Lisboa: Editorial Verbo.

Instituto de Gestão do Património Arquitectónico Português [IGESPAR]. (s.d.). Património Industrial. Introdução. <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/itinerarios/industrial1/>. Acedido a 22 de Novembro, 2013 de IGESPAR em www.igespar.pt.

Mateus, J. (2007). Spreebogen 33-91-07. In *Vazios Urbanos. Trienal de Arquitectura de Lisboa*. (pp. 13-15). Lisboa: Caleidoscópio.

Mendes, J. (2006). Industrialização e património industrial: desenvolvimento e cultura. In *viver a Natureza. Pensar o Desenvolvimento: Actas do VIII Curso de Verão da Ericeira 24 de Julho / 20, 21 e 22 de Julho de 2006*. Instituto de Cultura Europeia e Atlântica. Consultado em 25 de Novembro de 2013, disponível em http://www.icea.pt/Actas/21_10h30m_José%20A%20Mendes.pdf.

Pi Joan, J. (1972). *História da Arte - Vol. 9*. Lisboa: Publicações Alfa, S. A. R. L..

Portas, N.; Domingues, A. & Cabral, J. (2003). *Políticas urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Portas, N.; Domingues, Á. & Cabral, J. (2003). *Políticas Urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Portas, N. et al. (2011). *Políticas Urbanas II: transformações, regulação e projecto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Portas, N. (2005). *Os tempos das formas. Vol. I: A Cidade Feita e Refeita*. Minho: Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho (DAAUM).

Portas, N. (1963). Tradição, progresso e reacção no urbanismo regional. In Portas, N. (2005). *Os tempos das formas. Vol. I: A Cidade Feita e Refeita*. Minho: Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho (DAAUM). Pp. 125-142.

Portas, N. (1981). Velhos centros vida nova. In Portas, N. (2005). *Os tempos das formas. Vol. I: A Cidade Feita e Refeita*. Minho: Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho (DAAUM). Pp. 155-170.

Portas, N. (1987). Conceitos de desenvolvimento urbano. In Portas, N. (2005). *Os tempos das formas. Vol. I: A Cidade Feita e Refeita*. Minho: Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho (DAAUM). Pp. 105-119.

Portas, N. (1994). Interrogações sobre as especificidades das fundações urbanas portuguesas. In Portas, N. (2005). *Os tempos das formas. Vol. I: A Cidade Feita e Refeita*. Minho: Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho (DAAUM). Pp. 15-22.

Portas, N. (2000a). Algumas (hipó)teses sobre o urbanismo português nos brasis. In Portas, N. (2005). *Os tempos das formas. Vol. I: A Cidade Feita e Refeita*. Minho: Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho (DAAUM). Pp. 23-28.

Portas, N. (2000b). Os tempos das formas nas cidades lusas do Brasil. In Portas, N. (2005). *Os tempos das formas. Vol. I: A Cidade Feita e Refeita*. Minho: Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho (DAAUM). Pp. 29-46.

Portas, N. (2001). Novas margens na estratégia da cidade metrópole. In Portas, N. (2005). *Os tempos das formas. Vol. I: A Cidade Feita e Refeita*. Minho: Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho (DAAUM). Pp. 95-103.

Rodeia, J. (2007). Algumas considerações (muito) sumárias. In *Vazios Urbanos. Trienal de Arquitectura de Lisboa*. (pp. 21-23). Lisboa: Caleidoscópio.

Rossa, W. (2002). *A Urbe e o Traço. Uma Década de Estudos sobre o Urbanismo Português*. Coimbra: Almedina.

Rossi, A. (1977). *A arquitectura da cidade*. Lisboa: Edições Cosmos.

Solá-Morales, I. (1995). Terrain Vague [Versão electrónica]. In *Anyplace, Anyone* Corporation, Nova Iorque/The MIT Press, Cambridge (Mass.). Pp. 118-123. Acedido a 6 de Janeiro de 2014, disponível em <http://m.friendfeed-media.com/7aae8ce2d0380cf3f7f6de8b7d5b2eab44b5c3a8~>

Tostões, A. (2004). *Em direcção a uma estética industrial: Zeitwill ou vontade de modernidade*. (pp. 60-71) [Versão electrónica]. Acedido a 25 de Janeiro de 2014, disponível em http://www.docomomoiberico.com/pdfs/registros/Ana_Tostoes_registro_industria_portugues.pdf.

Trienal de Arquitectura de Lisboa (2007). *Vazios Urbanos. Trienal de Arquitectura de Lisboa*. Lisboa: Caleidoscópio.

Ordem dos Arquitectos Secção regional Sul [OASRS]. (2011). Dossier 10, Vazios Urbanos. http://oasrs.org/arquivo/galeria?p_p_auth=NyybnsP3&p_p_id=31&p_p_lifecycle=0&

p_p_state=normal&p_p_mode=view&_31_struts_action=%2Fdocument_library%2Fview_file_entry&_31_redirect=http%3A%2F%2Foasrs.org%2Fhome%3Fp_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_p_mode%3Dview%26_3_groupId%3D0%26_3_keywords%3DVazios%2BUrbanos%26_3_struts_action%3D%252Fsearch%252Fsearch%26_3_redirect%3D%252F%26_3_y%3D0%26_3_x%3D0&_31_fileEntryId=14774. Acedido a 2 de Janeiro de 2014, 2011 de OASRS em www.oasrs.org.

Henriques, A. (s.d.). Vazios urbanos: o que é? In Dossier 10, Vazios Urbanos.http://oasrs.org/arquivo/galeria?p_p_auth=NyybnsP3&p_p_id=31&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&_31_struts_action=%2Fdocument_library%2Fview_file_entry&_31_redirect=http%3A%2F%2Foasrs.org%2Fhome%3Fp_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_p_mode%3Dview%26_3_groupId%3D0%26_3_keywords%3DVazios%2BUrbanos%26_3_struts_action%3D%252Fsearch%252Fsearch%26_3_redirect%3D%252F%26_3_y%3D0%26_3_x%3D0&_31_fileEntryId=14774. Acedido a 2 de Janeiro de 2014, 2011 de OASRS em www.oasrs.org.

Trienal de Arquitectura de Lisboa (2013). Acedido a 6 de Janeiro de 2014, disponível em <http://www.trienaldelisboa.com/pt/#/triennale/2007>.

Cartas e convenções internacionais sobre o património

CIAM (1933). *Carta de Atenas. Carta do Urbanismo*. Atenas: CIAM. Acedido a 6 de Dezembro de 2013, disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233>.

Conselho da Europa (1975). *Carta Europeia do Património Arquitectónico*. Estrasburgo. Consultado em 22 de Novembro de 2013, disponível em <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf>.

Conselho da Europa (1985). *Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa*. Granada. Consultado em 22 de Novembro de 2013, disponível em <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/granada.pdf>.

Conferência Internacional sobre conservação (2000). *Carta de Cracóvia 2000. Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído*. Cracóvia. Consultado em 22 de Novembro de 2013, disponível em <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>.

ICOMOS (1964). *Carta de Veneza sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e Sítios*. Veneza. Consultado em 22 de Novembro de 2013, disponível em <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>.

ICOMOS (1986). *Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas*. Toledo. Consultado em 22 de Novembro de 2013, disponível em <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CARTAINTERNACIONALPARASALVAGUARDASCIDADESHISTORICAS.pdf>

ICOMOS (1999). *The Burra Charter*. Austrália. Consultado em 22 de Novembro de 2013, disponível em http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/BURRA_CHARTER.pdf

ICOMOS (2013). *The Burra Charter*. Austrália. Consultado em 22 de Novembro de 2013, disponível em <http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/The-Burra-Charter-2013-Adopted-31.10.2013.pdf>.

Serviço Internacional de Museus (1931). *Carta de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos*. Atenas. Consultado em 22 de Novembro de 2013, disponível em <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>.

TICCIH (2003). *Carta de Nizhny Tagil Sobre o Património Industrial*. Nizhny Tagil. Consultado em 22 de Novembro de 2013, disponível em <http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>.

UNESCO (1972). *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*. Paris. Consultado em 22 de Novembro de 2013, disponível em <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/ConvencaoparaaProteccaodoPatrimonioMundialCulturalNatural.pdf>.

UNESCO (1976). *Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua função na vida contemporânea*. Nairobi. (Tradução IPHAN – Instituto do Património Histórico e Arquitectónico Nacional). Consultado em 22 de Novembro de 2013, disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=249>.

Bibliografia Específica

AA.VV. (2009, Julho). *Monumentos. Cidades, Património, Reabilitação. Dossier: Covilhã, a Cidade-Fábrica*, nº 29. Lisboa: IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

Abreu, A.; Simões, P. (col.); Fonseca, A. (col.) (2004). *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*. Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

Afonso, J. (2004). Uma imensa simplicidade. A cidade que se constrói na Rua da Alegria. In, Pereira, N. (2004) *Arquitectura e Cidadania – Atelier Nuno Teotónio Pereira*. (pp. 87-99). Lisboa: Fundação Centro Cultural de Belém.

Afonso, J. (2005). Abertura. Uma Ideia para a Cidade da Covilhã. In *Uma Ideia para a Cidade da Covilhã. Nuno Teotónio Pereira. Candidatura ao Prémio Sir Robert Matthew. Prize Nominee. UIA 2005* (pp. 9-11). Lisboa: Ordem dos Arquitectos, Caleidoscópio.

Almeida, J. & Castel' Branco, I. (1985). Covilhã: problemas económicos e urbanos. In *Jornadas da Beira Interior, Tomo II*. Fundão: Jornal do Fundão.

ARPAS et al. (2005). Planos de Urbanização dos Vales das Ribeiras da Goldra e da Carpinteira. In *Uma Ideia para a Cidade da Covilhã. Nuno Teotónio Pereira. Candidatura ao Prémio Sir Robert Matthew. Prize Nominee. UIA 2005* (pp. 30-33). Lisboa: Ordem dos Arquitectos, Caleidoscópio.

ARPAS et al. (2003). Planos de Urbanização dos Vales das Ribeiras da Goldra e da Carpinteira. In *JA – Jornal dos Arquitectos*. (2003, Janeiro/Fevereiro). N.º 209. (Pp. 34-40). Lisboa: Ordem dos arquitectos.

Boletim “Os amigos da Covilhã” – 1966-1992, 1993, 1994 e 1995.

Cabral, Bartolomeu Costa et al. (2005). *A Universidade e a Cidade – The University and the City. Universidade da Beira Interior. Covilhã. 1974-2004*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Castro, F. (1947). *A Lã e a Neve*. Lisboa: Guimarães & C.a.

Câmara Municipal da Covilhã [CMC]. (s.d.a). *Nova Covilhã – Sociedade de Reabilitação Urbana, Em*. Acedido a 4 de Novembro de 2013, disponível em <http://www.cm-covilha.pt/simples/?f=4910>.

Câmara Municipal da Covilhã [CMC]. (s.d.b). *Funicular de S.João*. Acedido a 7 de Fevereiro de 2014, disponível em <http://www.cm-covilha.pt/simples/?f=6346>.

Delgado, R. (1991). *História da Covilhã (1800 a 1926), Vol.1 – Organização Judicial e administrativa*. Covilhã: Edição de Autor.

Delgado, R. (1992). *História da Covilhã (1800 a 1926), Vol.2 – Instrução e cultura*. Covilhã: Edição de Autor.

Delgado, R. (2000). *Infante D. Henrique, Senhor da Covilhã – 1415 – 1460 (a Covilhã na monumenta Henricina, estudo diplomático)*. Covilhã: Edição da Biblioteca da Escola Frei Heitor Pinto.

Delgado, R. (2001). *História da Covilhã (1800 a 1926), Vida Política*. Covilhã: Edição de Autor.

Delgado, R. (2006). *História Temática da Covilhã (1800 a 1926), Vol. IV – Desenvolvimento e Urbanismo*. Covilhã: Edição do Autor.

Dias, J. (s. d.). *Antologia da Terra Portuguesa – Beira Baixa*. Lisboa: Livraria Bertrand.

Fernandes, G. (2004). *Dinâmicas e transformações nas serras da Cordilheira Ibérica: da (des)articulação produtiva à (re)valorização ecocultural. Territórios e Culturas Ibéricas. Conferências – 2 e 3 de Dezembro 2004*. Consultado em 5 de Fevereiro de 2014, disponível em <http://www.cei.pt/investigacao.htm>.

Fernandes, G. (2009). Montanhas, patrimónios e espaços transfronteiriços. Encontros e desencontros na gestão e valorização territorial. *Iberografias. Revista de estudos ibéricos*. Consultado em 5 de Fevereiro de 2014, disponível em http://www.cei.pt/pdfdocs/edicoes/iberografias_5.pdf.

Fernandes, J. (2009a). Covilhã, uma leitura de síntese: estrutura urbana, conjuntos edificados e arquitecturas, sua evolução. In *Monumentos. Cidades, Património, Reabilitação. Dossiê: Covilhã, a Cidade-Fábrica*, nº 29 (pp. 40-53). Lisboa: IHRU.

Fernandes, J. (2009b). A requalificação arquitectónica e o papel da Sociedade de Reabilitação Urbana Nova Covilhã. In *Monumentos. Cidades, Património, Reabilitação. Dossiê: Covilhã, a Cidade-Fábrica*, nº 29 (pp. 62-67). Lisboa: IHRU.

Ferrão, J. (2003). Intervir na cidade: complexidade, visão, rumo. [Versão electrónica]. In *Portas, N.; Domingues, A. & Cabral, J. (2003). Políticas urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Acedido a 13 de Novembro de 2013, disponível em http://home.fa.ulisboa.pt/~miarq4p5/PlanUrbano2011-12/JFerr%C3%A3o-Intervir%20na%20cidade_Pol%C3%ADticasUrbanas.pdf.

Folgado, D. (2009). Covilhã, a cidade que também foi fábrica. In *Monumentos. Cidades, Património, Reabilitação. Dossiê: Covilhã, a Cidade-Fábrica*, nº 29 (pp. 88-97). Lisboa: IHRU.

Gabriel, D. (Janeiro, 2014). *New Hand Lab* da Covilhã: A fábrica dos novos artistas. In *Jornal do Fundão*. (pp. 16-17). Fundão: Jornal do Fundão.

Lôbo, M. (2009). Covilhã: planos de urbanização à época de Duarte Pacheco. In *Monumentos. Cidades, Património, Reabilitação. Dossiê: Covilhã, a Cidade-Fábrica*, nº 29 (pp. 30-39). Lisboa: IHRU.

Marcelo, L. & Mendes, M. (1984). *Beira Interior – uma região viável*. Covilhã: Editora ADEBI – IUBI.

Matos, M. (2005). Da fábrica que não falece à cidade da Covilhã. In *A Universidade e a Cidade – The University and the City. Universidade da Beira Interior. Covilhã. 1974-2004*. (pp.13-29). Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Matos, M. (2009). Ponto, linha, plano: a edificação universitária na Covilhã. In *Monumentos. Cidades, Património, Reabilitação. Dossiê: Covilhã, a Cidade-Fábrica*, nº 29 (pp. 110-119). Lisboa: IHRU.

Matos, M. (2011). *Covilhã - Propostas para a Reinvenção da Cidade*. VIII Congresso Ibérico de Urbanismo - A mudança do ciclo: um novo urbanismo, In Portal da Associação dos Urbanistas Portugueses [AUP], [http://aup.org.pt/microsites/congresso/pdf/artigo%20\(17\).pdf](http://aup.org.pt/microsites/congresso/pdf/artigo%20(17).pdf). Acedido em 2 de Dezembro de 2013.

Matos, M. & Vaz, D. (2012). *Covilhã e cidades alpinas: o contributo da paisagem para a sustentabilidade urbana*. VII Congresso Português de Sociologia. In Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, artigo fornecido pela autora.

Mendes, J. (s.d.). O património industrial na museologia contemporânea: o caso português. In *ubimuseum*, número 01. (pp. 89-104). Consultado em 25 de Novembro de 2014, disponível em <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-mendes-jose-amado-o-patrimonio-industrial.pdf>.

Milhano, J. (1981). *Covilhã – Quem defende o património?*. Fundão: Edição Casa Milhano.

Milhano, J. (1992). *Covilhã – Um passado, que futuro?*. Fundação: Edição Casa Milhano.

Milheiro, A. (2003). Polis Covilhã. Exactidão. In *JA – Jornal dos Arquitectos*. (2003, Janeiro/Fevereiro). N.º 209. (Pp. 32-33). Lisboa: Ordem dos Arquitectos.

Milheiro, A. (2009). Por uma cidade amável. Espaços Públicos e Programa Polis na Covilhã. In *Monumentos. Cidades, Património, Reabilitação. Dossiê: Covilhã, a Cidade-Fábrica*, nº 29 (pp. 54-61). Lisboa: IHRU.

Milheiro, A. & Gonçalves, C. (2003). As pontes da Covilhã,. In *JA – Jornal dos Arquitectos*. (2003, Janeiro/Fevereiro). N.º 209. (Pp. 41-45). Lisboa: Ordem dos Arquitectos.

Moreira, I. (2013). Exegese da Trienal 2013. Da conectividade, mobilidade e desejo de internacionalização. (Pp. 30-35). In *Revista arqa*, 110 (Novembro/Dezembro de 2013). Lisboa: FuturMagazine, Sociedade editora, Lda.

Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior (2002). *Actas das III Jornadas de Arqueologia Industrial (12 a 14 de Novembro de 1998) A Industria Têxtil europeia – OS FIOS DO PASSADO A TECER O FUTURO – Uma abordagem pluridisciplinar*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Pereira, D. (2009). A estrutura urbanística da Covilhã entre a Idade Média e a Idade Moderna. In *Monumentos. Cidades, Património, Reabilitação. Dossiê: Covilhã, a Cidade-Fábrica*, nº 29 (Pp. 16-23). Lisboa: IHRU.

Pereira, N. (2003). Intervenções que se Querem Exemplares e de Efeito Multiplicador. In *JA – Jornal dos Arquitectos*. (2003, Janeiro/Fevereiro). N.º 209. Lisboa: Ordem dos Arquitectos. Pp. 29-31.

Pereira, N. (2004). Reconquistar a mobilidade pedonal: um plano para a Covilhã. In *Sociedade e Território*, nº 37-38, pp. 119-125.

Pereira, N. (2005). Atenuar Malfeitorias, Adaptar Relevos, Preservar a Identidade, Consolidar o Tecido Urbano. In *Uma Ideia para a Cidade da Covilhã. Nuno Teotónio Pereira. Candidatura ao Prémio Sir Robert Matthew. Prize Nominee. UIA 2005* (Pp. 12-13). Lisboa: Ordem dos Arquitectos, Caleidoscópio.

Pereira, N. et al. (2005). *Uma Ideia para a Cidade da Covilhã. Nuno Teotónio Pereira. Candidatura ao Prémio Sir Robert Matthew. Prize Nominee. UIA 2005*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos – Conselho Directivo Nacional /Caleidoscópio.

Pinheiro, E. (coord.) (2008). *Rota da lã translana: percursos e marcas de um território de fronteira: Beira Interior (Portugal) e Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha)* – Vol. I, Vol. II. Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior.

Pinheiro, E. (2009). A Universidade da Beira Interior e o seu papel na reabilitação e reutilização do património industrial da Covilhã. In *Monumentos. Cidades, Património, Reabilitação. Dossiê: Covilhã, a Cidade-Fábrica*, nº 29 (Pp. 98-109). Lisboa: IHRU.

Pinheiro & Silva (s.d.). *A Covilhã: uma paisagem cultural evolutiva. Algumas notas sobre a (re)construção das memórias industriais da cidade*. UBImuseum n.01 [versão electrónica]. Acedido a 6 de Outubro de 2013, disponível em <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-pinheiro-elisa-silva-manuel-santos-a-covilha-paisagem-cultural-evolutiva.pdf>.

Presidência do Conselho de Ministros (2009). *Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela. Resolução do Conselho de Ministros nº 83/2009, Diário da República, 1.ª série – nº 175 – 9 de Setembro de 2009*. Consultado em 19 de Novembro de 2013, disponível em <http://dre.pt/pdf1s/2009/09/17500/0612906148.pdf>.

Proença, R. (1985). Guia de Portugal – Vol. III, Tomo II. *Beira Baixa e Beira Alta*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.

Programa Polis; Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território (2001). *Viver a Covilhã. Programa Polis. Plano Estratégico*. Lisboa: Programa Polis. Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.

Quintella, A. (1990). *Subsídios para a monografia da Covilhan*. Fundão: Jornal do Fundão.

Ribeiro, O. (1989). Opúsculos Geográficos. Vol. I – Síntese e Método. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Ribeiro, O. (1990). Opúsculos Geográficos. Vol. III – Aspectos da Natureza. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Ribeiro, O.; Lautensach, H. & Daveau, S. (1991). Opúsculos Geográficos. Vol. IV – A vida económica social. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

Ribeiro, O. (1994). Opúsculos Geográficos. Vol. V – Temas urbanos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Rodrigues, J. (2009). Covilhã: evolução urbana da cidade. In *Monumentos. Cidades, Património, Reabilitação. Dossiê: Covilhã, a Cidade-Fábrica*, nº 29 (pp. 6-15). Lisboa: IHRU.
- Rota da Lã. 8 Séculos a Trabalhar a Lã. Consultado em 12 de Novembro de 2013, disponível em <http://www.rt-serradaestrela.pt/index.php/pt/rotas-turisticas/turismo-cultural/rota-da-la/item/155-8-s%C3%A9culos-a-trabalhar-a-l%C3%A3>
- Salgueiro, T. (1992). *A Cidade em Portugal. Uma geografia urbana*. Porto: Edições Afrontamento.
- Salgueiro, T. (s.d.). *Cidade pós-moderna. Espaço fragmentado.- III Congresso da Geografia Portuguesa*. Lisboa: Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Santos, J. (1994). *Breve História Cronológica da Covilhã*. Covilhã: Edição de Autor.
- Silva, J. (1970). *História da Covilhã – 1870-1970, Centenário da Cidade*. Covilhã: Edição de Autor.
- Silva, J. (1996). *História da Covilhã*. Covilhã: Edição de Autor.
- Silva, J. (1998). *Covilhã Terra Mãe*. Covilhã: Edição de Autor.
- Silveira, J. (1863). *As fábricas da Covilhã*. Lisboa: Typhografia Franco-Portuguesa.
- Simões, D. (s.d.). Planeamento Regional. Cova da Beira. Em prol da Implantação de uma unidade cooperativa de industrialização e comercialização dos produtos da terra. Fundão: Jornal do Fundão.
- Vaz, D. (2003). Imagens exógenas da cidade da Covilhã: contrastes, polaridades e mudança. In *Sociedade e Território*, nº 36, pp. 131-144.
- Vaz, D. (2004). *Cidades Médias e Desenvolvimento. O Caso da Cidade da Covilhã*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Vaz, D. (2010). *Património urbano serrano: urbanismo tradicional e cultura operária na Covilhã (Portugal)*. Acedido a 28 de Dezembro de 2013, disponível em <http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3309175.pdf>.

Vítor Pereira 2013 (2013, Setembro). Eleições Autárquicas 2013. Concelho da Covilhã. Manifesto de independentes. Acedido a 2 de Novembro de 2013, disponível em <http://www.construir-o-futuro.pt/ficheiros/vp-manifesto-independentes.pdf>.

Virtudes, A.; Almeida, F. & Trindade, D. (2011). *Exigências de um urbanismo na mudança de ciclo*. VIII Congresso Ibérico de Urbanismo – UBI Covilhã. Acedido em 20 de Novembro de 2010, em [http://aup.org.pt/microsites/congresso/pdf/artigo%20\(2\).pdf](http://aup.org.pt/microsites/congresso/pdf/artigo%20(2).pdf).

Dissertações

Araki, F. (2009/2010). *Redesenvolvimento urbano, uma proposta para a requalificação de antigas áreas industriais na Mooca e no Ipiranga*. Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, orientada por António Gil da Silva Andrade e Joana Carla Soares Gonçalves, São Paulo. (pp. 186-218). Acedido a 27 de Dezembro de 2013, disponível em http://www.usjt.br/arq.urb/numero_03/13arqurb3-felipe.pdf

Costa, E. (2000). *Cidades Médias e Ordenamento do Território. O Caso da Beira Interior*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para a obtenção do grau de doutor em Geografia – Planeamento Regional e Local, orientada por Jorge Gaspar, Lisboa. Acedido a 28 de Dezembro de 2013, disponível em <http://www.mopt.org.pt/uploads/1/8/5/5/1855409/doutoramentocidadesmedias.pdf>.

Martins, L. (2009). *O Loft (n)º Património Industrial (d)a Cidade, a reconversão em habitação no centro urbano*. Dissertação apresentada ao Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra para a obtenção do grau de mestre, orientada por José Fernando Castro Gonçalves, Coimbra. Acedido a 28 de Dezembro de 2013, disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/11724/1/Lu%C3%ADsa%20Pimentel%20Martins.pdf>.

Matos, M. (2011). *Paisagens Urbanas Contemporâneas de Montanha. Metodologia para uma Abordagem Conceptual em Arquitectura na Covilhã*. Dissertação apresentada ao Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura da Universidade da Beira Interior / Université Paris VIII - ENS d'Architecture de Paris La Villette para obtenção do grau de doutora, orientada por João Sousa Morais, José Barros Gomes e Yann Nussaume. Covilhã / Paris. Fornecida pela autora.

Monteiro, A. (2009). *O sanatório da Covilhã: arquitectura, turismo e saúde*. Dissertação apresentada ao Departamento de Arquitectura, Faculdade de Ciências e tecnologia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de mestre, orientada por António Bandeirinha e Susana Lobo, Coimbra. Consultado em 27 de Outubro de 2013, disponível em <http://hdl.handle.net/10316/11634>.

Espírito Santo, T. (2010). *Covilhã, Paisagem industrial*. Dissertação apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de mestre, orientada por Pedro Maurício Borges, Coimbra. Acedido a 28 de Novembro de 2013, disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/14079>.

Serrano, A. (2010). *Reconversão de Espaços Industriais. Três projectos de intervenção em Portugal*. Dissertação apresentada ao Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa para a obtenção do grau de mestre em Arquitectura, orientada por José Maria Lobo de Carvalho e Teresa Frederica Tojal Valsassina Heitor, Lisboa. Acedido a 28 de Novembro de 2013, disponível em <https://dspace.ist.utl.pt/bitstream/2295/787437/1/Ana%20Serrano%20%20Dissertacao.pdf>.

Santos, S. (2011). *Espaços Urbanos Expectantes como Oportunidades para a Requalificação Entre a Cidade e o Rio (envolvente da Cordoaria)*. Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa para a obtenção do grau de mestre, orientada por José Aguiar, Lisboa. Acedido a 5 de Janeiro de 2014, disponível em https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CDIQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.repository.utl.pt%2Fbitstream%2F10400.5%2F3914%2F1%2Fdisserta%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520final.pdf&ei=r8_KUvHzFIWe7AbQ84GQDA&usg=AFQjCNFjG4P3NrcXP9lZcdZZxFsjwFNevg&sig2=Vr59BRj0AThIRdgPFoBmkQ.

Silva, V. (2009). *Revolução (Des) Industrial. Museificar, Reutilizar e Converter*. Dissertação apresentada ao Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra para a obtenção do grau de mestre, orientada por Nuno Grande, Coimbra. Acedido a 28 de Dezembro de 2013, disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/11536/1/Revolução%20%28Des%29Industrial.pdf>.

Documentos Institucionais

ARPAS et al. (2002). Plano de Urbanização do Vale da Ribeira da Carpinteira. Proposta de Plano. Volume II – Elementos Complementares. Câmara Municipal da Covilhã.

CMC (1999). Plano Director Municipal da Covilhã - Estudos de caracterização e Regulamento.

CMC (1999). Plano Estratégico da Covilhã.

CMC (1999). Programa Polis - estudos e relatórios.

CMC (2010). Plano de Urbanização da “Grande Covilhã”.

CMC (2011). Declaração Ambiental – Plano de Urbanização da Grande Covilhã. Consultado em 19 de Novembro de 2013, disponível em <http://download.cm-covilha.pt/pdf/2010CamaraRegFormularios/DeclaracaoAmbientaIPUGC.pdf>.

Diário da República nº 248 de 23 de Outubro de 1999. Regulamento do Plano Director Municipal da Covilhã. Consultado em 19 de Novembro de 2013, disponível em <http://download.cm-covilha.pt/pdf/2007CamaraRegFormularios/PlanoDirectorMunicipal.pdf>

Diário da República nº 147 de 30 de Julho de 2010. Regulamento do Plano de Urbanização da Grande Covilhã. Consultado em 19 de Novembro de 2013, disponível em <http://download.cm-covilha.pt/pdf/2010CamaraRegFormularios/20100730RegulamentoPlanoUrbanizacaoGrandeCovilha.pdf>.

Diário da República, 1.^a Série, n.º 206, de 23 de Outubro de 2009. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro. Consultado em 22 de Janeiro de 2014, disponível em <http://dre.pt/pdf1s/2009/10/20600/0795607975.pdf>.

Diário da República, 1.^a Série, n.º 157, de 14 de Agosto de 2012. Anexo - Republicação do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro. Regime jurídico da reabilitação urbana. Consultado em 22 de Janeiro de 2014, disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/2012/08/15700/0445204483.pdf>.

Arquivos e fontes documentais específicos

Arquivo Municipal da Covilhã – AM Covilhã

Biblioteca Municipal da Covilhã

CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro

Centro de Documentação/Arquivo Histórico do Museu de Lanifícios da Covilhã

Universidade da Beira Interior. Biblioteca Central. Covilhã